



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Aline Ottoni Moura Nunes de Lima

**“Ser mãe eu sei, o que agora falta é social”: sobre o processo de
constituição da identidade profissional no Acolhimento**

Institucional de Crianças

**UBERLÂNDIA
2009**

Aline Ottoni Moura Nunes de Lima

**“Ser mãe eu sei, o que agora falta é social”: sobre o processo de
constituição da identidade profissional no Acolhimento
Institucional de Crianças**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Prof. Dra. Lúcia Helena Ferreira Mendonça Costa.

**UBERLÂNDIA
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732s Lima, Aline Ottoni Moura Nunes de, 1976-
“Ser mãe eu sei, o que agora falta é social”: sobre o processo de
constituição da identidade profissional no acolhimento institucional de
crianças / Aline Ottoni Moura Nunes de Lima. - 2009.
177 f. : il.

Orientador: Lúcia Helena Ferreira Mendonça Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro-
grama de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia do desenvolvimento - Teses. 2. Psicologia aplicada -
Teses. I. Costa, Lúcia Helena Ferreira Mendonça. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós- Graduação em Psicologia.
III. Título.

CDU: 159.922



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

ALINE OTTONI MOURA NUNES DE LIMA

**“Ser mãe eu sei, o que agora falta é social”: sobre o processo de
constituição da identidade profissional no Acolhimento
Institucional de Crianças**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada.

Eixo: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lúcia Helena Ferreira Mendonça Costa
(Orientadora)

(Profa. Dra. Betânia Diniz Gonçalves. PUC / MG)

(Profa. Dra. Sílvia Maria Cintra da Silva. UFU)

Ao Bernardo e à Giovana.

AGRADECIMENTOS

Especialmente aos profissionais, crianças e famílias do Acolhimento Institucional em que esta pesquisa foi realizada, pelas incontáveis contribuições a este trabalho. Obrigada por tudo, pelas conversas, pelos cafezinhos, pelo carinho e pela confiança.

À Profa. Lúcia Helena, minha orientadora, pela amizade e dedicação transmitidas ao longo da construção deste trabalho. Você me ensinou a dosar a responsabilidade com a humildade. Obrigada por tudo!

À coordenação do mestrado e à Marineide pela dedicação e pelo apoio.

Aos professores Silvia Maria e Pagotti, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Às eternas mestras e amigas, Maria Cristina Guimarães Fellet e Maria Emília Torres Lima, por acompanharem meu crescimento desde a graduação e elaborarem as cartas de apresentação no momento de ingresso no mestrado.

Aos professores da FAFICH/UFMG, especialmente Profa. Maria Lucia Miranda Afonso, pela leitura atenta do projeto, seguida de importantes contribuições que permitiram o amadurecimento do trabalho.

Aos professores do IP/UFU, especialmente, Prof. Emerson Fernando Rasera, Profa. Anamaria Silva Neves e Profa. Paula Medeiros pelas trocas de idéias e sugestões de leitura que foram de grande ajuda.

À professora Cláudia Mayorga pela disponibilidade em mostrar sua pesquisa, naquele momento ainda não concluída, em acolhimentos institucionais belo horizontinos.

Aos colegas e funcionários do IP/UFU, que participaram desta jornada.

À Denise Bortolletto pela criteriosa leitura e correção dos aspectos formais da nossa língua.

Às profissionais da “Minha Casinha Doce Mel”, e da “Escola Paroquial São Bernardino de Siena” por participarem da educação dos meus filhos atenciosamente.

À Rosemary, pela dedicação com que organiza minha casa, os cafezinhos e chás que regaram a construção desta dissertação; e à Kelly pelo cuidado atento aos meus filhos.

À Mônica, Nestor e família pela solidariedade.

À Canedo, Caio e Luiz Otávio, pelos momentos de alegria e descontração.

À Yanamara, querida amiga, sincero apoio e parceria, sem medida de esforços, em todos os momentos da minha vida.

À Carol, minha sempre amiga, por ler os rabiscos dar palpites.

À Tia Rosa e Genoveva, simplesmente por tudo! Não sei o que seria da minha vida sem vocês duas.

Aos meus cunhados e cunhadas pela torcida e pelo carinho.

À Cristina e Sr. Márcio, que me acolhem incondicionalmente

À meu pai, minha mãe, irmã e irmãos, fonte de amor e coragem, vocês são meu porto seguro.

Ao Guilherme, meu “orientador de travesseiro”, companheiro, que comigo recomeça sempre, que apóia todas as minhas decisões e transmite forças, principalmente nos momentos de desânimo e cansaço,

Aos meus filhos, doces presenças, maiores motivações para eu manter meus sonhos vivos.

MENINO CHORANDO NA NOITE

*Na noite lenta e morna,
morta noite sem ruído,
um menino chora.*

*O choro atrás da parede,
a luz atrás da vidraça
perdem-se na sombra dos passos abafados,
das vozes extenuadas,
e, no entanto,
se ouve até o rumor da gota de remédio
caindo na colher.*

*Um menino chora na noite,
atrás da parede, atrás da rua,
longe um menino chora,
em outra cidade talvez,
talvez em outro mundo.*

*E vejo a mão que levanta a colher,
enquanto a outra sustenta a cabeça
e vejo o fio oleoso
que escorre pelo queixo do menino,
escorre pela rua, escorre pela cidade,
um fio apenas.*

*E não há mais ninguém no mundo
A não ser esse menino chorando.*

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo de compreender como as mães sociais significam o cotidiano no Acolhimento Institucional e analisar suas interrelações com a constituição da sua identidade profissional. Pautamo-nos numa concepção materialista histórico dialética de homem e mundo e na expressão desta na Psicologia, que considera a constituição da pessoa enquanto ser humano como um caráter material e histórico e se dá pelas e nas relações estabelecidas entre o eu e o outro ao longo de sua ontogênese. Também partimos do pressuposto de que o processo de constituição da identidade profissional das Mães Sociais emerge a partir de uma rede de interações pessoais e sociais articuladas, que possibilitam a construção de significados múltiplos em um processo dialético. Frente a isto realizamos uma pesquisa qualitativa, na qual entrevistamos duas profissionais (Mães Sociais) responsáveis pelos cuidados diretos de crianças em situação provisória e excepcional de abrigo. As entrevistas foram gravadas individualmente e transcritas na íntegra. A partir daí delimitamos, por meio de uma adaptação do “mapa de associação de idéias” proposto por Spink e Lima (2000), quatro categorias gerais: 1) história familiar; 2) o trabalho no abrigo; 3) as mães sociais e as crianças; 4) as mães sociais e os outros atores do sistema de garantia de direitos. O princípio básico que orientou nossas análises foi o caráter interpretativo do conhecimento, realçado por Gonzáles-Rey (2002), que consiste num processo de dar sentido às expressões dos participantes, de forma a integrá-las de tal maneira, que passem a fazer sentido para o conjunto de pesquisadores. Nossas entrevistas produziram um contexto de revisão e emergência de significados sobre a atividade Mãe Social, constituídos a partir, tanto do desenvolvimento filogenético, quanto das relações estabelecidas ao longo de seu desenvolvimento ontogenético. Sobretudo, realçaram suas histórias familiares, que se conectam aos significados de criança, família e abrigo. Perguntarmos sobre o que é ser Mãe Social conduziu os discursos das profissionais a um movimento de fusão (repetição de ações) e diferenciação (criação) na constituição de significados sobre a maternagem social protagonizados pelas Mães Sociais. Enfatizamos, portanto, que a identidade profissional não é um dado ou um produto fragmentado, um personagem isolado dos demais vividos pela pessoa em sua vida, mas sim um todo em constituição, envolvida por múltiplas determinações e múltiplos papéis sociais, inseridas em um contexto histórico e cultural.

Palavras chave: Identidade profissional, significações no cotidiano, Acolhimento Institucional para crianças, Mães Sociais.

ABSTRACT

This work aimed to comprehend how social mothers give meaning to their daily life in an Institutional Shelter and to analyze their inter-relations with the making up of Professional identity. We were guided by a Historical-material dialect of man and world and the expression of this in Psychology which considers the making up of a person as a human being as a material and historical character and is made up in and from the established relations between I and the other throughout ontogenesis. We also assume that the process of building professional identity of the Social Mothers surges from a network of personal and social articulated interactions which make multiple meanings possible in a dialectic process. We then performed a qualitative research in which we interviewed two professionals (Social Mothers), responsible for the direct care of children in temporary and exceptional shelter. Interviews were taped individually and completely transcribed. From there, we defined, through an adaption of "idea association maps" proposed by Spink e Lima (2000), four general categories: 1) family history; 2) work at the shelter; 3) the social mothers and the children; 4) the social mothers and other actors of the guarantee of rights system. The basic fundamental that oriented our analysis was the interpretive character of knowledge, highlighted by González-Rey (2002), which consists in a process of giving meaning to the expressions of the participants in a way of integrating them so as they can make sense to the group of researchers. Our interviews produced a context of review and emergence of meanings upon the activity Social Mother made from phylogenetic development as well as ontogenic development. Family histories were highlighted especially those that were connected to meanings of child, family and Institutional Shelter. The question about what it is to be a Social Mother led to talk of the professionals to a movement of fusion (action repetition) and differentiation (creation) in the construction of meanings on social mothering played by them. We emphasize however that professional identity is not a data or a fragmented product, an isolated character lived by the person in his/her life, but a whole in composition involving multiple social roles inserted in historical and cultural context.

Key words: Professional Identity, Meaning of daily life in Institutional Shelters, Institutional Shelter for children, Social Mothers

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
1. A CONSTITUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	8
1.1. Contextualização histórica do acolhimento institucional de crianças no Brasil.....	8
1.2. Os profissionais de acolhimento institucional em algumas pesquisas brasileiras.....	29
1.3. Sobre o conceito de identidade profissional e seu processo de constituição.....	42
2. CONSTRUÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA: SOBRE AS PISTAS, AS TRILHAS E OS PASSOS METODOLÓGICOS	
2.1. Seguindo as pistas e trilhas metodológicas.....	53
2.2. Explicitando os passos para análise.....	60
2.3. Relatando as condições de construção do corpus.....	62
3. CONHECENDO AS MÃES SOCIAIS.....	74
3.1. Maria	74
3.2. Ana.....	101
4. FUSÃO E DIFERENCIAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS MÃES SOCIAIS.....	145
4.1. Entrelaçando as vozes de Maria e Ana: as inter-relações com a identidade profissional.....	147
4.2. Entrelaçando histórias de vida e significados de criança, família e Acolhimento Institucional.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168
APÊNDICES.....	174

APRESENTAÇÃO

“Não, meu coração não é maior que o mundo.
É muito menor.
Nele não cabem nem as minhas dores.
Por isso gosto tanto de me contar.
Por isso me dispo,
Por isso freqüento os jornais, me exponho [cruamente nas livrarias:
preciso de todos. (...) o mundo, o grande mundo está crescendo [todos os dias,
entre o fogo e o amor.
Então, meu coração também pode crescer,
entre o amor e o fogo,
entre a vida e o fogo,
Meu coração cresce dez metros e explode.
- Ó vida futura! Nós te criaremos.”
(Carlos Drummond de Andrade, 1995)

Escolhi estes versos para iniciar esta apresentação, por me identificar com as falas do poeta. Talvez, se nada fosse dito, eles falassem por si mesmos sobre mim, sobre este trabalho, mas gostaria de me expor um pouco mais. Assim como o poeta, também sei da pequenez deste coração que hora escreve, e da modéstia deste trabalho, perante tantos estudos por realizarem-se e propostas a serem efetivadas, no sentido de garantirmos a proteção integral e o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. No entanto, o que foi possível construir até aqui advém do desejo sincero de um “coração” pequeno de unir-se a outros que, conforme nos versos de Drummond acima referendados, “entre o amor e o fogo, entre a vida e o fogo”, trazem em si a esperança da criação de uma vida futura diferente.

Diante da enormidade de questões que perpassam a problemática da promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças à convivência familiar e comunitárias, fiz um recorte e propus-me a estudar sobre a prestação de cuidados alternativos às crianças e adolescentes, afastados do convívio com a família de origem, na forma de acolhimento institucional¹.

¹ Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006a, p. 130) “o acolhimento institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades: Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem”.

Meu olhar se voltou para instituições que oferecem abrigo ainda na graduação em Psicologia na UFMG. Na ocasião, tive oportunidade de realizar um trabalho² com o grupo de funcionários da instituição, numa perspectiva psicossocial na Casa Abrigo Sempre Viva (CASV), que acolhe mulheres em situação de violência doméstica e seus filhos, crianças e adolescentes.

Após a conclusão da minha formação inicial, aceitei o desafio de atuar como Psicóloga no Programa Sentinela³ numa cidade do interior mineiro. Diante de tal prática, pude constatar, por meio de critérios informais, que a aplicação da medida protetiva de abrigo para crianças era utilizada de maneira indiscriminada e se constituía na primeira possibilidade de encaminhamento das crianças. De tal maneira, outras formas de acolhimento e proteção previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) não eram verificadas.

O fato de a cultura da institucionalização ainda ser muito forte na nossa sociedade inquietava-me. Além disso, apesar de o serviço de acolhimento institucional ser bem visto pelos adultos que encaminhavam as crianças, ou que solicitavam encaminhamento junto ao Conselho Tutelar, não o eram para as crianças que demonstravam medos e ansiedade com relação a esta possibilidade.

No trabalho desenvolvido por mim no referido programa, em raros contatos com profissionais da instituição de acolhimento localizada na zona rural próxima à cidade, percebi que minha presença era bem vinda, desde que eu não interferisse e não questionasse qualquer alteração na estrutura estabelecida. Por exemplo, marcou-me quando sugeri um trabalho com as crianças sob medida provisória de abrigamento, no sentido de explicar para elas que, serem encaminhadas para o acolhimento institucional

² Este trabalho foi realizado em caráter voluntário por mim e por Carolina Marra Simões Coelho. Contamos com a supervisão da Profa. Dra. Maria Emília Torres Lima da Faculdade de Filosofia Ciências Humanas da UFMG.

³ O Programa "Sentinela" é um programa financiado pelo Governo Federal, através do Ministério da Assistência e Promoção Social, em parceria com o município. Destina-se a atender crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.

não significava castigo e sim proteção. A resposta dos profissionais foi que isso seria impossível, já que eles não teriam outra forma de controlá-los.

Diante disso perguntava-me, informalmente, como as pessoas que trabalham nos programas de acolhimento institucional veem as crianças que estão sob seus cuidados? O que pensam sobre a finalidade de seu trabalho junto a elas? Como percebem o alcance de suas ações perante a formação das crianças e dos adolescentes no acolhimento institucional?

Num outro momento, desliguei-me do Programa Sentinela e mudei-me para Uberlândia, onde ingressei como aluna no Programa de Pós-Graduação em Psicologia em nível de Mestrado, com área de concentração em Psicologia Aplicada. O eixo temático escolhido por mim foi Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Aprendizagem, sob orientação da Professora Doutora Lúcia Helena Ferreira Mendonça Costa. Esta considera junto comigo o acolhimento institucional como um importante contexto de desenvolvimento, e aceitou acompanhar-me na construção desta dissertação.

Em leituras e estudos sobre os teóricos da psicologia do desenvolvimento numa perspectiva materialista histórico - dialética, pude estabelecer diálogos iniciais com a literatura que trata da investigação dos processos de desenvolvimento mergulhados em contextos históricos e culturais e engendrados nas e pelas relações entre eu e outro.

Paralelamente a esta etapa de formação, passou a me instigar o fato de que, na literatura sobre acolhimento institucional, a maioria dos trabalhos se referia aos profissionais que aí atuam, sem preparo, e sem qualificação. Não discordo dos dados apresentados da literatura, embora também acredite na necessidade de conversar com os profissionais, a fim de buscar as condições em que suas identidades profissionais se constituem.

Diante do aprofundamento teórico e do contato com a realidade procurei romper com a postura de culpabilização atribuída às profissionais pelas dificuldades, pelos

problemas enfrentados no cotidiano de trabalho e pela qualidade do atendimento. Assim, considero que estas são pessoas e que devem ser vistas por completo e, ao atuarem na construção da realidade, podem também transformá-la e não apenas reproduzi-la, se forem dadas condições concretas para tal.

Como pesquisadora, minha imersão neste contexto possibilitou a construção da idéia de investigar quem são as cuidadoras diretas das crianças que atuam no Acolhimento Institucional e introduzir novas vozes na construção do conhecimento. Tal postura se tornou para mim um desafio diante de uma temática pouco estudada, já que grande parte dos estudos se concentra nos usuários (famílias, crianças, adolescentes), ou técnicos deste serviço.

O assunto fica mais desafiador ainda, quando no cenário nacional, entrecrocavam-se as diferentes denominações que as profissionais dessas instituições têm assumido nos últimos anos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (IPEA e CONANDA, 2004) o grupo de cuidadores diretos se constitui por dois tipos de profissionais, sendo de um lado os educadores, pajens, cuidadores e monitores, que cuidam, cotidianamente, de crianças e adolescentes, sem reproduzir uma relação familiar e, de outro, os Pais e Mães Sociais, responsáveis pelas crianças em estrutura de casa lar, que se organiza nos moldes de um núcleo familiar. No entanto, no acolhimento institucional em que fiz este estudo, as profissionais de cuidados diretos são denominadas Mães Sociais⁴, sobre as quais focamos nosso olhar.

O caminho percorrido na pesquisa e as interlocuções estabelecidas com a teoria conduziram ao desejo de compreender como as Mães Sociais significam o cotidiano no Acolhimento Institucional⁵ e analisar suas inter-relações com a constituição de sua identidade profissional. Além disto, outras perguntas nortearam estas reflexões: como se

⁴ Optei por manter a denominação Mãe Social para as participantes deste trabalho por ser a designação atribuída a elas no contexto pesquisado.

⁵ O termo Acolhimento Institucional está escrito em letras maiúsculas, por tratar-se da instituição em que foi construída nossa pesquisa.

constituem as relações entre adulto/criança, adulto/adulto, adulto/famílias das crianças? Em que contexto elas ocorrem? O que circunscreve a prática desses profissionais?

Mediante a pesquisa realizada, percebi que no processo de constituição da identidade profissional, vozes de vários atores estão entrelaçadas, protagonizadas pelas Mães Sociais. Por exemplo: do próprio Acolhimento Institucional com suas concepções sobre as Mães Sociais e suas atribuições profissionais, ponto primordial no processo de torna-se Mãe Social; das famílias das Mães Sociais, que também se organizam a partir de um contexto cultural, histórico, social, econômico e político, e também influenciam na maneira como se vêem; das crianças sob medida protetiva de abrigo, que participam da negociação de sentidos e significados sobre ser Mãe Social; dos colegas de trabalho, quando são solidários ou rivalizam ao reproduzirem relações de poder intrincadas em um contexto social mais amplo; e de outros atores do Sistema de Garantias de Direitos⁶, com sua omissão ou participação ativa no papel de promover, defender ou controlar os direitos das crianças do Acolhimento Institucional.

Assim, são nestas confluências que as Mães Sociais se constituem profissionais, afetam-se e são afetadas por estas relações que, reciprocamente, transformam e são transformadas pelo e no contexto. Dessa forma, compreende-se que a identidade profissional se constitui em relação recíproca com os outros, num determinado contexto social e cultural no qual se insere. Então, pretendi falar não das Mães Sociais de forma geral, mas de ser Mãe Social naquele contexto específico.

Diante disso, com base em Vigotski (1998) para quem os métodos refletem a maneira pela qual os problemas psicológicos são vistos e resolvidos, o rigor científico deste trabalho pauta-se na narrativa do percurso trilhado, de tal maneira que outros possam acompanhar o processo de construção do conhecimento e compartilhar dos

⁶Sistema de Garantia de Direitos (SGD): “Conjunto de órgãos, entidades, autoridades, programas e serviços de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas de famílias, que devem atuar de forma articulada e integrada, na busca de sua proteção integral, nos moldes do previsto pelo ECA e pela Constituição Federal” (Brasil, 2006a, p. 133).

mesmos caminhos. Neste sentido, as marcas do trajeto metodológico são encontradas no corpo do trabalho e a ordem dos capítulos permite certa reconstrução deste percurso.

No capítulo 1 discorro, brevemente, sobre a constituição dos profissionais de acolhimento institucional em nosso país. A partir de uma compreensão de que as concepções de criança e de família são enraizadas social e historicamente, foi feita uma síntese da história do acolhimento institucional e do abandono no Brasil. Por considerar as produções acadêmicas como importantes circunscritores⁷ das condutas humanas que representam as vozes da cultura, procurei conhecer os significados construídos sobre os profissionais de cuidados diretos das crianças que atuam neste contexto através da análise de algumas pesquisas nacionais. Também proponho uma análise da constituição da identidade e da identidade profissional, a partir do Materialismo Histórico Dialético. Esse recorte teórico é adotado uma vez que, para a compreensão da constituição da identidade profissional, este é ponto fundamental para a apreensão dos significados internalizados ao longo do processo de desenvolvimento.

No capítulo 2, narro a construção do *corpus* da pesquisa em direção ao objetivo principal. Primeiramente, pretendo desvelar as pistas seguidas para trilhar o percurso metodológico, levantar alguns elementos da Pesquisa Qualitativa essenciais para a construção dos dados e destacar a observação e a entrevista como instrumentos relevantes para construirmos este estudo. Mostro os passos seguidos para aproximação com o universo pesquisado. Neste momento, são trazidos dados sobre a organização do Acolhimento Institucional, que se revelou por meio da constituição de uma rotina na qual a multiplicidade de necessidades e desejos das crianças e das Mães Sociais se choca com a homogeneidade e a uniformidade do tempo.

No capítulo 3, faço uma análise descritiva das entrevistas com as Mães Sociais, Maria e Ana⁸, organizadas nas seguintes categorias gerais: 1) história de vida; 2) o

⁷ Por circunscritores estamos entendendo “fatores que simultaneamente compelem ao e limitam o desenvolvimento humano” (Soares -Silva, Rossetti – Ferreira e Carvalho, 2004).

⁸ Nomes fictícios.

trabalho no Acolhimento Institucional; 3) as Mães Sociais e as crianças; 4) as Mães Sociais e os outros atores do Sistema de Garantia de Direitos.

No capítulo 4, faço alguns apontamentos no sentido de resgatar os significados construídos ao longo das entrevistas: apreendi um movimento de fusão e diferenciação por meio de negociações de significados atribuídos a si mesmas, aos outros e às situações vivenciadas nas e pelas relações estabelecidas dentro e fora do contexto do Acolhimento Institucional; percebi que este movimento é impulsionado por uma confluência de vozes dentre as quais destaco as das crianças abrigadas e a voz do próprio Acolhimento Institucional.

Por fim, no momento das considerações finais, pretendo contribuir para as discussões atuais acerca do acolhimento institucional, particularmente no que se refere à da identidade profissional das Mães Sociais.

1. A CONSTITUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

1.1. Contextualização histórica do acolhimento institucional de crianças no Brasil

A temática “Acolhimento Institucional de Crianças” tem sido preocupação de vários autores⁹ que têm elaborado estudos que visam aprofundar o conhecimento desta instituição, dentre os quais, é válido salientar o trabalho sobre a “Institucionalização de Crianças no Brasil” de Rizzini e Rizzini (2004). As autoras afirmaram que, apesar de o atendimento institucional às crianças e adolescentes ter se modificado significativamente ao longo da história, muitas de suas características têm a marca de ideias e práticas do passado. Elas denunciam que o modelo asilar de atendimento foi a opção histórica da sociedade brasileira para prestar assistência à infância pobre e, ainda que, ao longo dos anos, várias crianças passaram sua infância e adolescência em grandes instituições fechadas.

No Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, IPEA e CONANDA (2004) constataram que 20 mil crianças e adolescentes vivem em 589 acolhimentos institucionais pesquisados no Brasil, sendo, na sua maioria, meninos entre as idades de sete e quinze anos, negros e pobres. Estima-se que 87% das crianças e dos adolescentes abrigados têm família, e que, 58% mantêm vínculo com seus familiares. Entretanto, o tempo de duração da institucionalização pode variar até um período maior que 10 anos.

Diante disso, faz-se necessário olhar para o tempo passado, a fim de compreender como estruturamos o presente. Na revisão histórica, constatamos que, ao longo do tempo, o modo como a sociedade organizou o atendimento a famílias e crianças foi determinado pelas concepções de família e de criança que perpassaram a sociedade em cada momento. Sendo assim, apresentaremos neste item uma síntese histórica que

⁹Dentre outros, Neves (1996), Vasconcelos (1997), Gondra (2000) Bazon e Biasoli – Alves (2000), Carvalho (2002), Fuscaldi (2004), Martins e Szimanski (2004), Rizzini e Rizzini (2004), Vectore (2005), Azor (2005), Martinez (2006).

procura revelar essas concepções e fazer referência ao atendimento institucional oferecido às crianças a quem se responsabilizava por seus cuidados nestes contextos, desde a descoberta do Brasil até os tempos atuais.

Da cultura tecida na Europa Medieval herdamos as formas de nos relacionar com as crianças na família e em outros âmbitos de atividade humana. Por isso, nossa reflexão sobre a infância no Brasil nos remete a uma viagem no tempo, que atravessa o Oceano Atlântico. Contribuições importantes neste sentido foram oferecidas por Ariès (1985), pois, para ele, a função da família na Europa Medieval não incluía a transmissão de valores e conhecimentos à criança que se afastava de seus pais assim que passava o período de alta mortalidade, por volta dos sete anos.

As trocas afetivas e comunicações eram realizadas fora da família, num meio no qual várias pessoas se relacionavam e diluíam a família conjugal. As crianças faziam parte do mundo adulto, não existia adolescência e a aprendizagem era construída a partir de relações informais entre pessoas de diferentes idades, pois todas ocupavam os mesmos espaços sociais e realizavam as mesmas atividades laborais e lúdicas.

A concepção de infância que permeava essas práticas sustentava-se na idéia de que as crianças eram vistas como adultos em miniatura e o sentimento em relação a elas era o de indiferença. O fato de as crianças serem entregues a partir dos sete anos, para serem cuidadas e educadas por um mestre de ofício, ou por outra família que se dispunha a educá-las, era visto com naturalidade (Ariès, 1985).

No entanto, na Europa, a partir dos séculos XVI e XVII, o sentimento de indiferença pela criança foi sucedido pelo de “paparicação”. Direcionado às crianças mais novas e expresso pelos familiares e amas, esse sentimento era circunscrito à concepção de infantes como seres inocentes e frágeis. Nessa fase da história, as crianças passaram a ser vistas como diferenciadas dos adultos. Estas se diferenciavam entre si de acordo com a classe social a que pertenciam. As noções de necessidades de cuidados e proteção, educação e formação moral foram introduzidas por clérigos e moralistas, pela

conformação da atitude de disciplinar as mesmas. Nesse momento, a família e a escola passaram a ser as instituições preferenciais para os cuidados e a educação das crianças. Nos abrigos eram recolhidos os desvalidos que estavam ao relento, e ficavam sob os cuidados das amas (Áriès, 1985; Borrione, Chaves e Mesquita, 2004; Trindade, 1999; Justo, Merisse, Rocha, Vasconcelos, 1997; Venâncio, 1998;).

Enquanto isso, no Brasil Colonial, seguiu-se a tendência européia, e os primeiros abrigos foram fundados pelos Jesuítas que adotaram o regime claustro religioso, com emprego de uma pedagogia do medo, que cultivava o despreço pela “carne” e pelas necessidades físicas. No entanto, segundo Marcílio (1998), tais espaços eram destinados aos meninos índios.

Às crianças portuguesas, ditas “órfãs do rei”, que desembarcaram na colônia com a finalidade de casar-se com os Súditos da Coroa, restavam os abrigos mantidos pela sociedade civil organizada ou não¹⁰. Esses abrigos, que da Igreja e do Estado recebiam apenas controle legal e jurídico, além de apoio financeiro esporádico, também acolhiam os filhos de nativos mortos em conflitos ou aprisionados pelo escravagismo iniciante e, ainda, filhos de famílias pertencentes aos súditos em condição de pobreza, mães abandonadas pelos pais sem condições de criar os filhos, mães sem leite, bebês doentes, gêmeos, crianças ilegítimas (Rizzini e Rizzini, 2004; Marcílio, 1998; Kishimoto, 1988).

Nesse período, conforme Borrione et. al. (2004), Trindade (1999) Kuhlmann Jr. (1998) e Marcílio (1998), houve a preocupação do Estado com o aumento do número de enjeitados nas ruas, que poderia ser interpretado pela sociedade como incompetência da administração pública. Isso sustentou e justificou a criação de instituições responsáveis pelo recolhimento e pelo destino das crianças. Porém, a proteção à infância estava relacionada à adoção da ideologia da caridade e, posteriormente, da filantropia, quando a prioridade do atendimento estava calcada no disciplinamento e na educação das

¹⁰ Esta situação foi bem retratada por Fresnot (2003) no filme *Desmundo*.

crianças. Com base nisso, a responsabilidade pelo atendimento não ficou a cargo da Igreja ou do Governo que estimularam confrarias e irmandades a assumir o assistencialismo geral. Por sua vez, as próprias mães que abandonavam os filhos se ofereciam como nutrizes das crianças abrigadas.

Já no século XVIII, a Santa Casa de Misericórdia foi fundada no Rio de Janeiro e na Bahia, por volta de 1740. Diante do grande número de crianças abandonadas que passaram a ser denominadas como enjeitadas ou expostas, foi instituída a Roda dos Expostos. Esse mecanismo histórico permitia que as crianças fossem depositadas do lado de fora da Santa Casa e entrassem, sem identificação do depositante. À caridade das freiras era confiada à criação dos bebês, e esta opção constituiu-se, em muitas vezes, na única possível para pais que não tinham condições de criar os filhos no momento do nascimento. Interessante o registro de que alguns pais voltavam para reavê-los quando ficavam maiores, todavia, para recuperar os filhos, deveriam pagar uma recompensa pelos cuidados e zelos dispensados até então. (Borrione et. al., 2004; Carvalho, 2002, Justo et.al. 1997; Kishimoto, 1988; Marcílio, 1998; Rizzini e Rizzini, 2004; Trindade, 1999; Venâncio, 1998).

Apesar de ter como um dos principais objetivos a diminuição dos índices de mortalidade infantil, de forma a evitar que crianças fossem abandonadas ao relento, o que se assistiu foi à mortandade de um grande número de crianças que, ainda no século XVIII, se tornou motivo de preocupação das autoridades e médicos higienistas. A mortalidade se devia a um conjunto de fatores, a saber: as condições precárias de higiene; toda forma de negligência e maus tratos sofridos pelas crianças no interior dos asilos; a situação vivida pelas crianças antes da entrada na Roda, a infra-estrutura da casa da família, o número de pessoas que aí conviviam, doenças e falta de alimento. (Carvalho, 2002; Gondra, 2000; Justo, 1997; Marcílio, 1998; Rizzini e Rizzini, 2004).

De acordo com Marcílio (1998), no caso especial das instituições que acolhiam a infância abandonada e de assistência aos bebês pobres em geral, o principal fator

responsável por parte significativa da mortalidade infantil era, com toda a certeza, a questão do leite impróprio para consumo. Iniciou-se então uma empreitada para solucionar esse problema, desde a sua produção até a distribuição às famílias pobres. Assim, extinguiu-se o sistema de amas mercenárias a partir de 1882, que foram substituídas por casas de amamentação e berçários. Uma das práticas consistia na distribuição de cestas de mamadeiras personalizadas para as mães carentes e, além disso, eram oferecidas por voluntárias, instruções sobre higiene, cuidados com os bebês e aplicações de vacinas. Estas ações tornaram possível uma queda nas taxas de mortalidade das crianças, todavia a negligência para com os bebês ainda não fora, na ocasião, contornada.

Sobre as medidas para contornar a mortalidade infantil e a abandono de bebês, na passagem do século XVIII para o XIX, o Brasil instituiu a “Assistência Científica”, com a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, por Morcovo Filho. Suas metas consistiam em: inspecionar e regular as amas de leite; estudar as condições de vida das crianças pobres; providenciar proteção contra o abuso e a negligência para com menores; inspecionar as escolas; fiscalizar o trabalho feminino e de menores nas indústrias e, além disso, pesquisar a mortalidade infantil; promover cursos, campanhas de vacinação, combate a epidemias. Nesta fase, estimulou-se a criação de creches pelo país, que num primeiro momento destinavam-se aos filhos de ex-escravas, como uma maneira de afastá-los do convívio dos patrões. Assim, além de constituírem um meio de controle do Estado sobre os pobres, garantiriam a sobrevivência das crianças. (Kuhlmann Jr., 1991; Civiletti, 1991; Wadsworth, 1999).

Dessa forma, percebemos que neste momento as histórias das creches e dos acolhimentos institucionais se entrecruzam como instituições que representam o cuidado fora da família, provido pelo Estado. No entanto, os acolhimentos institucionais permaneceram abandonados socialmente ao longo da história e sofreram pequenas

mudanças, a partir do Movimento Higienista, diferentemente do processo vivido pelas creches brasileiras.

Com o advento deste movimento no Brasil, a partir do século XIX, o controle do corpo passou a ser feito precocemente, já que em nome da higiene, este era, naquele momento objeto de constante limpeza e fiscalização. Significativas mudanças foram produzidas na dinâmica familiar, que passou a se submeter aos preceitos higienistas, o que influenciou diretamente a educação e a formação da personalidade dos filhos. Uma das modificações, por exemplo, se refere à criação moral, que começou a ser vista como responsabilidade da mãe, justificada pela noção de “instinto materno”. (Vasconcelos, 1997; Kuhlmann Jr., 1990).

Convém observar que as intervenções dos higienistas nos asilos para crianças pobres estavam voltadas para o sentido de estruturação do espaço físico e melhorias das condições de higiene, na seleção de amas de leite e informações sobre amamentação natural e lactação artificial, já que:

Havia uma forte resistência das amas em relação às noções básicas para melhor alimentação, aplicação correta dos medicamentos às crianças, limpeza, entre outras necessidades, fatores que aumentavam os índices de mortalidade infantil. Isso se relacionava à sua formação – a maioria pobre e sem instrução embora também houvesse casos de negligência por parte delas para com as crianças. (Kuhlmann Jr. e Rocha, 2006, p. 600)

Quanto ao atendimento oferecido às crianças, até o final do referido século, ainda esteve a cargo, basicamente, de religiosas e padres, além das amas, que eram remuneradas pela amamentação dos bebês. Com relação à concepção de infância, a idéia propagada era ainda a de alguém que precisava ser cuidada, educada. Entretanto, modificou-se a finalidade da educação, que passou a ser na integração ao mercado de trabalho. Outra preocupação constante passou a ser a prevenção, o mais precoce possível, dos problemas físicos e emocionais pelo bem do futuro da nação. Neste

sentido, os preceitos higienistas eram, ao mesmo tempo, reais preocupações dos médicos e dos meios de controle da população pelo Estado (Justo, et.al. 1997; IPEA e CONANDA, 2004; Rizzini e Rizzini, 2004).

O futuro passou a ser planejado pela sociedade e as crianças viraram esperança de crescimento econômico e melhorias sociais. Contudo, famílias e crianças foram culpabilizadas por problemas dos quais eram vítimas. Em consonância com isso, Gondra (2000) analisou os discursos médicos da época e apreendeu que, apesar de o problema da infância pobre no Brasil ter sido eleito como um problema social, a proposta de solução recaía ainda sobre a infância devidamente educada. Esses discursos contribuíam para a naturalização da pobreza e não a sua erradicação, quando prescreviam formas de organização da educação de crianças sem questionar a estrutura social que a produzia. A filantropia continuava a ser a prática principal de assistência a crianças abandonadas.

Ao estudarem sobre o significado de infância, presente no século XIX, Borrione et.al. (2004), utilizaram como fonte de dados os registros dos livros de números 16 a 23, do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, que dispunham de descrições dos tratamentos dispensados às crianças sob sua responsabilidade, entre o período de 1801 a 1899. O pressuposto subjacente a esta pesquisa gira em torno da possibilidade de revelar o significado de infância, a partir da análise das práticas de atendimento prestado às crianças. Os autores reafirmam os argumentos desenvolvidos até aqui, de que o significado de proteção ancorava-se na ideologia da filantropia, e apregoava a necessidade de investimento na educação e no disciplinamento das crianças para que estas não se corrompessem, e se tornassem cidadãos úteis a si e à pátria. Nessa época, o significado de infância e proteção atrelava-se às ideologias dominantes, o que inclui a crença na dignidade inquestionável do trabalho, ainda que fosse direcionado às crianças com apenas dez anos de idade.

Dessa forma, proteger passou a expressar a segurança de um casamento para as meninas e para os meninos, um ofício; e significava também proteger as crianças de sua natureza má, de forma a assegurar sua sobrevivência num sistema de disciplinamento rigoroso, e um futuro conformado às normas sociais vigentes. A infância passou a ser vista como um vir a ser e, o seu presente desconsiderado enquanto tal. Outra modificação importante relaciona-se com a concepção de infância, que se transformou e deixou de ser objeto de interesse apenas da família e da Igreja, de forma que se tornou uma questão de competência administrativa do Estado.

No cenário político-econômico do século XIX, o Brasil viveu transformações intensas: a proclamação da República, a abolição da escravidão, a aceleração do processo de industrialização e a urbanização crescente. Com elas houve o aumento do número de crianças abandonadas, já que, na passagem para o século XX, as mulheres foram chamadas ao trabalho fora do lar e precisaram ocupar espaço no mercado de trabalho, porém não receberam o apoio necessário para tal.

Para confirmar essa afirmação, Trindade (2000) garimpou os fichários do Asilo São Luiz e do Arquivo do Juizado de Menores de Curitiba. A autora partiu da análise de processos de abandono da época e inferiu alguns aspectos do cotidiano do abandonar crianças, no início do século XX. Ela concluiu que as mulheres pobres, que chegavam cada vez em maior número ao mercado de trabalho, tinham muitas dificuldades para conciliar suas tarefas de mãe, educação e cuidados de suas crianças, bem como suas necessidades financeiras. Apesar de terem sido chamadas a ingressarem no mundo do trabalho, não receberam por parte da sociedade, inclusive das empresas e do Estado, nenhum suporte para a difícil tarefa de serem mães e trabalhadoras ao mesmo tempo.

Importa ressaltar a reflexão da pesquisadora de que a institucionalização, naquela conjuntura, era percebida por essas mães como uma forma de preservar as crianças, prepará-las para a cidadania, por meio da inserção delas no mercado de trabalho. Neste contexto, os orfanatos eram vistos como um canal de ajuda para equacionar os

problemas enfrentados no momento de entrada no mercado de trabalho. Contraditoriamente à necessidade de trabalho para sustento da família, as mães eram penalizadas por deixarem seus filhos sozinhos e, em inúmeros processos, foram encontrados pedidos para recolher as crianças, porque a mãe trabalhava e negligenciava seus cuidados.

Concomitantemente à concepção de mulher como alicerce da família, introduziu-se a concepção de desorganização familiar, resultado da negligência, incapacidade dos pais e causa primária da criminalidade infantil. A família, para educar segundo os bons costumes, precisava oferecer à criança um lar tranquilo, onde os pais davam exemplo de harmonia. Caso não conseguissem se estruturar conforme apregoava a ideologia dominante, as famílias deveriam ser destituídas do direito de ter os filhos em sua própria casa. Esta concepção de família foi forjada no bojo da necessidade de classificação e identificação de diferenças pessoais, com o ideal de que pudessem ser salvas da delinqüência e criminalidade. (Rizzini e Rizzini, 2004)

A partir da década de 1920, o Judiciário se torna mais um protagonista no trato da questão das crianças e dos adolescentes em nosso país, e, no contexto atravessado por uma ideologia da prevenção pelo trabalho, foi elaborado o Código de Menores de 1927, instrumento que consolidou as leis relativas aos menores de 18 anos. As autoridades incorporaram no discurso jurídico conceitos e técnicas da Psiquiatria, da Psicologia, das Ciências Sociais e da Medicina higienista, a fim de garantir cientificidade ao atendimento prestado à crianças e adolescentes. (Justo, 1997; Rizzini e Rizzini; 2004).

Neste processo, as famílias foram cientificamente rotuladas como incapazes, insensíveis, e seus filhos considerados perigosos para a sociedade, o que justificava a internação destes. Sem autonomia para se encarregarem da educação e da proteção de seus filhos, as famílias eram submetidas a parâmetros de atendimento baseados no modelo da institucionalização para a segregação. Assim, crianças inocentes e desprotegidas foram transformadas em menores, que deviam ser salvos e formados para

exercer seus papéis de futuros cidadãos. A criança pobre passou a ser denominada menor, e, as crianças que vivem nas ruas, abandonadas. (Araújo, 1993; Carvalho, 2002; Rizzini e Rizzini, 2004).

Na década de 1940, organizou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), vinculado ao Ministério da Justiça, a partir de uma lógica assistencialista – paternalista. Assim, inicia-se uma política pública embasada em um paradigma correccional repressivo, em que os menores abandonados e delinquentes eram recebidos nas instituições. Em nosso território, após praticamente 30 anos de luta pela extinção do SAM, foi criada, em plena ditadura militar, a Fundação para Bem Estar do Menor (FUNABEM). Tratava-se de um órgão de planejamento, gerência e execução da política de assistência ao menor, que funcionava como uma penitenciária infanto-juvenil (Janczura, 2005; Justo et. al., 1997; IPEA e CONANDA, 2004).

A partir de então, institucionalizou-se a idéia de que proteger a criança era privá-la de suas famílias. Rizzini e Rizzini (2004) observaram que esta idéia não foi criada pela Política de Bem Estar do Menor, mas data da construção das Políticas de Assistência às crianças no Brasil. Ao rever as pesquisas realizadas nesse período, as autoras perceberam que as famílias passaram a manipular a internação, de modo que isto garantisse a formação escolar e profissional de seus filhos, bem como um lugar onde seriam alimentados e humanizados. A incidência de crianças internadas para que tivessem seu comportamento controlado foi baixa, pois a preocupação maior era com a falta de condições das famílias em suprir as necessidades de criação dos filhos. Mesmo de posse desta realidade, engendrou-se uma concepção de que os pais queriam se livrar dos filhos, e nas interpretações dos dados, ressoava a concepção de disfunção familiar.

Também nesta época, conforme Aldeias Infantis (2007), mais precisamente em 1967, se iniciou no Brasil o trabalho das Aldeias Infantis SOS, em Porto Alegre, São Paulo e Brasília (DF). A primeira Aldeia SOS foi fundada na Áustria, em 1949, pelo estudante de medicina Hermann Gmeiner. Seu objetivo era oferecer às crianças

abandonadas e órfãs de guerra (pós Segunda Guerra Mundial) uma casa estável, com irmãos e uma mãe, além da comunidade da “Aldeia”.

Dessa forma, construía-se a primeira casa-lar de que temos notícia no mundo, e com ela surgia a denominação de Mãe-Social. Baseados nas concepções de que a família é o núcleo da sociedade e o fundamento para um desenvolvimento adequado, e de que a instituição substitui a família, as crianças eram agrupadas em casas, e ficavam sob a responsabilidade de uma mulher, que deveria proporcionar-lhes segurança, amor e estabilidade, a Mãe Social.

Depois das primeiras experiências com aldeias na Áustria, elas difundiram-se por todo o mundo, e passaram a ser coordenadas por um centro em Estrasburgo, o “SOS-Kinderdorf Internacional”, que apoiava a criação de associações de “Aldeias Infantis SOS”, coordenava os trabalhos em todo o mundo e garantia a manutenção de seus princípios educativos. Na década de 1970, no Brasil, foram inauguradas mais cinco aldeias: em 1971, em São Bernardo do Campo (SP), em 1977 em Goioerê (PR) em 1978 em Caicó (RN) e Santa Maria (RS). Em 1979, teve início a construção da Aldeia Infantil da Bahia (Aldeias Infantis, 2007).

No mesmo ano, elaborou-se o Código de Menores e com ele criou-se a categoria “menor em situação irregular”. A concepção anterior não foi modificada e as famílias populares continuavam expostas à intervenção do Estado. Estar em situação irregular significava não ter condições econômicas e sociais para sobrevivência; falta ou omissão dos pais e/ou responsáveis pela impossibilidade dos mesmos em provê-los; ser vítima de maus tratos ou castigos imoderados; viver em ambientes contrários aos “*bons costumes*” [grifos nossos]; apresentar “*conduta desviante*” [grifos nossos] ou ser autor de infração penal. As instituições de assistência, que tinham como base a doutrina da situação irregular, reuniram num só lugar crianças que tinham sido abandonadas, vítimas de maus tratos, autores de delitos (IPEA e CONANDA, 2004; Janczura, 2005).

Kuhlmann Jr. (1998) relatou que, em que pese o regime militar instaurado no Brasil, o início da década de 1980 assistiu às lutas e manifestações contra a repressão de liberdades democráticas, contra a carestia de vida; as organizações populares nos bairros de periferia; os operários e trabalhadores em greve; as reivindicações feministas por creches e apoio às mulheres inseridas no mercado de trabalho.

Nesse momento, solidificou-se um sentimento de urgência por mudanças, concretizado por intensos debates e articulações que geraram avanços importantes nos anos seguintes. Para Mesquita e Sierra (2006) estes foram anos em que os movimentos sociais tiveram como principal característica a reivindicação da autonomia, e objetivaram uma concepção ativa de cidadania e a identificação de sujeitos de direitos, portanto, com plenas condições de construir as normas que regeriam suas vidas.

Com relação ao atendimento de crianças e adolescentes nos abrigos, em 18 de dezembro de 1987, pela lei 7.644, a atividade de Mãe Social foi regulamentada no Brasil. Nesse documento havia uma nítida preocupação em delimitar a assistência prestada em casas lares às crianças, a fim de criar um ambiente que reproduzisse o familiar, diferentemente do que acontecia anteriormente. Com isso, a Mãe Social passou a ser aquela que residia juntamente com as crianças, devia propiciar o surgimento de condições próprias de família e orientar as crianças sob seus cuidados, além de administrar a casa-lar sob sua responsabilidade.

Também passam a ser assegurados às Mães Sociais, direitos a anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, garantia de que o salário não seria inferior ao salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, benefícios previdenciários e, muito relevantes para nós, apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções. A legislação também previu que para ser contratada a Mãe Social deveria passar por treinamento e estágio, que dariam embasamento teórico e prático para o exercício da função, o que denota preocupações com melhorias no atendimento dessas crianças e adolescentes.

No ano de 1988, diversos setores da sociedade civil, em conjunto com algumas ONGs, organizaram-se para criar uma nova política para crianças e adolescentes. Com isto, formaram um “Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente” para ser interlocutor da sociedade civil, no Congresso. Este Fórum contribuiu para a inclusão, na Constituição Federal da República Federativa do Brasil (Brasil, 1998), dos artigos 227 e 228, que contemplam a proteção integral e a garantia, com absoluta prioridade, dos direitos fundamentais e sociais de crianças e adolescentes e a inimputabilidade para menores de 18 anos. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), coroa a Doutrina de Proteção Integral (IPEA e CONANDA, 2004; Brasil, 2006a).

A Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1998), promulgada em 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) foram instrumentos legais que representaram a luta pela democratização social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira e colocaram crianças e adolescentes no lugar de sujeitos de direitos. Neves (2005) refletiu que se as crianças eram, até então, historicamente, concebidas como vir a ser, como futuros adultos, passaram a ser, independentemente de sua classe social, concebidas como sujeitos de direitos e não “objetos de tutela”, como nas legislações anteriores.

Deste modo, importa esclarecer que, conforme Santana (2003), o movimento social que deu origem ao ECA (Brasil, 1990) deixou a desejar em termos de representatividade social. Assim, foi possível perceber que a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos ainda não estava participada por grande parte da sociedade. IPEA e CONANDA (2004) acrescentaram que para que fossem cumpridos os dispositivos do ECA (Brasil, 1990) era preciso que, além do amplo conhecimento sobre seu conteúdo, houvesse também o compartilhamento do seus objetivos, para contribuir efetivamente com as crianças e adolescentes, no exercício pleno de seus direitos.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da promulgação das novas leis, a FUNABEM foi extinta e criou-se a Fundação Centro Brasileiro para a

Infância e a Adolescência (FCBIA), para contemplar os novos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. Posteriormente, foi substituída no processo de implantação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993). As atribuições referentes à implementação do ECA (Brasil, 1990) passam a ser de responsabilidade da Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania, no Ministério da Justiça e pela Secretaria de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social (Janczura, 2005; IPEA e CONANDA 2004; Rizzini e Rizzini, 2004; Justo et.al., 1997).

Assim sendo, chegamos ao século XXI com maior urgência em conhecer de perto a realidade das instituições que executam a medida protetiva de abrigo. Para tanto, IPEA e CONANDA (2004) realizaram o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças da Rede SAC, já referido no início deste capítulo. A Rede SAC / Abrigos para Crianças e Adolescentes constitui uma das modalidades de ações assistenciais, regulamentadas pela Lei Orgânica de Assistência Social e materializadas pela Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O objetivo dessa pesquisa constituiu-se em examinar a situação de instituições de abrigo de crianças e adolescentes no Brasil e visou contribuir com a melhoria das políticas públicas de atendimento para crianças e adolescentes em situação de risco, para promover, principalmente, o direito à convivência familiar e comunitária. IPEA e CONANDA (2004) chamaram a atenção para o fato de que, mesmo com a existência de uma extensa bibliografia sobre crianças e adolescentes, pouco se conhece sobre os programas de Acolhimento Institucional.

Deste modo, analisaram 589 serviços de acolhimento institucional cadastrados na REDE / SAC e delimitaram o quadro de recursos humanos. Com referência à razão quantitativa adulto/criança foram encontradas para a região sudeste 6,2 crianças por adulto do grupo de cuidados diretos próximos e 7,8 crianças por adulto de apoio operacional.

Os motivos do acolhimento institucional também foram averiguados. Na opinião dos diretores destes serviços, a pobreza ainda é o maior motivo de abrigamento, seguido do abandono pelos pais ou responsáveis, da vivência de rua e da exploração do trabalho infantil, tráfico ou mendicância. Embora não constitua motivo de abrigamento, não sendo suficiente para perda ou suspensão do pátrio parental, a pobreza ainda é o principal impedimento ao retorno das crianças e adolescentes à sua família.

Por sua vez, o ECA (Brasil, 1990) prevê que se os pais não conseguem cumprir as obrigações para com os filhos a família deve ser incluída em programa social. Porém, os diretores de serviços de acolhimento institucional do Brasil afirmaram que não há políticas públicas de apoio ou auxílio às famílias, o que denuncia que as políticas existentes não cumprem seus objetivos, pois se isto ocorresse “poderia não apenas evitar a institucionalização, como também abreviá-la, quando necessário” (IPEA e CONANDA, 2004, p. 206).

Na mesma direção, ponderaram Rizzini e Rizzini (2004), que a pobreza não pode ser motivo suficiente para explicar o acolhimento institucional das crianças e adolescentes, no entanto, ao que tudo indica, aumenta a vulnerabilidade social das famílias e as chances de seus filhos passarem por episódios de abandono violência e negligência.

A literatura faz-nos perceber que a história do atendimento de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento é perpassada pelas concepções de infância e de família presentes na sociedade que, por sua vez, orientam a organização do atendimento a elas. Ao longo da história, as famílias e as crianças assimilaram o discurso oficial em suas práticas, e buscaram se organizar conforme lhes era indicado pelas autoridades, fossem elas a Igreja, o Estado ou os Especialistas (médicos, psicólogos, pedagogos, economistas). Embora fosse, na maioria das vezes, impossível se adequarem às normalizações apregoadas, as famílias as incorporaram às suas formas de organização e resolução de problemas enfrentados no dia a dia.

Atualmente, vivemos um momento em que a família é valorizada nos mais diversos âmbitos, como espaço de desenvolvimento e a convivência familiar é direito a ser promovido, defendido e protegido. Neves (2004, p. 71) afirmou:

O ECA preconiza a preservação da identidade sócio-familiar, uma vez que enfatiza a garantia do pátrio poder [*poder familiar*], ou seja, a criança ou adolescente deve prioritariamente ficar com a sua família de origem, ainda que esta seja carente de recursos materiais. (p. 71) [grifo nosso]

Porém, a despeito do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a prática de encaminhar crianças para acolhimento institucional ainda é muito presente na nossa sociedade. Além disso, ainda existem instituições que mantêm práticas de privação de convivência social e comunitária, muito comuns na época do Código de Menores, e quiçá da Roda dos Expostos.

Neste sentido, ao visar o fortalecimento do paradigma de proteção integral e preservação dos vínculos familiares e comunitário, com a proposta de reordenamento, foi estruturado em 2006, na vigência do Governo de Luis Inácio Lula da Silva, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (Brasil, 2006a) publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O PNCFC representa um “marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes” (Brasil, 2006a, p. 14), a fim de orientar a formulação e a implementação de políticas públicas que visem à plena garantia dos direitos das crianças e adolescentes no século XXI.

O PNCFC (Brasil, 2006a) relatou que a história deste plano começou a se concretizar em 2002, quando se reuniram o Departamento da Criança e do Adolescente, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, para

discutir dados sobre os programas de acolhimento institucional. O debate foi ampliado com a realização do “Colóquio Técnico sobre Rede Nacional de Abrigos” que teve a participação das Secretarias Estaduais de Assistência Social e ONGs.

A partir deste ato foi composta uma Comissão, com o objetivo de articular diferentes instituições do Estado, Conselhos, entidades civis, além de colaboradores do campo jurídico, técnico, acadêmico e midiático e do sistema de atendimento, todos comprometidos com os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros.

Em dezembro de 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovaram o PNCFC. Sua elaboração partiu de um processo democrático e participativo, após debates e consultas públicas, em todas as regiões do país. Isto possibilitou que, em seu conteúdo, fossem contempladas propostas representativas das diferentes realidades vivenciadas por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil.

Desta forma, consideramos que a relevância de estendermos um pouco mais a respeito deste PNCFC, neste momento, consiste no fato de este revelar as concepções de infância, de família, de profissional de atendimento às crianças sob medida protetiva de abrigo na atualidade. O documento final é considerado um produto histórico que se fundamenta no paradigma da proteção integral. Nele, há o reconhecimento da necessidade de que as diferentes políticas públicas tenham como centralidade a família e sejam executadas de forma articulada e integrada. Diante desta configuração percebemos a nítida preocupação em ultrapassar o caráter fragmentado e de tutela que, historicamente, demarcou as ações de atenção às famílias. Posto isto, qual é a concepção de criança¹¹ no século XXI?

No PNCFC (Brasil, 2006a) a criança é reconhecida como sujeito de direitos. Para nós, perceber que uma pessoa é um sujeito de direitos vai além de uma questão normativa e visa um projeto de construção de uma sociedade justa, que tem a pessoa

¹¹ Limitar-nos-emos a utilizar o termo criança em lugar de criança e adolescente, já que nosso trabalho é realizado num Acolhimento Institucional que recebe exclusivamente crianças.

como centro, considerada em sua integralidade e irredutibilidade e a garantia de seus direitos.

Na mesma direção, Brasil (2006a) explicou que, segundo este ponto de vista, as crianças passam a ser beneficiárias das obrigações de outros, neste caso do Estado, da Sociedade e da Família. O ato de proteger deixa de ser pensado como generosidade, beneficência, caridade ou piedade e passa a ser visto como cumprimento de deveres e exercício da responsabilidade destas instâncias.

Essa observação nos remete ao passado e faz-nos lembrar as ideologias caritativas e filantrópicas que fundamentavam o atendimento às crianças e às suas famílias. Nos dias atuais, ainda existem inúmeros trabalhos pautados pelas mesmas ideologias do passado, mas sabemos que a construção deste PNCFC e a evidência da noção de criança como sujeito de direitos trazem uma nova perspectiva de ação, pautada pela exigibilidade de direitos.

Sobre a palavra sujeito, o PNCFC (Brasil, 2006a) esclareceu que remete à visão de crianças como:

Indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. (p. 26)

Para o PNCFC (Brasil, 2006a), o desenvolvimento é um processo mergulhado num contexto que exerce um papel essencial em sua constituição. A família e a comunidade em que a criança está inserida são importantes mediadores das relações estabelecidas e contribuem para a constituição de suas identidades individuais e coletivas.

A família é concebida como uma rede de vínculos, reconhecidos legalmente, e, ainda numa visão mais ampla:

A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consangüinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares. (Brasil, 2006a, p. 25)

Há ainda uma forma de vinculação denominada de “Rede Social de Apoio”, constituída quando vínculos simbólicos e afetivos são estabelecidos por acordos espontâneos, não necessariamente constantes, mas que implicam acordos mútuos de cuidado e socialização de crianças e adolescentes. Tais acordos contribuem para a sobrevivência dos envolvidos entre vizinhos, padrinhos, pessoas conhecidas sem vínculo de parentesco.

A concepção de família ressaltada no PNCFC (Brasil, 2006a) traz contribuições que evidenciam claramente rupturas com as concepções do passado. Antes, os saberes especializados confirmavam a incapacidade das famílias, principalmente das mais pobres, em cuidar e educar os filhos. Já na atualidade, compreende-se que cada:

Família é, ainda, dotada de autonomia, competências e geradora de potencialidades: novas possibilidades, recursos e habilidades são desenvolvidos frente aos desafios que se interpõem em cada etapa de seu ciclo de desenvolvimento. (Brasil, 2006a, p. 30).

A organização familiar não é concebida como estática, mas em constante transformação nas relações dialéticas que estabelecem com o contexto. Dessa forma, constatamos uma preocupação: a de reconhecimento de diferentes arranjos familiares, marcados por diversidades culturais. O PNCFC (Brasil, 2006a) cogitou que não há como naturalizar o conceito de família e/ou prever uma estruturação ideal para que a família cumpra sua função de cuidado e socialização.

Assim, concordamos com este posicionamento adotado no PNCFC (Brasil, 2006a) e acrescentamos que a idealização de um modelo familiar serviu apenas para segregar,

categorizar, normatizar numa tentativa de normalizar as relações familiares e sociais. Enfim, contribuiu para a concretização da exclusão social, tal como é vivida em nossa sociedade, por crianças pobres e suas famílias, negros, mulheres, portadores de necessidades especiais, crianças com dificuldades na escola e outros.

No entanto, é difícil não considerar a existência de famílias em situação de vulnerabilidade social, que podem encontrar dificuldades para oferecer um ambiente que favoreça o desenvolvimento de seus filhos. O PNCFC (Brasil, 2006a) ratificou que o espírito do ECA (Brasil, 1990), no sentido de preservação dos vínculos familiares originais, reforça a importância das medidas voltadas para a inclusão das famílias em programas de apoio sócio-familiar, que contribuam para o fortalecimento e empoderamento das famílias, de forma a restaurar os direitos que estavam ameaçados.

Do mesmo modo, importante é a consideração de que, ao mesmo tempo em que é lugar de cuidado, a família é lugar de conflito e pode ser lugar de violação de direitos de crianças e adolescentes. Pode ser que haja a constatação da necessidade do afastamento da criança de sua família de origem, para proteger sua integridade física e psicológica. Neste caso,

Deve advir de uma recomendação técnica, a partir de um estudo diagnóstico, caso a caso, preferencialmente realizado por equipe interdisciplinar de instituição pública, ou na sua falta, de outra instituição que detenha equipe técnica qualificada para tal. (Brasil, 2006a, p. 39).

Ao lado do “Acolhimento Institucional”, a “Família Acolhedora” constitui um dos serviços que pode ser oferecido às crianças afastadas do convívio de suas famílias. Este termo foi adotado para designar os programas de abrigo em entidade, que podem ser oferecidos na forma de Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem. As entidades que oferecerem atendimento às crianças que estão sob medida protetiva de abrigo estão submetidas a todos os princípios apreciados pelo ECA (Brasil, 1990), principalmente com referência à excepcionalidade e à provisoriedade da medida,

ao investimento na reintegração familiar e ao encaminhamento para adoção, nos casos em que forem esgotadas as possibilidades de reintegração familiar.

Uma das diretrizes que fundamentam a mudança de paradigma do atendimento da criança e do adolescente apresentada no PNCFC (Brasil, 2006a) é o reordenamento dos programas de acolhimento institucional. Reordenar significa reorientar as redes que praticam o regime de abrigamento, para que se adequem à mudança de paradigma proposto.

A partir daí propõe-se que a criança não seja mais concebida como isolada de seu contexto, e sendo assim, a família é a unidade de ação social. Para atender às famílias é preciso articulação com a rede de serviços e permanente capacitação dos funcionários para realizar o trabalho social atuando, sistematicamente, no fortalecimento dos vínculos familiares, no sentido de priorizar o investimento na família de origem e na defesa do direito à convivência familiar e comunitária das crianças que vivem nestas instituições.

Para o PNCFC (Brasil, 2006a), os serviços que atendem essas crianças devem oferecer condições para um desenvolvimento saudável e visar sempre, em primeiro lugar, a reintegração familiar, a partir de uma concepção que leve em conta a singularidade e a capacidade de encontrar, de maneira criativa, soluções para seus problemas, a fim de proporcionar a reintegração familiar original ou o encaminhamento das crianças para famílias substitutas.

O desafio que se coloca no momento é implementar integralmente o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Para garantir sua operacionalização, no tocante ao reordenamento institucional, há indicações claras sobre a necessidade de análises e indicações de critérios de qualidade do atendimento neste contexto, o que é possível dentre outras ações, a partir da identificação da:

Quantidade e qualidade dos trabalhadores das instituições acolhedoras de crianças e adolescentes e de seu processo de formação (incluindo se receberam formação em direitos humanos); por questões de abandono, maus tratos,

violência doméstica, abuso e exploração sexual, entre outros, ano a ano (Brasil, 2006a, p. 88)

Para tanto é preciso que seus objetivos e propostas tenham responsabilidades compartilhadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

As dimensões estratégicas para operacionalização do Plano contemplam quatro eixos: análise da situação e sistemas de informação; atendimento; marcos normativos e regulatórios; mobilização, articulação e participação. Assim, foi estabelecido um prazo a partir de nove anos para a implementação integral das ações permanentes de curto, médio e longo prazo, que podem ser revistos quando forem organizados o Plano Plurianual e as Conferências Nacionais de Assistência Social e da Criança e do Adolescente.

Desta forma, concordamos com a afirmação de que “a nação brasileira não pode mais aceitar passivamente a existência de crianças e adolescentes “esquecidos” nos abrigos e deve exercer sobre o tema o necessário controle social” (Brasil, 2006a, p. 44). Portanto, acreditamos que a elaboração desse PNCFC (Brasil, 2006a) foi um importante passo rumo à materialização de concepções, forjadas no bojo de uma sociedade que precisa e quer ser mais justa, mais equânime em todos os âmbitos.

1.2. Os profissionais de acolhimento institucional em algumas pesquisas brasileiras

O objetivo deste item é expor dados de algumas pesquisas nacionais realizadas em serviços de acolhimento institucional, a fim de conhecer o que elas nos dizem sobre os profissionais que trabalham neste contexto. Para nós, as produções acadêmicas são importantes circunscritores das condutas humanas, na medida em que são vozes da cultura.

Neves (1996) fez observações e entrevistas, a fim de analisar quais as representações construídas pelas funcionárias de orfanatos acerca dos vínculos estabelecidos com as crianças, com a direção/instituição e com as colegas de serviço. A pesquisadora se referiu à instituição de acolhimento como orfanato e às pessoas que trabalhavam aí como funcionárias. Também ressaltou que, à instituição cabe a função da instituição familiar, de suprir necessidades materiais e afetivas e às funcionárias, todas do sexo feminino, estariam designadas o papel de mãe e questionou: mas como elas se relacionam com isso?

Em seu trabalho encontramos, além de denúncias sobre as condições de trabalho insalubres (físicas e psíquicas) às quais estavam submetidas, relatos de experiências pessoais de abandono vividas por elas, ausência de diretrizes institucionais que ofereciam segurança, relacionamentos entre as funcionárias calcados pela inveja e disputa pelo afeto das internas. A pesquisadora considerou ainda que as funcionárias tinham a representação de que suas intervenções não provocavam nenhuma interferência na vida das crianças que estavam sob seus cuidados no orfanato.

Já Nogueira (2004) avaliou as condições de vida oferecidas por um serviço de acolhimento institucional às crianças que sofreram rompimento de vínculo com suas famílias naturais nos primeiros anos de vida. Com o intuito de analisar a relevância e a qualidade do papel da instituição, assim como as possibilidades futuras das crianças, efetivou observações de momentos denominados como cuidado institucional, nos quais as crianças passavam um tempo com a Mãe Social, responsável pelos cuidados, como banho, higiene e alimentação. Estas observações permitiram a compreensão da relação que se estabelece entre a criança institucionalizada e o adulto responsável por ela.

Além das observações, realizaram entrevistas semi-estruturadas com a Mãe Social, a coordenadora pedagógica e a diretora. A pesquisadora percebeu dificuldades da instituição quanto à atuação que contribua para que a criança possa superar o trauma

do rompimento de vínculo familiar. Se, por um lado, foi possível constatar o esforço da instituição no sentido de oferecer todo suporte material para as crianças, por outro, a falta de investimento na formação e definição do papel das Mães Sociais gerava um cuidado marcado pela impessoalidade e pela dificuldade de se respeitar e tratar cada criança de forma individual, o que contribuía para a reprodução da experiência do abandono.

Os dois estudos estudaram a relação dos profissionais com as crianças. Neles, vemos a evolução no sentido das terminologias utilizadas, sendo que o segundo estudo revela uma concepção mais próxima da legislação atual, voltada para a garantia dos direitos da criança. No entanto, oito anos depois, parece que as Mães Sociais ainda não sabem sobre o valor de suas interações com as crianças e, concomitantemente, não receberam ainda a valorização social do trabalho realizado por elas.

Na mesma direção, ao denunciar a escassez de pesquisas sobre profissionais dos acolhimentos institucionais e propostas de formações profissionais voltados para essa população, Bazon e Biasoli-Alves (2000) pesquisaram o desenvolvimento profissional das pessoas que se encarregam dos cuidados e da educação cotidiana de crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo. Desta forma, utilizaram o título “Monitor” para designá-los, e esclareceram que o termo é, na pesquisa, sinônimo de educador ou *child and youth care worker* proposto pela literatura americana.

Nesse estudo, as autoras foram enfáticas ao afirmar que a figura desse profissional vem sendo sistematicamente negligenciada, já que os trabalhos na área tem como focos apenas especialistas. Os estudos consideraram imprescindível discutir sobre a figura do monitor, já que este desempenha um importante papel em termos do atendimento oferecido às crianças e aos adolescentes, além da influência exercida por eles em suas vidas, suas idéias, ideais e auto-imagem.

Conforme as pesquisadoras, a qualidade¹² da prática profissional em acolhimento institucional depende do apoio recebido para refletir sobre as experiências no cotidiano de trabalho, e elaborar cognitivamente e afetivamente a própria prática. Elas reiteraram a necessidade de qualificar os serviços de atenção direta em serviços de acolhimento institucional.

Quanto ao tempo de trabalho, observaram que os longos anos em uma instituição, em contato com um contexto social, degradante e degradado, em que as problemáticas são engendradas, confrontam os educadores a questões cada vez mais complexas, que sem apoio e formação que atendam suas necessidades, acabam por consolidar práticas profissionais em níveis bastante insatisfatórios. As pesquisadoras contribuíram para o entendimento da situação dos educadores de serviços de acolhimento institucional, e corroboraram com as duas pesquisas anteriores.

Outra pesquisadora que trouxe contribuições relevantes para os trabalhos com profissionais dos serviços de acolhimento institucional, mais precisamente as Mães Sociais, e que aponta na mesma direção das anteriores, foi Holland (2004), interessada em analisar o discurso das Mães Sociais sobre alimentação e o ambiente das refeições oferecidas num acolhimento institucional. Aqui, enfatizaremos apenas as questões relativas ao ambiente criado, por acreditarmos que revelam as relações construídas entre Mães Sociais e crianças.

Holland (2004) verificou que o ensino de boas maneiras à mesa é uma preocupação diária e constante, tanto na atualidade, quanto para o futuro. As Mães Sociais disseram não quererem passar vergonha por maus modos das crianças. Em decorrência disso, as conversas durante as refeições não eram bem-vindas pela maioria

¹² Para definir qualidade as autoras lançam mão dos critérios definidos por Rosemberg (1995 citado por Bazon e Biasoli – Alves, 2000): a) razão adulto-criança; b) tempo de permanência diária e/ou total na instituição; c) relações de gênero no espaço público; d) índice de *turnover* no quadro funcional; e) nível de formação dos funcionários que atuam diretamente junto à clientela.

das profissionais, que preferiam que as crianças comessem em silêncio. Segundo a autora as Mães Sociais faziam questão de preparar e servir os pratos das crianças, o que impedia que essas oportunidades fossem utilizadas como momentos de aprendizagem e desenvolvimento da autonomia¹³. O sentimento de valorização da família unida e reunida, que come reunida no jantar, ocasião em que todos da casa estão presentes, foi bastante intenso em todos os serviços de acolhimento institucional, sendo que todas as Mães Sociais enfatizaram fazer questão desse momento social na vida cotidiana das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional.

Apesar de ser um estudo que pretendeu contribuir para promoção de programas nutricionais, consideramos que este trouxe elementos para refletirmos sobre como as Mães Sociais percebem seus papéis junto às crianças. Ao mesmo tempo em que se preocupam com o futuro, não exercitam a independência das crianças, mas por outro lado criam um ambiente familiar e uma rotina, na vida das crianças, que favorece o sentimento de segurança.

Além disso, a autora indica em suas considerações finais, a necessidade de elas terem a dimensão do papel de educadores, conforme preconiza o ECA (Brasil, 1990). Desta forma, ressaltamos a afirmação sobre a necessidade fundamental de trabalharmos no sentido da construção da dignidade dos profissionais da área.

Por sua vez, Souza (2006) realizou um estudo com o objetivo de conhecer como o brincar acontece nesse contexto e como as educadoras lidam com esse recurso, ao interagir com as crianças. Em suas observações constatou que às situações de faz-de-conta não foi dada a devida atenção pelas educadoras, que tolhiam ou não estimulavam as brincadeiras. Através da técnica de entrevista ocorreram aprofundamento e reflexão conjunta de pesquisadora e pesquisadas sobre a prática exercida pelas educadoras, especialmente com relação às atividades lúdicas.

¹³ A autora não conceitua autonomia e não deixa claro o que ele quer dizer ao empregar este termo.

O trabalho se mostrou relevante para nós, ao enfatizar a necessidade de políticas públicas que visem um atendimento de qualidade para as crianças em situação de risco. O estudo dessa pesquisadora foi desenvolvido através de uma pergunta pertinente, que nos leva a pensar sobre a evolução das questões referentes ao abrigo de crianças e adolescentes. Ao revelar uma preocupação pedagógica no atendimento das crianças deixa claro que não é apenas de cuidados básicos que estas crianças necessitam.

Por sua vez, Carvalho (2002) pretendeu discutir as relações entre o ambiente institucional e seu impacto sobre o desenvolvimento das crianças e comparar o desenvolvimento destas com outras que vivem em distintos arranjos. Por conseguinte, verificou que a estrutura diferenciada das relações sociais exerce um impacto sobre o desenvolvimento das crianças institucionalizadas. Para ele, o destaque se torna maior nas relações sociais entre as crianças, já que a formação de vínculos com os adultos fica prejudicada.

Quanto às relações com as cuidadoras definidas como pessoas que se encarregam do cuidado cotidiano das crianças, Carvalho (2002) observou que, destarte a afirmação de serem como mães das crianças, elas tendiam a tratar algumas crianças de maneira diferente das demais. O sentimento de ciúme era forte entre as crianças que recebiam menos atenção do que as outras. O autor verificou dificuldades na formação de vínculos estáveis e saudáveis entre adultos e crianças, o que prejudicou o desenvolvimento emocional, a autonomia e a construção da identidade, e levou as crianças à situação de risco e vulnerabilidade.

A isto acrescentou a visão extremamente negativa por parte das cuidadoras em relação ao futuro das crianças: expectativas de que os meninos se tornassem trabalhadores braçais ou assaltantes, e quanto às meninas, prostitutas. Todavia, o autor afirmou que mesmo com todas as dificuldades, o processo de desenvolvimento dessas

crianças não é tão catastrófico quanto se apregoa. Ainda que a qualidade¹⁴ do cuidado oferecido seja um importante preditor de desenvolvimento, não podem ser desconsiderados outros aspectos dos quais este sofre influência.

Logo, Martins e Szymanski (2004) estudaram o significado de família para crianças institucionalizadas, a partir da análise da brincadeira de faz-de-conta. Dentre os resultados, destacaram que a cooperação permeou a grande maioria das interações, sendo que as crianças se organizaram dentro dos papéis familiares, ao cooperarem com a organização da casa e no auxílio umas as outras em diversos momentos. A referência predominante foi o modelo de família nuclear, apesar de suas famílias de origem não possuírem esta forma de configuração, o que aponta para a forte influência dos valores culturais macrossistêmicos.

Particularmente, interessam-nos as referências feitas pelas pesquisadoras aos adultos que cuidam das crianças em serviços de acolhimento institucional. Corroboraram com o trabalho de Carvalho (2002) ao depararem-se com a falta de cuidados pelos adultos, de forma a desencadear situações de cuidados mútuos entre as próprias crianças. Assim, é vital que cada criança seja vista de maneira única e singular, mas para isso é necessária a reorganização das instituições no que tange principalmente à presença constante dos adultos responsáveis. Estes carecem conceber cada criança como um ser singular e que têm direito de receber acompanhamento individualizado.

Os estudos referendados trouxeram importantes questões sobre o atendimento de crianças institucionalizadas, pois apontaram-nas como ativas, capazes de superar os possíveis entraves em seu desenvolvimento, ao encontrar como saída para compensar a

¹⁴ Carvalho (2002), apesar de não deixar claro quais são os critérios de qualidade, afirmou na página 28 do livro "*Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafio*" (vide referência completa na bibliografia deste trabalho), que a queda na qualidade "se manifesta nos atrasos para alimentação e banho, bem como na redução da disponibilidade das cuidadoras para atenderem as demandas, sobretudo afetivas, das crianças".

falta de interação com os adultos, o estabelecimento de relações de cuidado entre si. No entanto, cabe refletir que os autores não utilizavam estes argumentos para amortecer a importância das interações entre as crianças e os adultos que delas cuidam. Pelo contrário, avigoraram-na ao afirmar que a questão do abandono é muito complexa e enfatizaram que o abandono afetivo e emocional é talvez o maior problema que acompanha as crianças e adolescentes institucionalizados.

No mesmo ano, com a pretensão de analisar os significados construídos por famílias, com relação ao encaminhamento de suas crianças e/ou adolescentes para o acolhimento institucional, Fuscaldi (2004) estruturou dois estudos de caso, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com duas famílias. A título de conclusão, a autora inferiu que, nos casos estudados, as famílias apresentavam-se, do ponto de vista da “funcionalidade”, vivendo em constantes privações. Ambas as famílias estavam em situação de “exclusão social” em todos os sentidos, tanto material, quanto por falta de acesso à participação política e a outros bens sociais. Com relação ao papel das instituições de proteção, as famílias apresentaram significações confusas ao atribuir papel policial, de vigilância punição.

O acolhimento institucional foi significado em cada caso de uma maneira. Em um dos casos a família estabeleceu “relação por apoio” no sentido de demandar ajuda para garantir os direitos básicos dos filhos, com a promessa de que o abrigamento seria por tempo determinado, até que a família melhorasse suas condições. No outro, estabeleceu “relação por evento”. Neste caso, o abrigamento é visto como um fato que não tem relação com a família em si, pois evita-se atribuí-lo às situações vividas no âmbito intrafamiliar. De modo geral, as relações das famílias com os serviços de acolhimento institucional são conflituosas e estas se posicionam mais na retração do que no enfrentamento dos conflitos com a instituição. Finalmente, a recorrência ao serviço não ocorre por pleno desejo da família, mas muito mais por uma falha no sistema social de

proteção do grupo familiar, que não tem conseguido, sozinho, garantir a proteção de seus membros.

A perspectiva de análise da pesquisa de Fuscaldi (2004) se inseriu no paradigma da garantia de direitos. A família foi entendida e concebida não apenas como incapaz e culpada pela situação na qual as crianças e adolescentes se encontravam, mas foi vista como uma instituição para a qual eram negadas as mínimas condições que lhe permitissem satisfazer as suas necessidades e garantissem a sobrevivência dos seus filhos. Suas observações sobre as relações entre os serviços de abrigo e famílias e sobre o sistema social de proteção ao grupo familiar nos fazem questionar: os profissionais responsáveis pelo atendimento de crianças recebem o apoio e a capacitação necessários para o exercício da função?

Se a pesquisa anterior se propunha estudar o significado de família para abrigados, por outro lado, Azor (2005) escolheu compreender o processo de institucionalização / desinstitucionalização, a partir das representações sociais dos adolescentes e suas famílias. Estudou cinco famílias que tiveram seus filhos abrigados e, depois de se reestruturarem, os receberam novamente. A análise documental da instituição e as entrevistas semi-estruturadas com pais ou mãe e com ex-abrigado permitiram constatar que o acolhimento institucional representou para pais e filhos um apoio seguro a despeito das inadequações e sentimento de ambigüidade, presentes nas falas dos adolescentes.

A autora observou uma distância muito grande entre os princípios do ECA (Brasil, 1990) e a realidade dos programas de acolhimento institucional que se constituem como medida permanente, ao invés de provisória. Além disso, verificou que os adolescentes vivenciaram dificuldades no período pós-desligamento, tanto no ambiente familiar, quanto escolar. Ao refletir sobre o fato de que recuperar a guarda do filho não implica, necessariamente, numa reestruturação familiar, sugeriu a importância de

acompanhamentos profissionais, que apoiassem o desligamento do acolhimento institucional. Finalmente, considerou que a instituição representou apoio importante às famílias que participaram do estudo, necessitando de reestruturação, no que tange à redefinição da proposta pedagógica.

No mesmo sentido, mas com o objetivo de defender a existência de múltiplas adolescências, Martinez (2006) pesquisou a adolescência vivenciada no momento da saída do acolhimento institucional, e entendeu que este momento traz para o adolescente uma série de mudanças com as quais ele tem que negociar. Ao partir do referencial sócio-histórico e da perspectiva teórico metodológica da Rede de Significações¹⁵, foram realizadas entrevistas abertas com dois adolescentes, antes e após a saída do acolhimento institucional, bem como a produção de material narrativo, feita por um dos adolescentes. Além disso, foram realizadas visitas ao acolhimento institucional, registradas em notas de campo e uma entrevista com a assistente social.

A pesquisadora notou que cada um dos adolescentes se descrevia e era descrito pelo acolhimento institucional de formas bastante distintas (adolescente modelo e adolescente deprimido). Estas diferentes descrições implicavam em práticas discriminatórias e promotoras de desigualdades, inclusive no momento de desligamento, ao facilitar a saída para um e dificultar para outro. Além disso, foi possível observar a ausência de políticas voltadas para o momento da saída do acolhimento institucional, o que transformava a transição em uma vivência bastante solitária para os adolescentes, de modo que cada um utilizasse seus próprios recursos e ficasse bastante dependente do serviço de acolhimento institucional.

Ainda com referência à adolescência e o momento de saída do acolhimento institucional, Siqueira (2006) empreendeu um trabalho a fim de compreender a percepção

¹⁵ “a perspectiva de Rede de Significações propõe que o desenvolvimento humano se dá dentro de processos complexos, imerso que está em uma malha de elementos de natureza semiótica. (Amorim, Soares-Silva e Rossetti-Ferreira, 2004, p. 23)

dos adolescentes sob medida protetiva de abrigo e em processo de reinserção familiar pós-abrigamento, sobre a rede de apoio social e afetivo. A autora realizou dois estudos empíricos e constatou que os adultos são a principal fonte de apoio, principalmente os familiares e os profissionais (monitores) do acolhimento institucional, sendo que, no estudo de caso com adolescente que esteve sob medida protetiva de abrigo, os profissionais se tornaram importante referência.

A título de considerações finais, tendo em vista a importância dos profissionais para os adolescentes, a pesquisadora destacou a necessidade de trabalhos de capacitação dos profissionais de acolhimento institucional para possibilitar melhor planejamento e acompanhamento dos processos de reinserção familiar.

Assim, chamaram nossa atenção os efeitos protetivos e de apoio social do acolhimento institucional para os adolescentes e para as famílias, o que reforça a importância desta instituição e a necessidade de reafirmar seu caráter transitório e temporário. Todavia, podemos, a partir destes estudos, destacar que a vivência de sair do acolhimento institucional não é tarefa fácil para os adolescentes, que para tornar estes momentos menos dolorosos, estes deveriam ser acompanhados de perto por profissionais preparados.

Desse modo, gostaríamos de enfatizar a atualidade dos trabalhos que pretendem estudar o processo de reintegração familiar, certamente fundamentados pelo paradigma da garantia de direitos e com visões de crianças e famílias que levam em conta suas capacidades e necessidades. O vínculo entre crianças sob medida protetiva de abrigo e suas famílias naturais, mesmo quando rompidos, são circunscritores de seus desenvolvimentos. O que não quer dizer que sejam determinantes, já que, ao estabelecerem novas relações, são construídos novos significados sobre as experiências.

Isto ficou evidente quando lemos o trabalho de Hoepfner (2004). A pesquisadora investigou como é que meninos institucionalizados idealizam-se como pais. Tendo como

pressuposto teórico a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento, a autora partiu de dois pressupostos. O primeiro afirma que, tanto a figura materna como a figura paterna, podem ocupar lugares semelhantes nas experiências da criança com o mundo como mediadores, independente do sexo ao qual pertencem. Já o segundo afirma que a internalização de concepções/papéis/modelos de ser homem/pai para meninos/adolescentes está relacionada com experiências vividas com outros homens, além do próprio pai, na vida cotidiana.

Por meio de entrevista semi-estruturada e grupo focal, a autora acima referida constatou que as relações estabelecidas no acolhimento institucional proporcionaram novas formas de mediação com outros homens, além do pai da família natural, que desempenham este papel e que, por sua vez, contribuíram para outras internalizações de paternidade, diferentes das tradicionais.

A pesquisadora refletiu que os adolescentes que se encontram afastados de suas famílias, por terem vivenciado situações caracterizadas como de risco, necessitam de figuras relacionais masculinas e femininas consistentes, com atitudes de competência e confiança, em um lugar seguro e com possibilidades de crescimento e desenvolvimento, até que seja possível voltar para suas famílias de origem ou outra, desde que estas também sejam trabalhadas para tal. Os lugares ocupados por figuras do sexo masculino, que desempenham atividades relacionadas ao papel de pai no cotidiano de meninos afastados de suas famílias e em acolhimento institucional, podem ser significativos para a internalização de concepções/papéis/modelos de paternidade.

Hoepfner (2004) avaliou, ainda, que o encaminhamento para o acolhimento institucional é considerado como uma medida de proteção, que faz parte da política de direitos à criança, e embora tenha caráter provisório, não é isto que acontece no Brasil. Esse estudo também apontou para o fato de que as famílias que fazem parte desta população deveriam receber acompanhamento dentro de programas de políticas públicas

de promoção de cidadania (educação e saúde, por exemplo), para que fosse possível a continuidade do processo de desenvolvimento de seus filhos como cidadãos. Igualmente, aqui também há uma visão do acolhimento institucional como importante apoio para as famílias.

Nesta breve exposição sobre algumas pesquisas realizadas no contexto de acolhimento institucional, é possível verificar incongruências no que diz respeito às terminologias utilizadas ao se referirem às crianças, aos profissionais e até mesmo às instituições. Por exemplo, percebemos um discurso ainda marcado pela tutela, pela situação irregular e pelo assistencialismo como seu alicerce, ao se referirem a internos e orfanatos.

Entretanto, atualmente, parece que se delineia uma coerência no discurso construído pelo meio acadêmico perpassado pela apreensão da legislação referente à proteção e à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Outro aspecto relevante: a despeito da variedade de dimensões pesquisadas há unanimidade por parte dos pesquisadores ao afirmar que a permanência prolongada no contexto do acolhimento institucional não beneficia o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Por vezes necessários, devem ser breves e fornecerem recursos para o enfrentamento dos eventos que os patrocinaram.

Do mesmo modo, são inúmeras as sugestões de capacitação e apoio às pessoas que se relacionam diretamente com essas crianças, para que possam se posicionar como modelos identificatórios positivos e oferecer a elas segurança e proteção num contexto que favoreça o desenvolvimento integral das crianças que precisarem permanecer um tempo neste contexto.

Se, por um lado, os estudos que citamos trouxeram elementos importantes para refletirmos sobre os profissionais de acolhimento institucional, entretanto, observamos que na maioria deles não houve espaço para que as Mães Sociais falassem sobre o

trabalho realizado neste contexto. Sendo assim, traçamos para nós esta meta: compreender como as Mães Sociais significam o cotidiano no Acolhimento Institucional e analisar suas inter-relações com a constituição de sua identidade profissional.

1.3. Sobre o conceito de identidade profissional e seu processo de constituição

Aqui, tratamos de apresentar as bases teóricas para a compreensão do processo de constituição da identidade profissional das Mães Sociais. Ao nos referirmos a “processo de constituição” salientamos seu caráter dramático, sinalizado por Fontana (2003). Para ela, a constituição do “ser profissional” se dá continuamente, num jogo marcado por crises e contradições ao longo do tempo, da trajetória da vida.

Então, compreendemos que o *drama* de tornar-se profissional implica em experiências vivenciadas ao longo de todo desenvolvimento das Mães Sociais, embora se efetive nas e pelas relações estabelecidas, ao adentrar o universo do Acolhimento Institucional. Assim, levamos em conta que a identidade profissional é um importante componente da identidade ligada ao vínculo e ao sentimento de pertença de um indivíduo a uma determinada categoria ou grupo social.

Dessa forma, pautamo-nos, nesta pesquisa, na concepção materialista histórico dialética de homem e mundo e na expressão desta na Psicologia. Nossa escolha se deve, principalmente, ao fato de que, para autores que se baseiam nesta concepção, como por exemplo, Henry Wallon (1975, 1995) e L. S. Vigotski (1998, 2000a, 2000b), Berger e Luckmann (1985), a constituição do ser humano tem caráter material e histórico, e se dá pelas e nas relações estabelecidas entre o eu e o outro, ao longo de seu processo de desenvolvimento.

Assim, partimos do pressuposto de que o processo de constituição da identidade profissional das Mães Sociais emerge a partir de uma rede de interações pessoais e

sociais articuladas, que possibilitam a construção de significados sobre o que é ser Mãe Social em um processo dialético e histórico.

De forma a trazer alguns elementos para refletirmos sobre a identidade profissional, iniciaremos com as reflexões de Berger e Luckmann (1985). Para estes autores, a identidade se configura como um elemento chave da subjetividade e está em relação dialética com a sociedade. Ao ser formada por processos sociais, esta se constitui através dos processos e das relações sociais. As identidades são singulares ao sujeito e produzidas a partir de interações do indivíduo, da consciência e da estrutura social na qual este está inserido. Os autores afirmam que é a “identidade um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (p. 230).

A constituição da identidade coincide com o processo de socialização, da qual se encarregam as pessoas mais próximas, na estrutura social objetiva em que nos encontramos. Dubar (1997) analisou que o termo “socialização” define-se como a imersão na realidade cotidiana, que se trata, ao mesmo tempo, de um universo simbólico cultural e um saber sobre este mundo.

Berger e Luckmann (1985) esclareceram que, na infância, os outros significativos medeiam as relações entre pessoa e mundo, ao atribuírem sentido às situações, apresentando-as como realidades objetivas. A mediação, entretanto, não é um processo linear e mecanicista, pois o mediador modifica o mundo, ao selecionar os aspectos deste, e é modificado por ele, no que é influenciado por suas características idiossincrásicas e de classe social, que se organizam na história de cada um.

Neste processo de apreensão do mundo objetivo, a identidade é também apropriada, sendo “objetivamente definida como uma localização em certo mundo [...] a criança aprende que é aquilo que é chamada” (Berger e Luckmann, 1985, p. 177). As crianças interiorizam, no sentido de apreender como dotados de sentido, os significados atribuídos a elas e ao mundo que as rodeia, pelos outros significativos e a partir daí os apropriam, e tornam-nos seus.

O conceito de outros significativos foi utilizado a partir da obra de Mead (1934), intitulada *Self, Mind and Society*, que cunhou o termo “outro generalizado” para explicar a formação da identidade social (self) na pessoa. O self, por sua vez, é uma construção dos processos de interação e comunicação social com os outros. Ele explicou que a criança adota os papéis de pessoas significativas e ajusta desta maneira todas as atitudes em uma atitude única, que se organiza num complexo outro que se estabelece na consciência do indivíduo. Neste momento, completa-se a socialização primária.

Por sua vez, Berger e Luckmann, segundo Dubar (1997, p. 94), “retomam e aprofundam as análises de Mead (1934), introduzindo uma distinção interessante entre socialização primária e socialização secundária”. Os autores refletiram que a interiorização da identidade não é finalizada na socialização primária. Isto se deve ao fato de vivermos em uma sociedade organizada de maneira complexa, marcada pela divisão social do trabalho e pela distribuição social do conhecimento.

A socialização secundária é um processo que tem início quando a pessoa entra em contato com outras pessoas e com outras realidades ulteriores à família, denominados submundos institucionais. Neste momento, tornam-se necessárias novas interiorizações, nas e pelas relações com os outros que, no entanto, são menos emocionais que na socialização primária.

Para fazerem parte de uma instituição, as pessoas devem passar a utilizar uma linguagem específica. Ao recriá-la ou criá-la há possibilidade, tanto de comunicação com os demais membros, quanto à apropriação de habilidades exigidas, e a compreensão das normas adequadas para a execução da função. Berger e Luckmann (1985) explicaram que a socialização secundária permite a vivência de uma história compartilhada por diferentes pessoas, através da vivência de atividades semelhantes, e esta história é que se constituiu no germen da tipificação das ações, e gera o estabelecimento de novos papéis sociais.

A socialização secundária pode representar tanto uma continuidade com a socialização primária, quanto uma experiência de ruptura, embora a relação entre elas

não seja mecânica. Quando a ruptura é notória, há verdadeiras transformações da identidade, cujo desafio do processo depende da articulação duradoura entre um aparelho legitimador e uma reinterpretação da vida passada.

Dubar (1997, p. 96-7) indica diversas condições necessárias para o êxito do processo de socialização secundária em condições de ruptura, a saber: (i) assumir um “distanciamento de papéis”; (ii) forte compromisso pessoal e aquisição de técnicas que asseguram uma boa identificação ao papel visado; (iii) processo institucional de iniciação; (iv) ação contínua de um “aparelho de conversação”; e (v) existência de uma “estrutura de plausibilidade”, isto é, uma instituição mediadora.

Berger e Luckmann (1985, p. 185) definem socialização secundária como “a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente, com raízes na divisão do trabalho”. Embora os autores utilizem a palavra aquisição vamos tomá-la como construção, o que nos parece coerente com toda a obra dos autores, intitulada “A construção social da realidade”.

Neste processo de construção de conhecimento, há introjeção de novos papéis sociais, dentre os quais o papel profissional, que envolve, desde rituais, até componentes normativos, cognitivos e afetivos, ligados ao seu desempenho. Ou seja, a aprendizagem de um papel não passa apenas pela aquisição de rotinas necessárias para o seu desempenho exterior, mas implica numa distribuição social do conhecimento.

Dubar (1997) observou ainda, que ambas mantêm uma relação de dependência, já que a socialização secundária, jamais “apaga totalmente a identidade ‘geral’ construída no final da socialização primária” (p. 98). No entanto, para ele, o problema da articulação entre as identidades especializadas e a identidade, não é resolvida por aqueles teóricos, e pode apenas ser descrita empiricamente, mas não teorizada.

Ainda assim, o autor, acima citado, fala sobre o mérito da “construção social da realidade”, ao abordar a socialização secundária, já que coloca em foco a questão da socialização numa perspectiva da mudança social e não somente da reprodução da ordem social. Conseqüentemente, ao levar em conta a possibilidade da situação de

ruptura, a mudança social real pode efetivar-se, a fim de conduzir a uma não reprodução das relações sociais e das identidades anteriores e, ainda, permitir a transformação das identidades envolvidas. (Dubar, 1997).

Importante ressaltar que, para estes autores, a identidade é vista em permanente metamorfose (Berger e Luckmann, 1985, p. 196), idéia na qual se baseou Ciampa (1996) em seus estudos. Para este autor, a identidade está em contínuo processo de transformação e se constitui e é constituída nas relações homem e meio. Seu trabalho revelou uma preocupação do grupo de estudos em que estava inserido: superar a dicotomia indivíduo e grupo e entender as reciprocidades entre homem e sociedade, como condição necessária para a constituição do humano.

Em sua concepção, a identidade, aquilo que define o ser, é vista como um processo temporal, a partir da articulação entre subjetividade e objetividade, de tal maneira que homem não é apenas desejo, mas é também trabalho. Através do trabalho, segundo Ciampa (1985) o homem modifica o meio em que está inserido e produz-se a si mesmo, com o objetivo de concretizar a sua identidade, “que representa a pessoa e a engendra” (p. 242). Neste sentido, a identidade é compreendida como história, o ser humano não existe fora de uma história e da mesma maneira, não há história sem humanidade.

Ao corroborar Ciampa (1985), Jaques (1998) esboçou um conceito possível para identidade, como algo que é apreendido através das representações de si, em resposta à pergunta: “quem és?”. A autora explicou que isso não é uma simples duplicação mental ou simbólica da identidade, mas sim o resultado da articulação entre a identidade pressuposta, da ação do indivíduo e das relações que está envolvido concretamente.

Portanto, a identidade é constituída pela interiorização de atribuições feitas pelos outros, à pessoa. A autora acima citada explicou que é dos indicativos sociais e contextuais que o indivíduo retira suas possibilidades e impossibilidades de identidade,

mas não o faz passivamente, ao contrário, a apreensão dos significados e sentidos conferidos é ativa e tem como base as relações sociais e sua elaboração psicológica.

Na mesma direção, para Ciampa (1984), a identidade toma forma de personagens, através das quais os indivíduos desempenham papéis no contexto social, para possibilitar a concretização da identidade. Estes contém em seu *script* normatizações que regem o desempenho dos papéis, mas não são realizados mecanicamente, e sim de maneira ativa e original, a fim de garantir a singularização das pessoas. As múltiplas personagens se articulam de tal maneira que “ora se conservam, ora se sucedem; ora coexiste, ora se alternam” (p. 156), promovem igualdades e diferenciações, de tal maneira que uma personagem engendra a outra, e ao mesmo tempo, constituem um universo de significados que as contituem.

Neste sentido, a identidade só pode ser compreendida como mergulhada num contexto histórico e cultural e constituída nas relações, por intermédio da atividade desempenhada, ao se representar papéis assumidos ou negados ao longo da vida. Fontana (2003, p. 86) refletiu que a atividade profissional não apaga os outros papéis desempenhados no dia a dia de cada pessoa, mas acrescenta-se a eles e “rompe com a relação de continuidade e harmonia”.

A isto acresce-se a observação de Bock (1999, p.328), para quem este entendimento de identidade remete à compreensão de que a identidade profissional nunca estará pronta, sem definição, mas acompanha o movimento da realidade.

Ou seja, estudar o processo de constituição da identidade é observar suas mudanças, contradições, transformações, e ao mesmo tempo permanência, considerando parte e todo. Enfim, processo de desenvolvimento como processo de construção de significados e atribuições de sentidos ao mundo e reciprocamente ao eu. Estes significados nos são apresentados pelos outros com quem interagimos ao longo de nossa existência. Outros que nos apresentam distintos papéis e lugares sociais, por meio dos quais integramo-nos nas relações sociais e nos reconhecemos como pessoas (Fontana, 2003).

Corroborando esta maneira de ver a identidade profissional Gentil (2005), afirmou que:

Falar de identidade profissional implica [...] em considerar a interação entre processos, ou seja, o desenvolvimento individual – um sujeito com sua história pessoal de vida, seu círculo mais próximo de relações, suas expectativas e suas possibilidades, enfim sua subjetividade – em interação com o mundo da profissão – isto é, com um outro campo, o mundo do trabalho e da formação profissional – no qual o mesmo sujeito vivencia situações em que é parte de um outro coletivo, diferente daquele familiar, escolar ou de amigos. (p. 77)

Neste sentido, pensar sobre o processo de constituição da identidade profissional das Mães Sociais nos remete à compreensão do processo de desenvolvimento. Para isto, recorreremos às teorias de Henry Wallon (1975, 1995) e L. S. Vigotski (2000a, 2000b), autores que dão relevância à dimensão social e histórica do desenvolvimento. Para eles, o processo de desenvolvimento psicológico é mutável, multideterminado, marcado por crises e contradições, engendrado a partir das relações constituídas num contexto sócio-histórico e cultural. Nossa escolha se deve principalmente à consideração de que a relação eu-outro é constituinte da pessoa¹⁶, e neste trabalho compreendemos as Mães Sociais como pessoas.

Com base em Wallon (1995), o termo pessoa abrange e expressa a totalidade individual advinda da integração e da predominância que regem as relações entre os conjuntos constitutivos do ser humano (afeto, emoção, cognição e motricidade). As dimensões da pessoa articulam-se em inúmeras possibilidades, que conferem a cada Mãe Social uma forma própria e única, em movimento dinâmico e dialético, sempre em relação com os outros e com o meio.

Por sua vez, Vigotski (2000b, p. 74), concebe a pessoa como “um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo”, o que significa que não é possível

¹⁶ Quanto às terminologias utilizadas em nosso trabalho, cabe esclarecer que utilizamos o termo pessoa como equivalente a identidade, no sentido empregado por Wallon e Vigotski

compreender o psicológico, se analisarmos, por um lado, aspectos individuais, e por outro, aspectos sociais. É preciso partir da visão de que individual e social são duas dimensões integradas e geneticamente relacionadas.

Diante do até aqui exposto, gostaríamos de destacar a importância do outro como mediador neste processo de constituição da pessoa. Sobre isto, Vigotski (2000b, p. 24) afirmou:

Através dos outros constituímos-nos. Em forma puramente lógica a essência do processo do desenvolvimento cultural consiste exatamente nisso. Marx: sobre a classe (8)¹⁷. A personalidade torna-se para si aquilo que ela é em si, através daquilo que ela antes manifesta como seu em si para os outros. Este é o processo de constituição da personalidade. Daí está claro, por que necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros, aquilo que agora é para si. (p. 24)

Desta maneira, os outros do grupo social inserem a pessoa em uma rede de relações sociais e culturais. Sirgado (2000) explica que, ao introduzir a idéia de que as relações sociais são constituintes da pessoa, Vigotski (2000b) subverte o pensamento psicológico tradicional e desloca o foco da análise psicológica, do biológico para o cultural.

Entretanto, o primeiro autor chama a atenção para o sentido que o termo 'relações sociais', tem para Vigotski, como sendo o atribuído por Marx e Engels nas "Teses sobre Feuerbach". Marx e Engels (1982, citado por Sirgado, 2000) acreditam que os modos de produção e de acesso aos bens produzidos determinam os modos de relações entre as pessoas. No entanto, continua Sirgado (2000, p. 63), não se trata de uma determinação mecanicista, já que são os próprios homens que constroem seus modos de produção, tendo como base interesses específicos. Neste sentido:

¹⁷ Na citação: "Marx K., Engels F. Coletânea, t. 4, p.183: "As condições econômicas transformaram no início a massa da população em trabalhadores. O domínio do capital criou para esta massa situação igual e interesses comuns. Desta forma, esta massa já é uma classe em relação ao capital, mas ainda não para si mesma. Na luta... esta massa une-se, ela constitui-se como classe para si" "

As relações sociais constituem um complexo sistema de posições sociais e de papéis associados a essas posições que define como os atores sociais se situam uns em relação aos outros dentro de uma determinada sociedade e quais são as expectativas de conduta ligadas a essas posições. Por outra parte, dado que as relações sociais são determinadas pelo modo de produção da sociedade, as posições sociais e os papéis a elas associados traduzem a maneira como as forças produtivas se configuram nessa sociedade. (p. 65)

Concordantes com as colocações de Sirgado (2000), gostaríamos de enfatizar que, diante da perspectiva em questão, não é possível pensarmos em papéis fixos e imutáveis. Os papéis como construções sociais também estão sujeitos ao movimento da realidade e mais ainda, ao serem desempenhados por atores sociais, assumem suas idiossincrasias.

Ademais, quanto à reflexão de que as posições e papéis sociais traduzem as configurações das forças produtivas da sociedade, enfatiza nossa questão de saber como se constitui a identidade profissional em instituições que prestam cuidados alternativos às crianças afastadas do convívio com a família de origem, mais especificamente no Acolhimento Institucional, já que se trata de um contexto marcado pelo abandono e marginalização social.

Ante as discussões sobre o papel do outro na constituição da identidade, Sirgado (2000, p. 67) defendeu a visão de que o que é interiorizado é a significação que o outro (portador das significações) adquire nas relações com o eu, “o que, no movimento dialético da relação, dá ao eu as coordenadas para saber quem é ele, que posição social ocupa, e o que se espera dele”. A significação é o mecanismo que permite a “conversão dessas relações, em funções do indivíduo e em formas da sua estrutura” (p. 66) através da qual “eu e outro” tornam-se uma unidade psíquica, sendo o único elemento constante na pessoa a significação.

Em consequência, entendemos que a significação das relações sociais se converte em significação pessoal e a recíproca é verdadeira. Assim, consideramos que

as significações são importantes circunscritores de desenvolvimento, na medida em que, ao nos relacionarmos com os outros, significações do outro, do mundo e de nós mesmos (si mesmo) são disponibilizadas nas situações e se tornam mediadoras de possibilidades de ações concretas das pessoas inseridas no contexto. Neste sentido, podemos afirmar que, para compreender a constituição da identidade profissional no Acolhimento Institucional, devemos conhecer como as Mães Sociais significam o cotidiano neste contexto do Acolhimento Institucional.

Por serem múltiplas as significações das relações estabelecidas ao longo do ciclo de vida, supomos que também são múltiplas as pessoas. Porém, na medida em que significamos o mundo e o assumimos como nosso, participamos de um processo original, que possibilita sua recriação. É esta possibilidade de criar e recriar o cultural no qual estamos mergulhados que torna o processo de constituição da identidade uma singularização da vida social.

Outro aspecto importante para compreendermos a constituição da identidade profissional das Mães Sociais refere-se à definição de meio, oferecida por Wallon (1975, p.165): “o meio é um conjunto mais ou menos estável de circunstâncias nas quais se desenvolvem existências individuais”. Segundo este pesquisador, estabelecemos com o meio social relações de troca recíproca: se por um lado satisfazemos nossas necessidades e retiramos dele as condições para nosso desenvolvimento, ao mesmo tempo transformamos suas condições e criamos simbolismos e cultura em interação com os outros, sendo assim engendrados por ele. Desta forma, percebemos que o meio representa recurso e instrumento de desenvolvimento.

As relações pessoa e meio são de constituição recíproca, o que nos leva à noção de que este só pode ser analisado, em função das pessoas que participam de sua organização, e o fazem a partir de seus conhecimentos, suas possibilidades materiais, afetivas, cognitivas, motivações e objetivos. Além disso, havemos de levar em conta o aspecto histórico, importante circunscritor do processo de constituição da identidade, também para Wallon.

Neste trabalho, concebemos o serviço de Acolhimento Institucional como meio em que os profissionais exercem sua atividade, e procuramos analisar seus diferentes aspectos, não apenas o espaço físico, funções, regras, rotinas, relações face a face, mas também os aspectos macro-sociais, imbricados em sua organização.

Wallon (1975) explicou que nos espaços sociais as pessoas vivenciam papéis, em função de demandas, normas e expectativas em relação a elas. Desta feita, têm a possibilidade de perceber diferentes aspectos de si mesmas e dos outros e construir a imagem de si, sua identidade, sua pessoa.

Ao concebermos os aspectos sociais, culturais e históricos em constante transformação e concomitante relação com a pessoa no processo dialético de internalização, não se pode pensar em identidade de um modo estanque, mas em processo de constituição contínua. Suas configurações se organizam por contínuas mudanças e transformações nos processos das relações vividas por todos os atores, que compartilham o contexto e o espaço físico: Mães Sociais, crianças, famílias das crianças, outros atores dos sistemas de garantias de direitos.

Tudo isso nos remete, finalmente, à idéia de que a constituição da identidade profissional das Mães Sociais é um processo contínuo, subjetivo, obedece às trajetórias individuais e históricas e tem como possibilidade a construção/desconstrução/reconstrução do contexto em que estão mergulhadas.

2. CONSTRUÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA: SOBRE AS PISTAS, AS TRILHAS E OS PASSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos algumas pistas metodológicas que orientaram nossa caminhada pelas trilhas que escolhemos percorrer para atingir nosso objetivo. A seguir, procuramos visualizar os passos que nos levaram à construção do corpus da nossa pesquisa.

2.1. Seguindo as pistas e trilhas metodológicas

Neste item, pretendemos desvelar alguns elementos da Pesquisa Qualitativa, essenciais para a construção dos nossos dados. No entanto, gostaríamos de ressaltar que o método não está presente apenas no momento da análise, mas perpassa todo o processo de construção da dissertação, desde a escolha do tema, do contexto a ser pesquisado, da construção do problema, da organização dos capítulos. Segundo Vigotski (1998, p. 77), os métodos refletem a maneira pela qual os problemas psicológicos são vistos e resolvidos.

Em nosso caso, inserimo-nos no conjunto de pesquisadores que consideram o estado infundado do conhecimento e a necessidade de permanente reconstrução do mesmo. Isto decorre em função do inacabamento do nosso objeto de estudo, seu caráter processual ou dramático. Vigotski (1998), ao partir do método materialista histórico dialético, formula o objetivo e os fatores primordiais na análise psicológica que são:

- (1) Uma análise do processo em oposição a uma análise do objeto;
- (2) uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa e não descritiva; e
- (3) uma análise do desenvolvimento de uma determinada estrutura. (p. 86)

Neste sentido, investigar o processo de constituição da identidade profissional das Mães Sociais que trabalham no Acolhimento Institucional para crianças implica na análise do processo de constituição da identidade. Isto nos remete ao exercício de compreender seu movimento, sua historicidade, sua complexidade, e assumir que são os sujeitos que constroem a sua realidade e reciprocamente são constituídos por ela.

Também consideramos a dinamicidade das pesquisas que são construídas na interação constante entre pesquisadores e pesquisados que, por sua vez, compõem um texto, mergulhados num contexto que não apenas os apóia, mas na medida em que é modificado por eles, modifica as pessoas, as possibilidades de relações e o texto construído, reciprocamente. Esse ponto de vista é evidenciado ao levarmos em conta o meio com toda a complexidade que a utilização do termo implica.

Com relação à imersão no contexto, gostaríamos de ressaltar que, ao tentarmos compreender como os profissionais significam o cotidiano, procuramos nos abster de nossos preconceitos em relação aos serviços de acolhimento institucional para crianças, e aos profissionais que aí trabalham, na tentativa de captar aquilo que iríamos estudar (Bogan e Biklen, 1994). Nossa intenção foi de mantermos uma posição de estranhamento frente aos fenômenos e ficarmos atentos aos desdobramentos de significações surgidas nas e pelas relações estabelecidas.

Quanto às relações entre pesquisadores e pesquisados, Bogdan e Biklen (1994) definiram que uma das características da pesquisa qualitativa é a formulação de objetivos que pretendem investigar os fenômenos no contexto em que se objetivam. De tal modo que as questões não são estabelecidas a priori, mas reconstruídas e selecionadas à medida que o pesquisador se insere no contexto pesquisado. Uma segunda característica refere-se ao fato de esta privilegiar a compreensão dos comportamentos a partir da visão dos sujeitos da investigação, os dados são construídos em função de um profundo contato entre os participantes da pesquisa.

Então, procuramos estar atentos quanto ao risco da ilusão de que compreendemos o fenômeno em estudo apenas a partir da visão das entrevistadas. Aqui

interpretamos os dados a partir de nosso quadro conceitual (Bogdan e Biklen, 1994), pois, ao interpretar, acrescentamos nossa identidade, o que envolve nossas relações familiares, formação acadêmica, classe social, gênero, cor, língua, momento histórico, sociedade, dentre outros aspectos.

O caráter interpretativo do conhecimento é realçado por Gonzáles Rey (2002), que o considerou um princípio base da epistemologia qualitativa. O mesmo autor explicou que o caráter interpretativo advém da necessidade de dar sentido às expressões dos participantes de tal forma que, a partir da interpretação, há integração, reconstrução e apresentação dos indicadores que obtivemos durante a pesquisa, que ao serem integrados, passam a fazer sentido. Não se trata de uma redução da riqueza do objeto de estudo em categorias pré-estabelecidas, mas sim de “um processo diferenciado que dá sentido a diferentes manifestações do estudado e as converte em momentos particulares do processo geral, orientado à construção teórica do sujeito, em sua condição de sujeito social” (p. 32).

Essas construções refletem a imbricação do pensamento dos sujeitos pesquisados e do pesquisador, o que enfatiza o papel ativo dos dois atores no processo de construção do conhecimento. Neste sentido, Rossetti-Ferreira, Amorim e Soares-Silva (2004), Soares-Silva (2003) e Freitas (2002) consideraram a relevância de contextualizar o pesquisador, tanto quanto os entrevistados. Os pesquisadores, para elas, são pessoas inseridas na situação que estudam, fazem parte da investigação e levam para ela tudo o que os constituem. Além disso, estão implicadas na produção narrativa dos entrevistados com suas posturas, sorrisos, questões, ou simples presença. Igualmente, os pesquisadores são aqueles que relatam as informações levantadas por um discurso científico que depende do lugar histórico, social em que se situam os investigadores.

Assim, reafirmamos o imperativo de refletir sobre o papel ativo de todos os atores que compõem a investigação. Conforme apontado por Gonzáles Rey (2002), as relações entre pesquisadores-pesquisados constituem condição para o desenvolvimento das pesquisas nas Ciências Humanas. Sendo assim, a interpretação dos dados, ou seja, a

atribuição de sentidos e significados aos indicadores iniciais só se faz possível mediante as relações estabelecidas entre as pessoas. Para complementar nossas idéias, buscamos sustentação em Freitas (2002), ao afirmar que as análises interpretativas do pesquisador são realizadas “a partir do lugar sócio-histórico no qual se situa e dependem das relações intersubjetivas que estabelece com os seus sujeitos” (p. 29).

Nesta direção, propusemos a construção de conhecimento a respeito de uma realidade multideterminada, que constitui e é constituída por sujeitos ativos e singulares, interativos e cunhados no e pelo social.

Ao tomar a observação por processo de construção do conhecimento, refletimos que este envolve escolha e relação entre nossa subjetividade e a subjetividade dos sujeitos pesquisados, de tal maneira que o encontro entre pesquisadores e pesquisados é, para nós, um encontro entre pessoas, pautado nos princípios de uma “ética dialógica”, como bem definiu Spink (2000). Importa salientar que Wallon (1995) alertou para o fato de que nenhuma observação é um decalque exato da realidade.

Também Bakhtin (1985) ressaltou que, embora qualquer objeto de conhecimento possa ser percebido e compreendido como coisa, um sujeito não pode ser percebido, nem estudado como coisa, uma vez que sendo sujeito não pode permanecer sem voz e o conhecimento construído por ele só pode ter caráter dialógico. Diante dos sujeitos, nós não podemos nos limitar à contemplação, que não nos dará conhecimento a seu respeito, mas para isto será preciso falar com ele, dialogar.

Dessa forma, para ter esses elementos como pistas que orientaram nossa pesquisa, optamos por percorrer as seguintes trilhas, na construção de nosso trabalho. Em conversas e estudos definimos que nosso desejo estava voltado para o estudo com profissionais que desenvolviam trabalhos em Serviços de Acolhimento Institucional, na modalidade Abrigo Institucional para pequenos grupos¹⁸. Antes do início do trabalho,

¹⁸ “O Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades como: Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem”. (Brasil, 2006a, p. 130)

submetemos o projeto à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia - UFU (APÊNDICE A).

Em seguida, começamos a buscar uma instituição que se enquadrasse nos critérios que tínhamos demarcado: Serviços de Acolhimento Institucional, na modalidade Abrigo para pequenos grupos, que atendem crianças de 0 a 12 anos de idade. Também gostaríamos que fosse uma instituição reconhecida pelo Ministério Público e pelo Município, pois acreditamos que assim não corríamos o risco de a instituição ser fechada ao longo do nosso trabalho.

Finalmente, era necessário que os profissionais aceitassem participar da pesquisa. Para isto, entramos em contato com as Psicólogas do Fórum da cidade de Uberlândia, e solicitamos uma lista de instituições que atendessem aos nossos dois primeiros critérios, e também com alguns pesquisadores, Psicólogos, da própria Universidade Federal de Uberlândia, que desenvolviam pesquisas e/ou atendimentos neste contexto.

A instituição escolhida destacou-se para nós como aquela que atendia a todos nossos critérios iniciais. O fato de possuir vínculo com a Universidade Federal de Uberlândia também chamou nossa atenção, já que isto poderia favorecer os próprios profissionais.

O primeiro contato com a instituição foi feito com a coordenadora, por telefone. Por meio deste, agendamos um momento para nos conhecermos pessoalmente e ela foi, desde o início, muito solícita. Neste encontro, foi assinado um documento (APÊNDICE B), por meio do qual autorizou a pesquisa na instituição sob sua responsabilidade.

Num segundo momento, agendamos uma reunião com todos os profissionais do Acolhimento Institucional, a fim de apresentarmos nosso projeto no que se referia à justificativa, aos objetivos, aos procedimentos que seriam utilizados na pesquisa. Todos foram esclarecidos quanto à liberdade para questionamentos referentes à pesquisa e à possibilidade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer

momento da pesquisa. Também foram informados quanto á garantia de sigilo, no que se refere à sua identidade e/ou da instituição na qual trabalhavam. Em seguida, foi lido em conjunto o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (APÊNDICE C), para ser assinado pelas pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa, a fim de garantir sua dignidade e respeitá-las em sua autonomia.

As visitas ao contexto e as entrevistas abertas com os profissionais que atendem crianças em serviços de Acolhimento Institucional são processos que se configuram como pontos favoráveis para a construção conjunta do conhecimento. Então, diante do consentimento de todos, iniciamos nossas visitas ao Acolhimento Institucional (APÊNDICE D), a fim de nos familiarizarmos com a situação pesquisada.

Rossetti-Ferreira et.al. (2004, p.31) consideram que esse é o primeiro momento da pesquisa e é de grande importância, já que permite um mergulho do pesquisador na situação e permite-lhe apreender os elementos que o compõem. Estas visitas, em conformidade com o sugerido pelas autoras, possibilitaram sistematizar a maneira de olhar, registrar os dados e construir o corpus da pesquisa, além de melhor definição dos recortes, o que pode precisar o foco do estudo.

As visitas constituíram-se em momentos de convivência entre pesquisadora e profissionais do Acolhimento Institucional, por meio de participação no cotidiano e concomitante observação. Nestas oportunidades, buscamos investigar o funcionamento do Acolhimento Institucional, o relacionamento entre os profissionais e destes com as crianças, a fim de obtermos elementos para a compreensão da realidade que se apresentava para nós.

Nosso foco era compreender como as Mães Sociais significam o cotidiano no Acolhimento Institucional e analisar suas inter-relações com a constituição de sua identidade profissional. Com isso em mente, optamos por participar alguns dias neste contexto e vivenciar a sua rotina. Assim, nos envolvemos; dividimos com eles suas tarefas e conversamos com os profissionais sobre o Acolhimento Institucional e suas

relações com outros atores do Sistema de Garantia de Direitos; sobre filhos, maridos, famílias; demos opiniões. Ao mesmo tempo, procuramos fazer anotações sobre especulações, sentimentos, problemas, impressões, dúvidas e surpresas, conforme indicam Lüdke e André (1986).

Ao final das visitas definimos quem seriam os profissionais entrevistados e optamos que fossem as Mães Sociais, por estas serem responsáveis diretas pela organização do cotidiano no Acolhimento Institucional.

No Acolhimento Institucional trabalhavam três Mães Sociais, mas uma delas não aceitou participar da pesquisa, alegou que tinha pouco tempo de trabalho e não poderia contribuir em nada conosco. Durante a pesquisa, esquivou-se de contatos e conversas, mesmo aquelas informais. Então, participaram deste estudo, Maria e Ana¹⁹.

No momento das entrevistas, Maria era casada, tinha 42 anos, dois filhos e uma neta que morava com ela. Estudou até a oitava série do ensino fundamental e trabalhava há dois anos e sete meses no Acolhimento Institucional. Ana era casada, tinha 28 anos, uma filha criança. Estudou até a metade do primeiro ano do ensino médio e estava há dois anos no Acolhimento Institucional. As entrevistadas em nossa pesquisa serão apresentadas mais detalhadamente no capítulo 3.

Anteriormente, fizemos referência ao papel ativo do pesquisador na construção dos dados, concebido como alguém inserido na situação pesquisada. Dessa forma, consideramos relevante caracterizar aqui a pesquisadora que fez as visitas ao contexto e as entrevistas com as outras participantes.

Aline, 31 anos, graduada em Psicologia, mestranda em Psicologia, professora na área de Psicologia da Educação, do Desenvolvimento, casada, dois filhos. Na graduação, fez estágio em abrigos para mulheres em situação de violência doméstica, e direcionou seus enfoques para crianças e profissionais de Acolhimento Institucional. Como profissional, atuou também como Psicóloga do Programa Sentinela, e atendeu famílias em situação de abuso e exploração sexual infanto-juvenis.

¹⁹ Nomes fictícios.

A postura que adotamos na entrevista foi procurar, por um lado, interferir pouco no relato e favorecer a postura de escuta e respeito, além de criar uma atmosfera natural de conversa, e responder a questões e comentários feitos pelas entrevistadas. As entrevistas foram realizadas numa sala do Acolhimento Institucional, individualmente, com duração de, aproximadamente, duas horas. As portas da sala ficaram abertas, por opção das entrevistadas, já que isto possibilitaria que elas se mantivessem atentas ao que acontecia na casa.

Os horários das entrevistas foram agendados para momentos em que as crianças estivessem em horário escolar. Os relatos orais foram gravados em MP3, já que assim as interações verbais poderiam ser registradas com fidelidade. Além disso, ao utilizar tal recurso, é possível prestar mais atenção ao que diz o entrevistado e, conseqüentemente, obter uma melhor qualidade da entrevista. Depois de gravadas, as entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas. Todas elas tiveram o mesmo formato e seguiram a seguinte orientação: “Eu gostaria de conversar com você sobre o trabalho que você faz, como você chegou aqui, como são suas relações com as crianças, com seus colegas, com sua própria família”.

Os objetivos das entrevistas estavam voltados para a compreensão do que circunscreve a prática dessas Mães Sociais: suas histórias de vidas, suas experiências profissionais, suas impressões sobre seu trabalho, como se constituem as relações entre adulto/criança, adulto/adulto, adulto famílias das crianças, em que contexto elas ocorrem. Neste sentido, pretendemos discutir como as Mães Sociais significam o cotidiano no Acolhimento Institucional, bem como analisar suas inter-relações com a constituição de sua identidade profissional.

2.2. Explicitando os passos para a análise

Nesta caminhada em direção ao nosso objetivo, os passos metodológicos para tratamento das informações não foram definidos *a priori*, sendo resultado de um processo

de ir e vir ao material construído. As entrevistas foram transcritas pela pesquisadora, na íntegra, *ipsis literi*, pois registramos fielmente as falas das Mães Sociais. Dessa forma, erros de concordância e de pronúncia não foram corrigidos nas citações. Posteriormente, foram feitas revisões, a fim de modificarmos os nomes de pessoas e lugares que apareciam nas falas, e garantir, assim, a confidencialidade. Os nomes de cidades, com exceção de Uberlândia, foram retirados. As páginas e linhas foram numeradas para facilitar a referência ao material, e as siglas E:, e MS:, foram utilizadas para delimitar as falas da Entrevistadora e da Mãe Social, respectivamente, conforme pode ser visto no APÊNDICE E.

Com as entrevistas transcritas e revisadas foram realizadas leituras do material e identificação dos assuntos, o que resultou na elaboração de uma reflexão, por meio de uma adaptação da metodologia de análise proposta por Spink e Lima (2000, p. 107): o “mapa de associação de idéias”. Uma adaptação, por que não fizemos o desenho do mapa, apenas nos guiamos pelas sugestões de sua utilização para estudar nossas entrevistas.

Assim, primeiramente, identificamos quatro categorias gerais, a saber: 1) história de vida; 2) o trabalho no Acolhimento Institucional; 3) as Mães Sociais e as crianças; 4) as Mães Sociais e os outros atores do Sistema de Garantia de Direitos. Após a delimitação destas, buscamos apreender os conteúdos referentes a cada uma, que foram demarcadas com diferentes cores. Para isso, utilizamos a ferramenta “Realce” do Programa Microsoft Word, o que facilitou a visualização dos conteúdos, constituindo blocos temáticos.

Embora para cada entrevista tenham surgido caracterizações diferentes, chegamos à conclusão de que seria possível organizar as falas das Mães Sociais, de modo geral, a partir da seguinte orientação: na categoria “história de vida”, consideramos os temas referentes à família biológica, família constituída. Na segunda categoria, “o trabalho no Acolhimento Institucional”, fizeram parte os temas: chegada ao Acolhimento

Institucional, o que pensa sobre Acolhimento Institucional, atividades no Acolhimento Institucional, definição de Mãe Social. A terceira categoria “as crianças e as Mães Sociais” foi composta pelas temáticas: (in) disciplina, organização da rotina e pertences, sentimentos em relação às crianças. E, finalmente, a quarta categoria, “relações com outros atores do Sistema de Garantia de Direitos”, consideramos os temas: relações com colegas, com a comunidade e com as famílias de origem das crianças.

Com os blocos temáticos demarcados, com novas leituras do material, identificamos, ao longo de toda a entrevista, os modos pelos quais as pessoas se apresentavam. Por exemplo, se relatava um evento e se caracterizava como carinhosa, essa adjetivação era anotada por meio da ferramenta “Comentário” do Programa Microsoft Word. Já que a quantidade de caracterizações foi extensa, procuramos regularidades que apontassem para a existência de descritores de si, relacionados e passíveis de serem agrupados. Por exemplo, algumas vezes Maria se descreveu como atenta e vigilante, e estes foram agrupadas com o descritor, disciplinadora.

Numa tentativa de contextualizar a construção dos dados de nosso trabalho apresentaremos no próximo subitem as primeiras impressões da pesquisadora ao adentrar o universo do Acolhimento Institucional e a rotina do Acolhimento Institucional.

2.3. Relatando as condições de construção do corpus

As primeiras impressões ao adentrar o universo do Acolhimento Institucional

Nosso primeiro contato com o Acolhimento Institucional foi realizado com a coordenadora, dois dias depois da nossa primeira conversa. Percebi certa tensão em suas expressões e ela adentrou ao ambiente sem olhar pra trás: “quer ver uma coisa?”. Entramos e andamos em direção a um choro alto e contínuo, sem variação harmônica. Deitada em uma cama, estava uma criança com paralisia cerebral, que tinha a roupinha

aberta, *“Tá vendo? Queimado de ferro de passar roupa, foi ontem à noite aqui no Abrigo²⁰!”*.

Então, ficamos sabendo que, durante o plantão de uma das Mães Sociais, a criança acordou queimada de ferro. Não houve explicações por parte dela sobre o que ocorrera, sendo que ela diz ter sido um acidente, mas que não estava presente na hora do acontecido, que só viu depois de um tempo. Esta situação chocou-nos, preferimos responder com silêncio, pelo susto, e por acreditar que era a melhor forma de demonstrar compaixão a todos envolvidos na cena. Posteriormente, soubemos que foi aberto um inquérito policial contra a Mãe Social, que foi demitida. Mas, até o final da nossa pesquisa, não tinha havido resolução judicial sobre o caso.

Em seguida, conversamos sobre nosso intento de desenvolver a pesquisa no Acolhimento Institucional e escutar os profissionais que aí trabalhavam diariamente. Tal proposta foi bem recebida pela coordenadora, que afirmou enfrentar mais dificuldades no dia-a-dia para administrar os problemas entre eles, do que com as crianças. Também colocou-se à nossa disposição para o que precisássemos, de forma que demonstrou abertura da instituição para nossas visitas e conversas com crianças, adolescentes e todos que aí trabalhavam.

A reunião com todos os profissionais, a fim de apresentar o projeto de trabalho e proceder à assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido, transcorreu num clima descontraído. Ao perguntarmos a eles o porquê de estarem sendo incluídos na pesquisa, todos foram unânimes em afirmar que era porque cuidavam das crianças. Na medida em que mergulhamos no contexto, passamos a compreender melhor a realidade vivida no Acolhimento Institucional. Várias vezes os escutamos sobre o abandono vivido no dia-a-dia da instituição: *“As pessoas vêm nos ajudar, mas não dão conta. Começam trabalhos bacanas, mas sempre acontece alguma coisa e eles vão embora!”*. Neste

²⁰ Optamos por manter a terminologia utilizada pelas pessoas, para não alterar suas falas.

sentido, falavam sobre voluntários que iniciam trabalhos no Acolhimento Institucional, mas não dão continuidade.

Nesse momento, consideramos oportuna a apresentação do quadro de profissionais do Acolhimento Institucional, para sabermos, desde já, quem participava deste cotidiano:

- *A Coordenadora:* tem como responsabilidade básica organizar todos os aspectos da instituição, tais como questões administrativas e problemas de relacionamento.
- *As Mães Sociais:* todas têm como responsabilidade (APÊNDICE F) os cuidados diários e noturnos com as crianças. São três Mães Sociais, que se revezam em plantões de 24 horas, com folga de 48 horas, perfazendo um total de 10 plantões ao mês. Porém, apenas duas delas participaram da nossa pesquisa.
- *Motorista:* sob sua responsabilidade está o transporte das crianças para que elas realizem as atividades fora do Acolhimento Institucional (serviços médicos, Psicólogas, Fonoaudióloga, Escola, Creche). Trabalha oito horas diárias, não trabalha aos sábados, domingos e feriados, a não ser que seja requisitado.
- *As Serviços Gerais:* eram duas, que se revezavam num trabalho de oito horas diárias, dia sim, dia não. Ambas têm como responsabilidade básica o preparo das refeições e a arrumação e limpeza da casa.

Em nossas visitas, nos propusemos a permanecer ao lado dos profissionais e realizar com eles as tarefas diárias. Durante nossa pesquisa, fomos bem recebidos, embora ficássemos com uma impressão de que estes nos olhavam com certa desconfiança. Ainda tivemos a oportunidade de vivenciar momentos de solidariedade, em

que os profissionais se ajudavam nas tarefas da casa, entre a limpeza da casa e os cuidados com as crianças.

Além disso, pudemos saber sobre as dificuldades de relações enfrentadas com o Conselho Tutelar. Até soubemos a respeito do número de encaminhamento de crianças ser superior à capacidade do Acolhimento Institucional e dos embates diante da impossibilidade de atender à demanda. Tomamos conhecimento sobre a “promessa” de que o Acolhimento Institucional seria apenas temporário, “*só no final de semana*”, mas que realmente perduravam meses; crianças encaminhadas sem documentação, sequer certidão de nascimento, e falta de apoio do Conselho Tutelar, no sentido de atualizar os cadastros das crianças.

Também foram vividas situações de descontração com os educadores, por meio de risos e casos contados por eles, pela pesquisadora e pelas crianças. A cena mais marcante ocorreu durante o almoço em que uma das educadoras estava sentada à mesa com as crianças. Todas as crianças comiam em pratos fundos e com colheres, e tentavam equilibrar a comida na colher, com o máximo de perícia possível a uma criança. A educadora, ao perceber o esforço que faziam diante da minha presença, interveio, e justificou que eles comiam de colher para não derramar, mas que, quando alguns deles foram visitá-la, comeram com garfo e faca e não fizeram nenhuma bagunça à mesa. Nesse momento, as crianças demonstraram-se orgulhosas e seus olhos demonstraram grande contentamento; também a educadora demonstrou alegria ao perceber o efeito causado por sua fala nas atitudes das crianças.

Ao mesmo tempo, foi notável a alegria e a descontração destas, ao participarem da “aula de teatro” com aluna estagiária, voluntária, do curso de Artes Cênicas da Universidade Federal de Uberlândia. Como se divertiam! Por não estarem acostumadas comigo, percebi que minha presença os inibiu e eu não me senti à vontade para permanecer na sala com eles. Mas, enquanto participavam das atividades com as Mães Sociais e dos serviços gerais, ouvia suas gargalhadas e cantos, que preenchiam os espaços vazios do Acolhimento Institucional.

A partir da impossibilidade de uma pesquisa neutra, já que se trata de uma relação humana – a de pesquisador/pesquisado – mergulhei no universo das Mães Sociais e nosso trabalho gerou reflexões pessoais e profissionais abundantes. Mesmo que as questões referentes à violência, abuso e exploração de crianças e medida protetiva de abrigo sejam motivo de questionamentos e estudos há algum tempo, consideramos ser esse um trabalho penoso, que provoca sofrimento para todos os envolvidos e, ao mesmo tempo grande crescimento.

Muitos foram os desafios e os aprendizados, que serviram para enriquecer nosso estudo e, com toda certeza, em muito engrandeceram nossa vida, integralmente. Após as observações e as entrevistas mantivemo-nos em contato telefônico com a instituição, a fim de evitar repetir o abandono institucional, tão fortemente denunciado pelos profissionais que aí desenvolvem seus trabalhos e explicitado na primeira visita.

Ainda nos propusemos retornar ao Acolhimento Institucional ao final da pesquisa, a fim de apresentar uma devolutiva sobre nosso trabalho. Tal sugestão também foi recebida com satisfação pelas pessoas que atuavam na instituição.

Considerações sobre a rotina no Acolhimento Institucional:

O espaço pesquisado é localizado na cidade de Uberlândia/MG. Trata-se de uma instituição destinada a cumprir medida protetiva de abrigamento de crianças, na faixa etária de 2 a 12 anos, de ambos os sexos, vítimas de violência de qualquer natureza, abandono, omissão, orfandade, negligência e/ou risco pessoal e social, encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude e pelo Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

Com expectativa de receber até catorze crianças para permanência na instituição em tempo integral, foi fundado no ano de 2001 como Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica. As despesas são custeadas por meio de doações da sociedade e subvenção municipal, que se destinam ao pagamento de

funcionários e alimentação básica das crianças e funcionários do Acolhimento Institucional.

A instituição funciona em casa emprestada por pessoa voluntária, as instalações estão bem conservadas, as paredes com pintura nova e bem limpas. O quarto dos meninos com paredes cor azul claro e das meninas rosa claro. A frente é fechada com grade, de onde se pode vislumbrar um pátio grande, que serve de garagem para a “Kombi”, que transporta as crianças para a escola e consultas com médicos, psicólogas, fonoaudiólogas e outros profissionais. Nesse espaço existe um balanço para duas crianças, mas este não é utilizado, já que os educadores temem pela segurança de todos e/ou que os pais das crianças as vejam e queiram levá-las do Acolhimento Institucional.

Para a casa existem duas entradas, sendo uma pela garagem, que nos levava diretamente à casa e se encontrava sempre trancada por questão de segurança, conforme fala dos educadores. Ao transpormos a segunda porta, temos acesso à entrada oficial, realizada por uma porta lateral, onde encontramos um espaço com geladeira e pia, que desemboca numa sala de jantar, com uma mesa e dois bancos inteiriços, e num corredor que dá acesso à ampla sala de televisão com sofás.

Na sala de jantar, há passagem para outro corredor, para os quartos compostos por uma suíte com três beliches e um berço para as meninas; outro banheiro (no corredor) para os meninos e um quarto para eles com três beliches e um berço. É neste quarto que dormem as Mães Sociais. Finalmente, um quarto/sala da coordenação, com microcomputador, armários onde são guardados remédios, materiais de higiene e roupas de cama e banho.

A cozinha fica no exterior da casa, é grande, com armários, fogão industrial, mesa, duas cadeiras, pias, forno elétrico, despensa. Também, no exterior da casa, há um banheiro que não é utilizado e um quarto onde são guardados brinquedos das crianças em caixas e prateleiras, e, ainda, uma máquina de lavar roupas que se encontra na embalagem original, no aguardo da instalação.

Em cima da casa há uma cobertura arejada, onde as roupas são estendidas para secar, alguns materiais de doações como mesas, cadeiras depositadas num canto, as bicicletas das crianças também ficam aí. Entretanto, trata-se de lugar pouco utilizado pelas crianças, porque, segundo os educadores, a vizinha sempre reclama sobre o barulho das crianças quando brincam, o que gera desconforto para todos no Acolhimento Institucional.

Quanto à rotina no Acolhimento Institucional, não há muita variação nos plantões de uma Mãe Social para outra, que procuram cumprir à risca as tarefas prescritas para elas. Ao questionarmos quem planejou a rotina, bem como as regras de conduta com as crianças e para elas, soubemos que este foi fruto de um consenso entre as próprias Mães Sociais e a Coordenadora. Durante nossas visitas, as atividades das profissionais foram acompanhadas em diferentes momentos do dia, e, a partir de tal acompanhamento, apresentamos uma síntese do que foi visto.

As crianças aguardam, deitadas, o preparo do café da manhã pelas Mães Sociais. Enquanto perguntam, das camas, se podem levantar, conversam entre si, algumas vão ao banheiro, até às 08:00h. Neste momento, são servidas e ao terminar o café alguns vão assistir à televisão, outros solicitam os brinquedos que ficam guardados na sala de brinquedos e são distribuídos pela Mãe Social. Há interações indiretas entre profissionais e crianças, já que são aquelas que organizam a rotina da casa, servem o lanche da manhã, acompanham as trocas de roupas, ligam a televisão, distribuem brinquedos para as crianças. Entretanto, não percebemos diálogos ou brincadeiras constantes entre Mães Sociais e crianças, a não ser em caso de brigas, disputas por brinquedos, sendo que algumas vezes, elas convidam alguma criança que está sozinha para se juntar às demais.

Diante disso, os conflitos entre as crianças, que foram raros na nossa presença, são resolvidos corpo a corpo, as crianças se enfrentam e resolvem os embates, sem muitas conversas. Assim, percebemos que as causas dos conflitos não são intuídas

pelas profissionais, que medeiam as brigas de maneira unilateral, sem perguntar o que está acontecendo, e sim dizendo, por exemplo, que vão tomar o brinquedo, alvo de disputa entre duas crianças, ou ameaçam desligar a televisão.

Conforme já relatamos, no espaço há dois banheiros, um masculino e um feminino e o uso do banheiro é livre, sendo respeitada a vontade das crianças. Às 10 horas da manhã, as crianças começam a se preparar para irem para a escola e vão para os quartos. Este é o horário do banho, monitorado pelas Mães Sociais. Todas as crianças ficam no quarto, aguardam sua vez de entrar no banho e não há o que fazer neste momento, deitam-se, sentam-se e conversam enquanto esperam.

A Mãe Social entra no banheiro e ajuda no banho, orienta na higienização, entrega o tanto de xampu que cada um precisa. No dia em que acompanhamos a Mãe Social durante o banho das meninas, estas conversaram muito conosco; enquanto aguardavam, contavam sobre como estavam seus desempenhos na escola, quais eram as suas expectativas, no sentido de irem para outro serviço de Acolhimento Institucional no próximo ano (quem estava com 11 anos), serem adotadas, ou resgatadas por pessoas da família. As crianças que ficam prontas podem ir assistir à televisão.

Enquanto isso, uma das profissionais de Serviços Gerais prepara o almoço. A cozinha é um local sempre visitado por crianças e adultos. As crianças passam para saber o que terão para comer naquele dia e são bem recebidas, mas não é aceito que circulem por lá. Xuxa, uma cadelinha que mora no Acolhimento Institucional, procura conseguir algum agrado, mas é espantada, por questões de higiene, conforme aponta a funcionária dos serviços gerais. Os adultos vão tomar cafezinho, conversar e se mostram bem entrosados, falam sobre sua vida pessoal, riem juntos, fazem brincadeiras. A cozinha mostrou-se ser não apenas o local de preparo de comida, mas de trocas e conversas.

A profissional da cozinha é elogiada, e o alimento é valorizado por todos. A comida é sempre preparada na hora e servida ainda quente, sempre variada. Ao mesmo

tempo, as crianças não têm escolhas, não podem recusar o alimento servido, acompanhado por suco e seguido por sobremesa, que por sua vez come quem quiser.

Próximo às 11h30min, os pratos são servidos pela Mãe Social e pela profissional de serviços gerais, e todas as crianças iniciam o almoço juntas. Neste momento, Xuxa fica em baixo da mesa, come a comida que cai dos pratos e é adulada pelas crianças, que conversam e riem. A elas, só não é permitido que briguem ou levantem-se antes de terminarem a refeição.

Nos dias em que estávamos na instituição, apenas uma profissional de serviços gerais fez sua refeição à mesa com as crianças, as outras comeram na cozinha, em horários diferentes. Perguntei com qual frequência ela o fazia, a que afirmou que, sempre comia com eles, gostava dessa hora, *“dá uma sensação de família”*. Ainda percebemos o carinho da educadora, que foi gentil e conversou o tempo todo com as crianças, que perguntou, por exemplo, sobre a escola. Algumas chamavam para si a atenção da profissional: *“Tia, olha, eu também tô comendo tudo sem derramar!”*

Na medida em que terminam, quem quer comer mais se serve na cozinha. Com relação à refeição, este foi o único momento de escolha que presenciamos, já que as crianças não podem escolher o que querem comer. Fora isto, o horário é pré-determinado, a fim de atender às necessidades da instituição, que nem sempre estão no mesmo ritmo, desejos e necessidades de cada criança. Ao final desse momento, as crianças fazem higiene, sob observação da Mãe Social de plantão, conferem seus materiais e são levadas pelo motorista para a escola, que também tem a responsabilidade de buscá-las.

Durante a semana, as crianças freqüentam, diariamente, instituições de ensino da cidade de Uberlândia, sendo Escolas Municipais, no caso das maiores de 07 anos, e Creches Municipais, no caso dos de 02 a 06 anos. Apenas o Walton²¹, criança com necessidades educacionais especiais, não freqüenta nenhuma instituição de ensino. Sua

²¹ Nome fictício.

saúde é muito debilitada e a atenção das Mães Sociais se volta, praticamente, o tempo todo para os cuidados com ele, dão remédios, alimentos, banhos, trocam suas fraldas, conversam com ele, alisam seus cabelos.

Quando chegam da escola, as crianças encontram apenas a Mãe Social que passará a noite com elas. Esta as recebe de maneira diferente umas das outras, de tal forma que, umas são afagadas, outras apenas passam e entram no Acolhimento Institucional. Elas entram e guardam os materiais, organizam-se para tomar banho, enquanto que, entre si, conversam sobre os acontecimentos da escola e, constantemente as Mães Sociais estão por perto, vigilantes, num movimento de ir e vir de um banheiro a outro.

Posteriormente, jantam sozinhas na sala, por volta de 19h00min. Enquanto isso, as roupas usadas durante o dia são lavadas imediatamente e as roupas já secas são passadas depois do jantar. As crianças assistem à televisão e fazem as tarefas de casa, com presença constante da Mãe Social, que apenas se ausenta para lavar as roupas. No entanto, os diálogos entre adultos e crianças são raros, na maioria das vezes, em momentos de indisciplina. A televisão é a principal atividade recreativa das crianças, que substitui tanto pela manhã, quanto à noite, outras atividades lúdicas.

Ainda, importa acrescentar que, no que diz respeito às roupas, material de higiene pessoal e brinquedos, todos são adquiridos por meio de doações. As roupas são individuais, no entanto, materiais de higiene e brinquedos são coletivos, “*tudo é de todos*”, e seus usos, administrados pelas Mães Sociais. Quanto aos brinquedos, estes ficam trancados, dentro de um cômodo externo à casa.

O horário noturno é um período difícil no Acolhimento Institucional, todas as crianças estão na casa, com a presença de apenas uma Mãe Social, que precisa realizar todas as tarefas e ainda cuidar das crianças que brigam, brincam, choram e riem. Uma das Mães Sociais solicita ajuda das crianças na realização de tarefas domésticas, como por exemplo, retirar os pratos do jantar, lavar os talheres e pratos e guardá-los. Na nossa

presença, não houve diálogos explícitos entre as Mães Sociais e as crianças. Quando estes ocorriam, estavam voltados apenas para o sentido de dar as ordens do que é preciso fazer, como fazer, e, troca de olhares afirmativos ou negativos, diante de alguma atitude considerada inadequada, como falar enquanto comiam ou jogar o chinelo em outra que passava.

Em alguns finais de semana, pessoas da evangelização²² visitam as crianças, e outros voluntários comparecem esporadicamente. Em outros, as crianças vão para a fazenda do presidente do Acolhimento Institucional, o que é muito apreciado e gera grande expectativa por elas. No sábado, duas educadoras trabalham durante o dia, e no domingo apenas uma, quando são permitidas visitas dos familiares, que são raras. Segundo os profissionais, algumas famílias têm autorização jurídica para fazê-las, mas não querem usufruir deste direito. Em contrapartida, não há referências às tentativas de aproximar as famílias do Acolhimento Institucional, a fim de reorganizar os vínculos familiares das crianças, o que acaba por favorecer não a convivência familiar, e sim o rompimento do vínculo.

Assim, optamos por falar em rotina, por percebemos que, durante as nossas visitas, o dia-a-dia ocorreu de tal maneira que os acontecimentos pareciam ser vividos com uma estrutura hierárquica, independente dos adultos e das crianças. Os horários são bem seguidos, como se não pertencessem a ninguém, e se constituíssem apenas numa rede formalizada de normas e regras a serem cumpridas.

Cada momento é determinado pelo tempo e não pareceu-nos serem os acontecimentos que delineiam o tempo, de tal maneira que tudo é feito para se garantir a pontualidade das atividades: levantar, brincar, banhar, comer, dormir. Os tempos e espaços do Acolhimento Institucional são organizados no sentido de privilegiarem uma vivência única, todas têm que levantar na mesma hora, dormir na mesma hora, comer na mesma hora, independente de estarem com fome ou não, cansadas ou não.

²² Voluntários de um Centro Espírita da cidade.

A partir da observação da maneira como o espaço e o tempo no Acolhimento Institucional são organizados, podemos inferir o entendimento por parte das Mães Sociais, de que este é um lugar de alimentação, higiene e repouso das crianças. Dessa forma, consideramos que isto dificulta a percepção dessa instituição como espaço de garantia de direitos e de desenvolvimento integral. Esta visão foi fortalecida pela indicação das “Tarefas da Mãe Social” (APÊNDICE F), escritas num papel que fica afixado na parede da sala da coordenação.

Neste sentido, consideramos que a multiplicidade de necessidades e desejos das crianças e das Mães Sociais, seres atuantes e com possibilidade de criar, recriar a realidade social e concreta, se chocam com a homogeneidade e a uniformidade do tempo. Diante de tal realidade, podemos questionar quais são as possibilidades de as Mães Sociais efetivamente exercerem um trabalho educativo, que garanta o desenvolvimento integral de todos inseridos no contexto do Acolhimento Institucional, se também as suas necessidades não estão sendo atendidas? Assim como acontece com as crianças, elas também ficam restritas ao mesmo espaço precário, à mesma rotina e ao cumprimento de ordens.

Com estas breves reflexões iniciais pretendemos oferecer algumas pistas para compreendermos o contexto em que se dá o processo de constituição da identidade profissional e o porquê da rotina do Acolhimento Institucional estar organizada desta forma e não de outra.

3. CONHECENDO AS MÃES SOCIAIS.

3.1 Maria

O contexto geral da entrevista com Maria

Conheci Maria na cozinha, enquanto ela dava um toque final no almoço que preparava. Fui apresentada por uma colega que estava com ela. Em todos nossos contatos encontrei-a sorridente. Maria aceitou ser entrevistada por mim, a convite da coordenadora do Acolhimento Institucional, que se adiantou ao meu. Respondeu através de uma brincadeira: “você vai conhecer a verdadeira Maria”.

Em seguida, agendamos a entrevista para o dia 12 de fevereiro de 2007, a pedido da Mãe Social. O horário da tarde foi escolhido, porque neste momento, as crianças estavam na escola e apenas o Walton, criança com necessidades educacionais especiais²³, estaria no Acolhimento Institucional. A profissional de Serviços Gerais se prontificou em ficar com ele, enquanto estivéssemos em entrevista.

A sala da coordenação foi o local escolhido por ela. Nela, havia dois armários, duas mesas, um computador e duas cadeiras. Sentamo-nos frente a frente e o MP3 foi posicionado em cima da mesa, ao nosso lado. Ela solicitou que a porta ficasse aberta, para que ela pudesse permanecer atenta ao que acontecia do lado de fora. No decorrer da entrevista fomos interrompidas apenas uma vez, quando o telefone tocou e ela atendeu.

Sob sua responsabilidade, estavam 11 crianças, entre 04 e 10 anos, abrigadas por motivos diversos, tais como abuso sexual, pais envolvidos com o tráfico de drogas, pais detentos, exploração do trabalho infantil.

Ao longo da entrevista, Maria se emocionou, chorou ao contar sobre algumas crianças abrigadas, sobre as relações com os colegas, expressou raiva em outros

²³ Portador de Paralisia Cerebral.

momentos, e riu também ao lembrar-se de fatos de sua vida. Depois que já tínhamos desligado o gravador, falou sobre a importância que aquele momento tinha tido para ela, e que estava aliviada pelo desabafo.

Ao lermos e relermos nossa entrevista fomos remetidos aos dizeres de Clarisse Lispector (1998), no livro *Perto do coração selvagem*:

(...) a única verdade é que vivo. Sinceramente, eu vivo. Quem sou? Bem, isso já é demais. (...) É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer. Sobretudo, tenho medo de dizer, porque no momento em que tento falar não só exprimo o que sinto como o que sinto se transforma lentamente no que eu digo. Ou pelo menos o que me faz agir não é o que eu sinto, mas o que eu digo. (p. 17).

Esta lembrança se deu por vários motivos, mas, principalmente, porque Maria iniciou sua entrevista preocupada em ter que se expressar de maneira diferente do seu habitual, já que sua fala seria gravada, embora tenha ficado à vontade, ao longo da nossa conversa. Assim, pensamos que ao falar, Maria exprime sinceramente o que sente, como vê as situações, as pessoas e a si mesma. No entanto, quando ela nos diz que não vai “expressar”, entendemos que isto reflete mesmo uma impossibilidade de dizer quem é. Diante disso, compreendemos tanto o medo de revelar-se demais, quanto a impossibilidade real de descrever seu mundo interior. Certamente, ao traduzir-se em palavras para nós, reduziu-se ao que seria aceitável. A isto, atribuímos o fato de que quase todas suas histórias foram superficiais e curtas, sem aprofundamento e sem muitos detalhes.

A entrevista

Não houve linearidade ou cronologia em sua fala, no entanto, podemos perceber movimento no discurso de Maria. Ao ser ouvida, teceu uma reflexão que partiu da correria que o trabalho executado exige diariamente, até chegar um momento em que as tônicas são o excesso de trabalho, a preocupação e o acolhimento das crianças. Em

relação aos assuntos encontrados nesta entrevista identificamos: 1. entrada no Acolhimento Institucional; 2. organização da rotina; 3. (in) disciplina das crianças; 4. sexualidade das crianças; 5. o período noturno; 6. embates com as crianças; 7. cumprimento de regras e flexibilizações; 8. a solidão; 9. a família constituída e a família biológica; 10. sobre sua vida no Acolhimento Institucional; 11. autoridade no Acolhimento Institucional; 12. o que há de bom no Acolhimento Institucional; 13. as famílias das crianças; 14. as relações com a comunidade; 15. mediando os sentimentos das crianças; 16. ser Mãe Social; 17. o Acolhimento Institucional para crianças; 18. o carinho para com as crianças; 19. importância dos colegas do Acolhimento Institucional.

Quanto à identidade de Maria, ao longo da entrevista foram listadas as seguintes apresentações de si mesma: cansada, atarefada, que desperta ciúmes, disciplinadora, que exige respeito, submissa, solitária, sobrecarregada, enraivecida, organizada, flexível com as regras, insegura, mãe, avó, esposa, migrante, irmã, danada, filha resguardada, namorada, noiva, esposa, dona de casa, mãe e trabalhadora, nervosa, autoridade, educada, mal remunerada, vinculada, carinhosa, preocupada, compadecida, que não quer incomodar, mediadora, quem tem grande responsabilidade, aconchega, dá colo, conversa, solidária.

Depois de feitas essas considerações vamos conhecer a *história de vida de Maria*. Nascida em uma pequena cidade do interior mineiro, estudou até a oitava série do ensino fundamental. Por volta dos 19 anos mudou-se com seus pais e sete irmãos para Uberlândia. Maria não nos traz fatos de sua infância e adolescência. A família biológica entra no discurso, quando Maria nos conta sobre como conheceu o esposo, ao dizer que seus pais migraram para Uberlândia, e trouxeram consigo seus quatro filhos solteiros. Porém, o irmão casado de Maria não aceitou ficar na cidade natal e trouxe sua mudança, junto com a dos pais e dos irmãos. A fala sobre a migração da família é marcada pela união entre irmãos, pais e filhos, que desejam permanecer juntos:

É todo mundo junto, e aí nessa época meu irmão mais velho era casado, quando ele viu que a gente, papai veio pra cá prá arrumar pra vir, ele foi e falou eu também num fico aqui nessa cidade de jeito nenhum, a mudança dele veio junto com a nossa! (536 – 538)

Perante esta fala, percebemos que para Maria, a família biológica tem um peso importante em sua vida. Embora ela não tenha se aprofundado sobre as relações estabelecidas com seus pais e irmãos, o que é realçado pela utilização de “nós somos” ao descrevê-la, na fala de Maria aparece assim:

A gente, já nessa época, tinha vindo do interior mineiro pra cá, (...) nós somos sete irmãos, cinco homens e duas mulheres (577 - 481)

Maria, migrante, filha de uma grande família unida também pelos laços de sangue, ao chegar nesta cidade conhece um rapaz. O pai zela para que a filha bem cuidada, “resguardada”, não fique namorando e provoca, assim, a catalisação do casamento, que acontece um ano e meio depois das primeiras aproximações.

Papai era enjoado demais num deixava eu namorá de jeito nenhum, aí eu peguei, namorei e casei, tãmo junto até hoje! (528 - 530)

O marido, Edivaldo, trabalha como pintor de letras, ela como empregada doméstica. Maria esposa, dona de casa, mãe e trabalhadora. O primeiro filho veio depois de três anos de casamento, quando Maria contava vinte e um anos. A filha nasce cinco anos depois. Passados 23 anos do casamento, moram com eles, a filha e a neta, sendo

que o filho, já adulto, optou ir para a casa da avó materna, que, conforme o relato de Maria, é lá que mora a alegria.

(...) meu menino num tá morando lá em casa não! Meu filho quer morar é na mamãe, já tem mais de um mês que ele tá morando na mamãe, ele acha lá na mamãe bom demais, lá é muito alegre! E ele quer morar é na alegria! (447- 449)

Afirma que, como todas as outras famílias têm problemas, em momento algum se arrepende de ter se casado, conta-nos também que há bastante tempo mora nos fundos da casa da sogra, e apesar disso, a convivência é boa, numa tentativa de diferenciação das outras famílias que também considera normais. Ainda sobre seu esposo e as relações entre eles, ela nos fala que são boas, porque ele é uma pessoa bondosa. A ela, se refere como sendo nervosa.

(...) hoje eu moro no fundo da casa da mãe do meu marido sabe, tem bastante tempo que eu moro lá! Bastante tempo e a gente dá certo! Sabe, o Edivaldo é uma pessoa assim, ele é bom até, ele é uma pessoa bondosa sabe? (541- 543)

Quanto ao *trabalho no Acolhimento Institucional*, Edivaldo o conhece, porque já esteve lá e não interfere em sua decisão de permanecer na instituição. No entanto, ele considera que a vida da esposa no trabalho não seja boa e ela concorda, como podemos constatar no fragmento da fala abaixo:

(...) conhece, ele veio aqui e falou assim, (...) "eu num agüento a vida da Lia [Maria] 5 minutos, eu num agüento a vida da Fia, levar o tipo de vida que a Fia

leva, ela não tem vida naquele abrigo²⁴, de tanto que aqueles meninos esquenta a cabeça da gente, a Fia, nossa! A Fia não ta com a vida boa, mas ela qué dexa!"
 Tem hora que, eu vou te falar a verdade, tem hora que eu falo não gente num é eu que tô aqui não! Num é eu não, tem hora que tem que contar até dez, até vinte pra poder agüentá. (545 - 553) [grifos nossos]

Como vimos, Maria concorda com Edivaldo, e, em alguns momentos, chega a duvidar sobre se é ela que está ali e se é preciso agüentar a permanência neste lugar. À todas as dificuldades que Maria nos narrou soma-se a saudade da própria família, nos dias em que tem que dormir junto com às crianças:

Às vezes, é... a gente tá aqui, minha família tá lá em casa, às vezes, a, cê dorme e tem um sonho ruim com sua família, cê dá até vontade de ligar pra sua família pra saber como é que tá (...) (435 - 437)

Sobre a vida das crianças, Maria considera que é ruim demais, pensa que elas têm que ficar junto com a família:

(...) a criança fica aqui dentro do abrigo é ruim demais, num é a morada dela na realidade a vida tinha que ser junto da família, mas num é! (764 - 765)

Mesmo com o pensamento de que o Acolhimento Institucional não é lugar para as crianças, não vê outra saída para aquelas que vivem sem suas famílias, e raciocina que, enquanto as crianças estão no Acolhimento Institucional, ainda está bom. Além disso,

²⁴ Mantivemos a terminologia utilizada pela Mãe Social.

afirma que, no Acolhimento Institucional, as crianças são bem tratadas, têm o que comer, vestir, onde passear, e passam a gostar de estar ali por isso.

Assim, pensamos que esta visão sugere uma negatividade atribuída à criança pobre em direção a uma estigmatização. Ao lembrar-se de outra instituição que foi fechada na mesma cidade, poucos dias antes da nossa entrevista, conta-nos que teve notícias da situação das crianças, que ficaram totalmente desamparadas. Em seu relato, conta-nos que sem a instituição para acolhê-las ficaram sem rumo, algumas até engravidaram:

Igual o Dário o dia que ele chegou e veio me contar a história, achei tão engraçadinho ele veio me contar a história, me contou como que era a vida dele lá fora, e eu perguntei assim pra ele: "Dário quê que cê tá achando aqui do abrigo hoje?" "Tia é a melhor coisa que me aconteceu na vida! Porque a senhora não sabe o quanto é triste dormir na rua sem ter o de comer!" (826 - 823)

Então, notamos que as necessidades das crianças passam a ser reduzidas no interior do Acolhimento Institucional, que, contraditoriamente, é visto como uma família por Maria. Mas, se é assim, cabe aqui perguntarmos: quem desempenhará o papel de mãe nesta grande família? Como Maria, migrante, filha resguardada, namorada, noiva, esposa, dona de casa, mãe e trabalhadora, conforme vimos ao entrarmos em contato com sua história de vida, com o que pensa a respeito do seu trabalho, do Acolhimento Institucional, passou a ser Mãe Social, de tantos filhos que não são seus? Como Maria chegou à instituição?

Maria foi convidada por uma vizinha para cobrir as férias que esta tiraria, durante um mês na função de serviços gerais. Diante do convite, teve dúvidas sobre aceitar ou não o trabalho. Ela estudou até a oitava série do ensino fundamental, e suas experiências

profissionais anteriores sempre foram voltadas para o desempenho de serviços domésticos, conforme podemos constatar em sua fala:

(...) eu tava na casa da mamãe ela chegou e perguntou pra mim se eu queria trabalhar aqui no abrigo pra cobrir as férias dela. No começo eu fiquei (...) sem saber quê que eu falava, mas eu sempre trabalhei de diarista, trabalhava de doméstica (...) e a gente cansa demais (...) e ela falou que aqui era fácil e (...) que eu ia fica aqui um mês, aí eu vim trabalhar esse mês, falei: "não, um mês eu vô. (26 - 36)

Ao findar o período de férias da profissional de serviços gerais, Cláudia, a coordenadora do Acolhimento Institucional, ofereceu à Maria o trabalho de Mãe Social. A maior preocupação de Maria, segundo ela, era o tempo que ficaria longe da própria família, já que a escala de trabalho era de 48 horas. As mudanças foram adaptadas ao seu desejo, e ela assumiu o cargo:

(...) precisava de uma Mãe Social (...) aí, a Cláudia perguntou pra mim se eu estava disposta a entrá como Mãe Social e eu falei pra ela, (...) se for o horário de 24 horas eu animo, mas se for de 48 eu num animo (...) porque eu num agüento fica muito tempo longe da minha família. (38 - 46)

Maria assume o cargo de Mãe Social e tem que "se virar", pois aprende a sê-lo sozinha. Na solidão, conta com Deus para levar a *vida que não tem* no Acolhimento Institucional. Todavia, se esforça para desempenhar seu papel, diante da necessidade de

trabalhar para ganhar o sustento do dia-a-dia. No entanto, questiono se ela sabe ser Mãe Social e com quem aprendeu a sê-la, ao que ela responde:

(...) tudo na vida a gente aprende, nunca é tarde pra aprender alguma coisa e com força de vontade e com Deus (...) você vai! (...) nunca pode dizer assim eu num vou fazer isso porque eu num dou conta porque se você tiver força de vontade e se é, houver necessidade também você faz, sabe? E eu nunca pensei nem nessa palavra: Mãe Social, mas eu pensava assim, ser mãe eu sei, o que agora falta é social (risos) (759 - 771)

Ser mãe ela sabe, exerce esse papel desde os seus vinte e um anos de idade. Ajuda de perto a própria filha a tornar-se mãe. Mas sabe apenas uma parte sobre a complexidade de ser Mãe Social, ainda falta saber o que é social:

olha assim, tem gente que às vezes pensa assim que ser Mãe Social é dar comida, é (...) lavar a roupa e passar e deixar pronto. Não... é... ser Mãe Social de crianças que não são suas querer mais atenção ainda do que seus próprios filhos porque é, é criança que necessita mesmo (...) do cê por inteiro, né? (771 - 776)

Por ainda não saber o que é ser social, Maria não consegue se descolar da definição do que para ela é ser mãe. Embora demonstre saber que não é bem disso que se trata a sua função, o que fica claro com a colocação que precisa ter mais atenção do que com seus próprios filhos, refere-se ao sentido de que é preciso fazer diferente do que

se faz por um filho. Sem apoio e sem reflexão anteriores, Maria sabe que está sozinha e a solidão torna seu trabalho mais desgastante:

Igual, a gente é sozinha, o difícil que eu acho é isso aqui (432)

Porque a gente cansa demais, demais da conta! (50)

Desgastada, realiza seu trabalho, que a leva ao cansaço. O corre-corre é muito presente em praticamente toda a entrevista. Ela descreve sua rotina, desde quando chega ao Acolhimento Institucional e fica às voltas com a organização do cotidiano, até o preparo do café da manhã do outro dia. Ao expor as tarefas desempenhadas, tenta revelar a dureza do seu trabalho. Ela se apresenta como uma pessoa atarefada, conta-nos a respeito da quantidade de obrigações ao longo de seu dia: organiza o café; dá remédio e suco a uma criança portadora de necessidades especiais; ajuda os colegas e está sempre atenta às atitudes das crianças; lava, passa e corre, conforme lemos nos recortes abaixo:

Aí quando dá 09 horas é a hora dele tomá o remédio dele, o Gardenal, já tá bem dissolvidinho, eu dou pra ele o remédio, 09h30min é a hora do suco, eu dou o Farlac, porque ele também tem que tomá o Farlac, aí e vô, fico ajudando a Raiane, a Raiane na cozinha (75 - 78)

Na correria do dia-a-dia, Maria atarefada, e ao mesmo tempo exigente com as crianças, gosta que os objetos e as crianças estejam organizadas e à mesa para o café, todas ao mesmo tempo:

Porque eu gosto de tá arrumando, porque às vezes tá chovendo eles ficam vai e vem, vai e vem e tem uns que não gostam de calça, larga o sapato pra trás e anda só descalço, a Betina é uma sabe? E de manhã levanta e pisa no chão não dá né? Aí eu arrumo o café e trago pra mesa pra eles e já falei pra eles, pode levantá, né! (62 - 65)

Além disso, nas *relações com as crianças*, tem que administrar os sentimentos delas, que expressam ciúmes da Mãe Social. Mas, diante da quantidade de afazeres, ela não parece prestar atenção a isso, ao afirmar que, mesmo que as meninas tenham ciúmes de ela ir primeiro ao quarto dos meninos pela manhã, ela não vai, pois deve, primeiramente, ver a criança com necessidades educacionais especiais, Walton:

Aí se eu vô primeiro no quarto dos meninos as meninas já rateiam, falam que eu quero mais bem os meninos do que as meninas, elas são assim, ciumentas, principalmente a Tatiana, né? A Tatiana também às vezes emburra porque eu chego lá no quarto e falo bom dia pros meninos e pra elas depois, aí ela enfeza, tem que ir no quarto delas primeiro, mas eu num vô, eu vô no quarto dos meninos, porque, por causa do Walton. (66 - 70)

O cuidar das atividades cotidianas - olhar as crianças - permeia o discurso da Mãe Social, que se preocupa em afirmar que está sempre vigilante. Maria olha as crianças brincarem e não brinca com elas, mas sabe sobre suas preferências por determinados brinquedos e brincadeiras:

(...) olho os meninos aqui dentro, às vezes os meninos vão lá pra fora pra arrumar alguma coisa pra brincar, às vezes eu dô brinquedo, às vezes eu num dô, num tá merecendo eu num dô, porque começa a brigá demais, ainda nemabri a casinha de brinquedo aí já vai lá e fica assim, eu quero aquele tal, mas aquele tal outro também que aí vira aquela confusão! Então eu falo assim, não então eu num dô pra ninguém, ou entra num acordo ou num dô pra ninguém, falo assim, mas eles gostam mesmo é de pular corda também, aí tem uns que opita por televisão, outros por corda, outro quer outra coisa, e assim vai levando, às vezes eu ajudo a Raiane. (78 - 86)

Diante de tantas obrigações, não tem tempo de ficar com as crianças para brincar, distraí-las, e assim, acaba por deixá-las sozinhas e intervém, apenas, em caso de brigas. Assim, percebemos que os diálogos entre a Mãe Social e as crianças só são referenciados por três vezes, em toda a entrevista. As relações com as crianças trazem a marca de uma tradição enraizada no cuidado e na vigilância constante. Interessante notar que a Mãe Social utiliza, freqüentemente, a expressão “*olhar as crianças*”, e faz inclusive, questão de dizer que sempre olha tudo, que é atenta às crianças, no sentido de cuidar delas:

Cê tem que ficar olhando pra ver o que tá fazendo, cê tem que tá atento!(205)

(...) mas assim sozinho assim, toda hora tá vindo olhá, a gente olha sem pará. Na hora que a gente escuta um conversando mais alto, a gente vai, até assim, tipo assim troca prato, implica um ao outro, (...) Às vezes assim tem uma

mistura que esse aqui num quer, joga no prato do outro de lá, sabe esse tipo de coisa! (344 - 347)

Ainda sobre a necessidade de estar sempre vigilante, justifica que a responsabilidade é muito grande, cuida dos filhos de outras pessoas, se preocupa com a necessidade de aprenderem, amadurecerem, principalmente com as meninas, conforme podemos ler:

É porque elas, na realidade essas meninas, as crianças, principalmente as meninas, sabe? (...) aqui no abrigo tem (...) que ter (...) maturidade, aprendendo a ser madura. (778 - 781)

Logo no início da entrevista, ela descreve também as crianças como trabalhosas e, entremeada ao relato das tarefas diárias, passa a nos contar sobre a Maria disciplinadora, a que estabelece os limites e regras para a vida, no Acolhimento Institucional. Aliás, quanto às relações com as crianças, o papel de disciplinadora foi predominante no discurso.

O critério para definir as regras no Acolhimento Institucional é totalmente pessoal, com base em seu gosto, suas idéias, sua visão. Além do mais, acreditamos que isto advém da falta de capacitação para o exercício da função, Mãe Social. Assim, tem que inventar o papel e inventar a si mesma dentro dele, não necessariamente com ressonâncias em sua própria vida familiar, que no seu caso, parecer estar “apartada”, como fazemos entre uma empresa e a família:

Aí eu chego, porque é assim, o horário, olha aí ó. Tá escrito bem destacado aí pra gente, horário de dormir, dez horas da ma, da noite. "As crianças devem se recolher às dez horas da noite" (...) então toda a vida eu gosto assim, tô pondo os meninos pra dormir essa hora, às dez horas da noite, só que sempre vem às vezes até dez e quinze, vem, até dez e vinte. Teve dia da gente ir dormir, teve um dia que a gente foi dormir meia noite e meia, por que: elas queriam ver um filme que ia passar na "Tela Quente", foi esses dias pra trás, um filme: quando eu vejo que o filme é sadio eu deixo, mas quando eu vejo que é filme pesado eu num gosto não, eu num gosto de filme de terror, eu num gosto de filme que tem cenas obscenas, eu num deixo os meninos ver, sabe? (257 - 267)

Essa dificuldade de Maria estabelecer critérios leva-a a embates com as crianças. A Mãe Social narra episódios que demonstram as dificuldades de relacionamento, enfrentadas com as crianças, no dia-a-dia do Acolhimento Institucional, que reagem ao disciplinamento de diferentes maneiras:

Tem uns aqui que fica calado, sabe? Murcha. É... mas, tem uns que são mais topetudo. Por exemplo, a Tatiana e a Betina (...) bate o pé (...) o tempo inteiro. (233 - 235)

Sozinha para tomar decisões em relação às crianças, afirma sentir-se nervosa. Conforme ela mesma nos disse, as crianças demandam atenção e precisam de um acompanhamento, para o qual, Maria sabe que não está preparada. Num momento, ela conta que coloca uma criança de castigo, mas em suas ações vemos que ela fica

desconcertada perante sua decisão, indo atrás da menina, como se precisasse se desculpar por sua atitude:

Ela faz questão de passar aqui pra empurrar o pé do outro, "tia eu num tô fazendo nada ele tá me implicando!" (...) eu pego e falo assim: "Betina queta" eu falo umas dez veiz pra Betina queta, a próxima vez que cê fizé alguma gracinha eu vou te mandar lá pro quarto, cê num vai assistir televisão, sabe por quê? Cê você quisesse assistir cê tava queta no momento que cê ta perturbando os outros meninos então na sala cê num vai ficar! Aí chega a tremenda hora de você falar assim: sua chance acabou vai pro quarto. Daí começa aquela choraria (...) só sobra o quarto pra mim! Falo: quantas vezes eu já te falei? Aí ela num responde (...) Aí eu venho atrás dela no quarto: quantas vezes eu falei? "Tia, mas me dá só mais uma chance!" "quantas chances eu te dei Betina, eu te dei nove", (...) "Adiantou as chance que eu te dei? Cê vai ficá aqui" (...) ela enfeza memo. "Também num vou dormir!" "Problema! Mas que aí cê vai ficá cê vai". Aí ela pega e senta na cama só pra pirraçá! Desse jeito assim sabe? Aí eu pego e vou pra lá! (242 - 257)

As reações das crianças provocam sentimentos de raiva e nervosismo em Maria, o que denota confusões em sua própria identidade: o que faz uma Mãe Social nestes casos? Em sua fala, acompanhada de choro, vemos o quanto ela foi tocada pela situação. Maria tem sua autoridade ameaçada, mas afinal, qual é a base para essa autoridade? Quem é ela – em sua própria percepção – para colocar os filhos dos outros de castigo – quem é essa "Mãe Social"?

Atarefada, disciplinadora, sempre vigilante, corre de um banheiro a outro, para monitorar o banho das crianças, a fim de evitar as manifestações da sexualidade. Ao ser questionada sobre o porquê disso, apela para as normas da casa, mas prolonga-se na explicação e se refere às crianças, a partir de uma concepção de criança, como tendo uma natureza má. Segundo ela, não podemos saber o que se passa na mente delas, é melhor disciplinar para evitar problemas. Atrelada a isto está a necessidade de controlar o tempo das atividades cotidianas; quem demora no banho, toma o tempo dos outros e das outras atividades, e atrapalha a rotina do Acolhimento Institucional.

Ainda justifica sua presença durante o banho, pelo desperdício de materiais de higiene, caso ela se ausente. Percebe que, por serem crianças, precisam de ajuda para utilizar o xampu, o condicionador, porém a imperícia é vista como falta de educação. Para Maria, é importante orientar as crianças sobre o que é certo e o que é errado, em relação às várias situações vivenciadas por elas. No recorte abaixo, por exemplo, ela nos relata acerca de suas preocupações, em relação às manifestações de sexualidade entre as crianças:

Toda hora a gente tem que ir no banheiro, por exemplo, não pode deixar tomá de duas em duas, quando entra no banheiro é uma só, então eu vô no banheiro das meninas, venho no banheiro dos meninos. (...) é a norma da casa, não deixar entrá duas crianças no banheiro juntas, a gente num sabe a mente de uma criança, às vezes eles ficam também enrolando demais lá dentro do banheiro, sabe? Enrola muito, é... um... fica tomando tempo da outra sabe? Esse tipo de coisa, então pra evitar coisas desagradáveis porque a gente não sabe o que vai vim acontecer, então antes que aconteça a gente vai e corta, não pode tomar banho de duas. (99 - 108)

Entretanto, ao perguntarmos a ela o que de desagradável pode acontecer, acabou-se por tornar inevitável, de certa forma, falar sobre sexualidade, mas ainda assim, o assunto foi abordado com muita reserva, por parte da Mãe Social. Ela disse conversar com as crianças sobre o assunto, orientá-las. Por exemplo, ao citar o fato ocorrido com Betina, quando quer pegar nos seios da Mãe Social, fala com a menina sobre o seu próprio crescimento, mas o despreparo em lidar com a situação acaba na justificativa: é feio, conforme destacamos abaixo:

Então, a Betina é uma delas, ela mais custosa. Assim, ela gosta de pegá no peito até da gente, assim, ela vem com coisa que quer deitar aqui no seu peito, mas é mentira é porque ela quer ficar perto do seus seios, eu num sei o quê que ela acha, e ela tem mania de falar assim, "nó, mas o peito da tia Maria tá hein tia...!"então ela tem essa mania sabe? Então a gente não pode dar esse tipo de liberdade. A gente tem que falar, eu falo assim: "isso não é jeito, isso não é modo, respeito é bom e eu gosto! Um dia cê vai ser moça, se Deus quiser você vai ter seu peito desenvolvido também, mas a gente num pode ficar pondo a mão no peito dos outros não!" Isso é muito feio, né?! (113 - 122)

Sobrecarregada e solitária física e simbolicamente, diz quase ficar louca. Não há com quem conversar e, desta forma, bem longe da teoria, do que diz o Sistema de Garantia de Direitos, recorre ao seu referencial – à sua visão de mundo - às normas ditadas pelos seus superiores, assentadas em um senso comum, relacionado à tradição de carinho, mas também de repressão:

E aí esse bando de menino, uma brigaiada que arruma, principalmente quando tem tarefa, aí acumula, porque aí é janta pro cê arrumar pra eles, é tarefa pra fazer, é roupa pra lavar, menino pra tomar banho, o Walton que a gente não pode descuidar, aí cê quase fica louca. (141 - 147)

Apesar disso, Maria se esforça para procurar estratégias a fim de normatizar a vida no Acolhimento Institucional: organiza a distribuição dos brinquedos entre as crianças; tem dificuldades em lidar com as manifestações da sexualidade; define os programas de televisão que vão assistir; organiza as crianças em subgrupos para fazer as tarefas, o que se torna especialmente difícil, tanto diante dos diferentes conteúdos que eles trazem, quanto pela pouca escolaridade da Mãe Social e tempo que está distante da escola; orienta as crianças, e “*enfeza*”, quando elas respondem:

Então é só a gente mesmo, aí eu costumo fazer assim, eu ponho de três em três pra fazê tarefa, porque se eu por tudo de uma vez eu fico doida! Um grita, outro grita! (...) “tia me ajuda aqui!” o outro grita: “eu pedi primeiro”. (...) tem hora que eu até coço a cabeça! Sabe e tem umas tarefas que às vezes (...) a gente que num dá conta de resolver, por exemplo, a Tatiana na quinta série agora, eu fiz até a oitava, mas a gente esquece o quê que já aconteceu, né, as matérias de quinta série a oitava é mais difícil, de primeira a quarta é mais fácil a gente num esquece né? Então a gente vai tá orientando, mas num é fácil não (157 - 165)

O período noturno é ainda mais difícil para ela, pois nessa hora, estão no abrigo, apenas a Mãe Social com as crianças que chegam da escola. Assim, ela se sente insegura. Quando as crianças dormem, ela passa o tempo inteiro em alerta, cobre-as, ouve seus pesadelos, seus barulhinhos, quando adoecem, passa a noite dando banhos para baixar as febres:

(...) é os meninos, que (...) tem dia que tem três quatro menino doente de uma vez, teve dia de plantão meu que quatro e meia da manhã eu tava dando banho em menino que tava com febre, sabe? Então, a gente num deita, eu num consigo deitá preocupada com criança que tá passando mal! Sabe? A gente levanta duas, três vezes à noite pra ver as meninas como é que tá, é travesseiro que cê cata no chão, é uma coberta que cê joga em cima delas, que tá no chão, é a luz do banheiro que elas deixa acesa (...). Às vezes vai lá fora na cozinha beber água larga a da área lá de fora e a da cozinha acesa, sabe? Aí um ruído que dá cê acorda, o Walton, se tiver acordado eu num durmo, ele pode tá quietinho, que eu num durmo, sabe? (402 - 412)

Mas, há também carinho nas relações com as crianças. Ela nos conta que gosta das crianças, que ao mesmo tempo em que elas fazem-na sentir-se mal, também são carinhosas com ela. Maria passa, nesse momento, a se mostrar uma profissional carinhosa, faz referências aos vínculos construídos com as crianças:

Sabe, então a gente faz com amor, o que a gente faz é com amor! Os meninos passa raiva na gente? Passa. Mas eles também são carinhoso com a gente. Sabe?(679 - 981)

Vinculada, preocupa-se com as crianças, mesmo fora do Acolhimento Institucional, sonha com elas e pede a Deus por elas:

Outro dia eu sonhei, outro dia da semana passada eu sonhei com a Betina de quinta pra sexta, que a Betina tava com espírito mal dentro dela e eu tô assim, sai daqui tentação, batendo sabe? Porque a Betina é custosa demais sabe? E a Cláudia assim: "Quê que cê feiz?" "Rezei pro anjo de guarda dela na hora que eu acordei!" Me deu um mal estar uma coisa ruim sabe? Aqui dentro de mim falei ai meu Deus, cuida da Betina lá no abrigo. (690 - 695)

Na medida em que nossa conversa se prolongou, ela teve a oportunidade de se ver como a Maria, que acolhe a dor vivida pelas crianças, por estarem longe da família, posiciona-se como aquela que dá colo, que chora junto, que anima, que afaga, sente compaixão pelas crianças, comove-se quando estas demonstram seus sofrimentos pela saudade da família, pela frustração diante da espera pelo seu retorno, ama as crianças, conforme podemos constatar nos fragmentos seguintes:

eu preocupo assim, às vezes já aconteceu de um dia eu tava lá na sala sentada assim nas almofadas e olhei na Tatiana (...) tava chorando em silêncio e cê quer ver eu chorá em silêncio é ver um menino chorar, (...) e as lágrimas dela pingava aqui em baixo, ah, minha filha, meu coração doeu mesmo: "que foi Tatiana, tá

chorando?" ai ela falou assim: "nada tia", ah, mas a hora que ela falou nada pra mim, meu coração doeu muito eu sabia que era alguma coisa, e eu falei não minha filha pode conversar com a Tia o quê que foi? Aí, ela pegou e falou assim: "Tô com uma saudade da minha avó, tia" aí eu pensei assim, gente imagina a gente no lugar de uma criança dessa, né? Eh menina, prestô não! E eu garrei num choro com essa Tatiana quando eu vi tava todo mundo chorando junto (choro, riso) e eu vamo gente pará de chorá, parei de chorá pra cuidar da Tatiana "não Tatiana, mas é assim mesmo sua avó vem aqui te ver!" num sei quê que tem... sabe? (697 - 708) (...) Por que cê ama! (727)

Ao narrar os momentos de acolhimento, de carinho entre ela e as crianças, deixa claro que os vínculos construídos no Acolhimento Institucional passam também pelo aconchego, pelo escutar, pelo se emocionar, além de estabelecer limites e regras. Maria permite que as crianças toquem seus cabelos, as aconchega, recebe massagem delas, beija, abraça, brinca, escuta suas confidências e se compadece da situação de criança abrigada. Mas observamos que ela entende que isso é próprio do papel de mãe, como vemos:

Cê acha Aline, que oh, eu tô aqui assim, às vezes eu tô lá eles sentam no meu colo, eu deixo sentar no meu colo, sabe por quê? Porque o tanto que é bom sentar no colo da mãe da gente! Senta um pouquinho pro cê ver o tanto que é bom! Elas falam assim pra mim, Tia deixa eu mexer no seu cabelo? Eu falo, pode mexer! Tia cê já tomou banho? Eu já. Então deixa fazer massagem nas suas costas igualzinho eu fazia na minha mãe. A Tâmara direto fala isso, então,

o quê que os meninos sente falta? Eles sente falta de um aconchego de um coração, né, de uma pessoa assim procê abraçar, sabe?(817 - 824)

Ainda sobre o carinho com as crianças, ela se descreve uma pessoa que brinca, ri, senta com elas na sala de televisão, conversa faz graça para elas, assim:

Então, aqui a gente às vezes um tá assim, eu sou muito assim sabe? Eu chamo atenção, mas eu também converso, eu também beijo, eu também abraço, eu também brinco com eles, sabe? Ali na televisão eu sento ali eu deito no chão sabe "Tia senta aqui no sofá!" eu digo, não, num precisa não vou sentar no chão mesmo, porque que eu não posso sentar no chão? "Cê vai me dar o sofá pra eu sentar e vai sentar no chão?" Uai quê que tem eu sento no chão! "Não cê trabalhou o dia inteiro" digo, tem importância não! Deixa aqui mesmo, tá bom! Aqui oh, o tanto que tá bom, tô encostadinha na parede (risos) eles acha bom sabe? O jeito de eu conversar, os meninos ri muito, sabe? (833 - 841)

Ser Mãe Social significa, segundo Maria, além disso, se preocupar com a despesa, com o que terão para comer, no dia seguinte. Se preocupar se terão materiais de higiene suficientes para as necessidades de todas as crianças, se preocupar com as pessoas da equipe. Além do mais, é se relacionar com colegas, com os "*donos do abrigo*", com a vizinhança e com as famílias das crianças em situação de Acolhimento Institucional.

Quanto às *relações com os outros atores do Sistema de Garantias de Direitos*, Maria enfatiza a necessidade de união entre os colegas de trabalho do Acolhimento Institucional. Com as outras Mães Sociais tenta encontrar pontos em comum, no

estabelecimento de disciplina, buscar coerência nas atitudes e seguir como referência, as normas estabelecidas nas “Tarefas das Mães Sociais” ²⁵. Mas, sabemos o quão complicado é isto, já que elas não possuem um espaço formal de interlocução e trocas de idéias:

Ninguém tá deixando, porque eu mais a Ana conversamos, porque a Ana faz plantão também, né? Ana falou assim: “Maria como é que vai fazer, porque uma tem que fazer e as outras tem que seguir!” aí eu falei: “eu sigo, por mim a coisa que eu mais acho boa no mundo é seguir!” Porque ali mesmo, no nosso... na nossa advertência nossa, da Mãe Social, tarefas da Mãe Social tá falando, tá escrito lá pra gente, tem que dormir dez horas. (294 - 299)

Com as profissionais de Serviços Gerais, Maria se diz solidária, não gosta de ver ninguém sozinha com o trabalho. Acha necessário trabalhar em união, sabe que se tiver ajuda, pode fazer mais do que é possível no momento, não gosta de brigas e divergências:

de má querença eu não gosto. Eu gosto de trabalhar com união, eu gosto de ajudar, eu num gosto de ver ninguém trabalhar sozinho, eu tô aqui com os meninos aqui dentro, a Raiane ta lá na cozinha sofrendo igual sobaco de aleijado eu vou deixar? (864 - 867)

Ainda, sobre as relações com outros atores do Sistema de Garantia de Direitos, aparecem no relato de Maria, dois personagens, que nos sugeriram uma presença forte, no Acolhimento Institucional e nas relações entre as pessoas que aí compartilham o

²⁵ APÊNDICE F

cotidiano: Resende e Rosemary, o presidente do programa de Acolhimento Institucional e sua esposa, citados por Maria, como “donos do abrigo”:

De maneira significativa, Resende é apresentado quando ela nos conta sobre ter ficado com muita raiva de uma criança, que teve um confronto físico com ela, e sobre a vontade que teve de bater na criança. Ela não nos confirma se bateu ou não, mas afirmou que o diretor do Acolhimento Institucional ficou do lado dela, concordou com sua reação. Ou seja, pareceu-nos que as atitudes das Mães Sociais são submetidas ao aval do diretor do Acolhimento Institucional:

(...) um dia que a Betina me avançou. Nossa Senhora da Abadia, gente do céu! Ah, mas na hora que ela veio me avançá, gente, mas que vontade de dá a mão nela, nossa senhora ou, fora de brincadeira, cê imagina um menino te avançá, cê tá trabalhando num lugar e menino vim te avança, nossa senhora fia, num tem trem que me enfeza não! (...) Cê fica queta buchinha! Cê fica queta! Resende ficou do meu lado! Num tem jeito, num tem como! Deus me livre sô, negócio de menino xingá a gente e avançá na gente, ai! (613 - 621)

Já, Rosemary foi citada mais vezes, especialmente ao fazer referência a um episódio que incomodava a Mãe Social, que nos contou:

É, igual, aqui no abrigo tem um cachorrinho (...) a dona do abrigo deu pra servir de companhia pros meninos, então, eu hoje, até procê vê essa história da cachorra, eu sô nervosa demais, tem hora, prumas coisas, igual eu acho (...) que cada coisa no seu lugar, sabe? Eu respeito animal, num judio de animal, num bato, num gosto que judie de animal de jeito nenhum, mas aí deixar um animal

entrá dentro de casa e dormir em casa eu num me conformo de deixar animal dormir dentro de casa. (555 - 562)

Cada coisa no seu lugar, e cada pessoa no seu lugar. No Acolhimento Institucional, a quem é devido o lugar de autoridade? Da Mãe Social que vive cotidianamente o Acolhimento Institucional, ou aos donos do Acolhimento Institucional que, sem viver o cotidiano com as crianças, dizem como deve ser o funcionamento das relações com as crianças, do que será permitido ou não? Apesar disso, há certa cumplicidade entre os profissionais, que conversam entre si sobre a questão.

As crianças, que segundo ela, são espertas demais, percebem que Rosemary interfere e aproveitam-se, o que acaba por criar uma situação que dificulta que as crianças vejam as Mães Sociais como autoridade. Em função da imposição pela permanência da cadela no interior da casa, Maria se enraivece, e diz que até pede demissão. Entretanto, a demissão adviria não por causa do cachorro, mas sim por ter sua autoridade desconsiderada:

Aí eu peguei e falei (...) então eu vou embora se for pra deixar essa cachorra aqui dentro de casa, pode me mandar embora (...). Se ela chegar em mim e falar: "Maria, é pra Xuxa dormir dentro de casa" eu digo "o que? Rosemary cê é a dona do abrigo, cê é dona da cachorra, mas você não é minha dona, melhor cê me mandar embora." Se essa cachorra tiver que ficar aqui dentro de casa eu prefiro ir embora! Eu não aceito! (640 - 645)

Ao exemplificar como vê sua situação no Acolhimento Institucional, fala que precisa do emprego, mas a instituição também precisa dela. Portanto, se não forem educados com ela, se não reconhecerem sua autoridade, prefere ir embora.

As relações com a comunidade também não favorecem o trabalho no Acolhimento Institucional, a ajuda dos voluntários é bem vinda, mas eventual. A vizinhança reclama do barulho das crianças, que não podem brincar na área externa da casa ou chorar alto e gritar no interior do Acolhimento Institucional. Refletimos então, que o barulho de crianças pode mesmo incomodar, e o barulho destas crianças?

Finalmente, com relação às famílias das crianças em situação de Acolhimento Institucional, há, por parte da Mãe Social, uma dificuldade em compreender os motivos das crianças abrigadas, e uma concepção de que suas famílias não prestam, são incapazes, não as querem bem:

*sem família pra ajudar, se a família num quer eles (...) quem lá fora vai ajudar?
São pouquíssimas pessoas que preocupam com isso! De tá ajudando, tem gente que quando fala assim "ich, se viveu lá no abrigo num tá com nada! Num sabe fazer nada!" (808 - 810)*

Esta visão de famílias é avigorada pela atitude delas, que sem fortalecimento e empoderamento, não conseguem manter os vínculos com as crianças que lhes foram retiradas. Assim, prometem que irão visitar os filhos, os netos, mas não cumprem e deixam as crianças frustradas, que se sentem realmente abandonadas, situação que, por sua vez, fica a cargo da Mãe Social:

Então a pessoa pega, a criança num tá nem pensando, se pensa, (...) fica calado ninguém tá alimentando a esperança dela. Aí quê que acontece, o trem lá do

meio da raia liga aqui e fala que vai vim ver as meninas. Ai as meninas pega, levanta cedo, arruma, espera e cadê a avó? Quando de fé passam lá dois dias, tal dia eu vou! Isso já foi três vez com as meninas! Aí eu enfezo mesmo, cê sabe por quê? Fica pondo esperança numa coisa que não dá conta de cumprir, então pra quê que fala? Sabe? (716 - 722)

As crianças ficam ansiosas, à espera de seus familiares, choram frustradas. Diante das repetições das situações, a Mãe Social resolve não mais animar as meninas, porque ela também se posicionava no lugar de quem alimentava a esperança pela visita. Enxerga a realidade e pretende que as crianças também o façam. Sem apoio e orientação não pode contribuir para que se assegure a preservação dos vínculos familiares. Assim, questionamos: será que ela sabe sobre este e outros direitos das crianças?

Eu já enjoiei, eu já entrei no quarto das meninas e falei: "eu não quero que cê chora, (...) por que a Vó do cês num veio" a primeira vez eu animei elas de um jeito, a segunda vez eu animei de outro, a terceira vez eu disse assim: "esquece, esquece! Num veio, num veio. Outro dia, se for pra bem ela vim ela vem! Mas, por favor, vamos viver a vida! A vida, Tâmara, num para por aí, só por que sua Vó num veio não. Levanta!" sabe, então é desse jeito, (733 - 739)

Maria encerra a entrevista e fala sobre a necessidade de cooperação entre todos para garantirmos nossa sobrevivência, e indica que, atualmente, parece que ninguém quer mais isto. Por fim, perguntamos se ela quer acrescentar mais alguma coisa à nossa conversa e ela reforça a necessidade de união e cumplicidade entre colegas de trabalho, e ressalta que tem encontrado isso neste contexto.

Quando nos despedimos, fora do local da entrevista, Maria nos falou que estava aliviada, que tinha desabafado. Apressou-se em ir dar banho no Walton, antes que a noite chegasse.

4.2. Ana

Contexto geral da entrevista com Ana

Conheci Ana na reunião para apresentação do projeto de pesquisa no Acolhimento Institucional. Ela sentou-se na cabeceira da mesa e escutou, atenta, a tudo o que eu disse, perguntou sobre quando eu iria começar, e falou que seria bom mesmo essa pesquisa, que eles precisavam de ajuda. Nosso segundo contato ocorreu num dia de observação. Desde o primeiro momento, nossa relação foi marcada pela formalidade. Sempre envolvida nos afazeres solicitados por sua profissão, se mostrou de pouco riso e muita seriedade e não permitiu muita aproximação da nossa parte, durante seu trabalho.

A entrevista da Ana foi agendada por telefone, para o período da tarde, por opção da Mãe Social, que afirmou ser este um horário mais fácil para ela. A sala de televisão foi escolhida por Ana para realizarmos nossa entrevista. No espaço havia dois sofás e uma televisão presa no alto da parede. Em seguida, sentamo-nos lado a lado e posicionei o MP3 no encosto do sofá. Perguntei se ela queria que fechasse a porta e ela falou que não precisava.

Não fomos interrompidas nenhuma vez. Durante a entrevista pude notar certa ansiedade, tanto em sua voz, quanto em sua postura física, pois ela queria falar e aquele momento constituiu-se numa oportunidade de desabafo sobre os problemas que tem enfrentado no Acolhimento Institucional.

A entrevista

Em relação aos assuntos, a entrevista foi assim dividida: 1. chegada ao acolhimento institucional; 2. indisciplina das crianças; 3. mudanças no acolhimento institucional; 4. relações com as crianças; 5. o acolhimento institucional no passado; 6. embates com as crianças; 7. mediando as brigas entre as crianças; 8. o período noturno;

9. relações com as outras Mães Sociais; 10. indisciplina das crianças; 11. desempenho de afazeres domésticos pelas crianças; 12. como aprendeu a ser Mãe Social; 13. relações com outras Mães Sociais; 14. disciplina e inspeção da Mãe Social; 15. o que é ser Mãe Social; 16. sentimentos em relação às crianças em situação de acolhimento institucional; 17. atendimento no posto de saúde; 18. a família constituída e o acolhimento institucional de crianças; 19. relações com colegas; 20. a família biológica; 21. a família construída; 22. as crianças em situação de acolhimento institucional a própria filha; 23. as famílias das crianças; 24. adoção; 25. a aproximação da mãe biológica; 26. a nova coordenação do acolhimento institucional; voluntários; 27. carinho com as crianças.

Não houve linearidade ou cronologia em sua fala. Durante a entrevista percebemos que quase todos os assuntos foram atravessados pela necessidade de disciplinar as crianças para se poder trabalhar com elas. Ana parte de um saudosismo ao passado, quando o Acolhimento Institucional era organizado; fala do presente, quando se sente em um “trem desgovernado”, critica as pessoas que recentemente ingressaram no abrigo e pretendem fazer alguma coisa diferente; faz o prognóstico de que não há como mudar as posturas, as pessoas recém-chegadas vão se adaptar e agirão da mesma maneira que ela, no futuro.

Ao mergulharmos em sua entrevista fomos remetidos ao poema de Carlos Drummond de Andrade (1995, p. 34):

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra
Nunca me esquecerei deste acontecimento
na vida de minhas retinas tão fadigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra

tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Neste poema, a repetição dos versos aparenta um personagem (eu –lírico) sem saída, ressentido, cansado, diante da pedra encontrada em seu caminhar. O tom melancólico de tristeza é notório. Assim, consideramos que a pedra é uma metáfora, tanto de acontecimentos marcantes que nunca foram esquecidos, quanto das dificuldades encontradas cotidianamente. Ao relatar sua história, veremos como nossa personagem parece se aproximar muito do personagem (eu-lírico) de Drummond.

Ao longo da entrevista apreendemos as seguintes descrições de si mesma: arrependida, certinha, estressada, mãe, tia, que tem pulso, que vive um momento difícil, rígida, desnorteada, cansada, que conversa com as crianças, disciplinadora, disciplinada, brava, a tudo, a pessoa responsável, que ocupa as crianças, convocada, envolvida, vigilante, apaixonada, fria, que tem esportiva, sem opção, trabalhadora responsável, solidária, apegada, irmã, que não se sabia feliz, abandonada, distribuída, órfã, violentada, identificada com as crianças, esposa, adulta, pessoa, sobrevivente, mãe-trabalhadora, mulher, culpada, solitária, que ouve as crianças, que sente pena, que fica mal, que está aprendendo a lidar com as crianças, adolescente, protegida, culpada, doidona, casada, pessoa, filha sobrinha, filha enteada, filha biológica, mudada, mãe, culpada, que não consegue resolver nada, esperançosa, mandada, estressada, dura, que não tem culpa, mãe chata, determinante, que gosta das crianças.

Quando à sua *História de vida*, Ana inicia seu discurso sobre a própria família, diz-se muito apegada ao sobrinho e aos irmãos, e, em seguida, passa a falar sobre as separações, os abandonos e as violências sofridas na infância e na adolescência e também de acolhimentos e proteção. O relato que segue ilustra e clareia essa violência, entremeada pela ausência da mãe e do pai:

Meu pai mais a minha mãe largou e foi uma briga feia e, a minha mãe abandonou a gente e aí, eu tinha (...) um ano e oito meses, num sei, e a minha irmã mais nova tinha sete meses e a minha irmã é que cuidava de nós três e aí a minha tia foi e buscou a gente tudo prá casa dela e aí depois foi distribuino e eu fiquei até os nove anos (728 - 731).

Ana, abandonada pelos pais biológicos, permanece na casa da tia e do tio, pais que a acolheram na infância. Dele, Ana não guarda boas recordações, fala-nos sobre um tio violento, conta-nos sobre as agressões físicas sofridas. Já com relação à tia, embora não nos fale explicitamente, esta parece ter sido o único apoio e fonte de segurança, de quem Ana fala que sente saudade:

(...) meu tio prá me ensinar tarefa descascava um fio prá me bater, de tanto que ele era ruim, ele criou os filho tudo desse jeito, é porque ele era ruim mesmo" (741 - 743).

(...) essa tia minha que me criou, sabe. Ela (...) nossa! (...), se eu ficar muito tempo sem vê ela dá saudade. (...) mais eu não chamo ela de mãe, chamo ela de tia. Eu chamava, depois que eu tive que parar de chamar ela de mãe. (834 - 838)

Com nove anos, Ana vai morar com os irmãos e com o pai biológico, que contrai novo matrimônio e reúne os filhos para residirem juntos com ele. Segundo ela, o pai é rígido, disciplinador e assim vemos que ela, ao longo de sua história, aprendeu a disciplina por meio da violência, da coerção, tanto na infância quanto na adolescência:

Meu pai era muito, muito rígido com a gente, mais aquele rígido assim que a gente sabia assim que, que ele fazia aquilo pro bem da gente (805)

No entanto, é na adolescência, com dezesseis anos, que Ana torna-se órfã, a partir da morte de seu pai biológico. E aquela, que até então tinha sido abandonada, distribuída, agredida, disciplinada, é neste momento protegida pelos irmãos que decidem permanecer reunidos e morar juntos em outra casa, em função das dificuldades de relacionamento de Ana com a madrasta. Interessante que este momento, parece ter sido a primeira vez em que ela teve sua vontade reconhecida em sua vivência familiar, conforme vemos abaixo:

(...) depois que ele faleceu a gente separou casa, que eu num dei certo com a madrasta, aí separou casa por causa de mim sabe e aí. (806-808)

Ana, protegida pode ser traquina, “doidona”, quis até se diferenciar dos padrões esperados pela sua família. Como adolescente, tenta uma ruptura com o que lhe era imposto socialmente, e, é barrada pelos irmãos, recorda-se disso culpada. E assim, enxergamos que Ana permanece disciplinada:

aí a minha irmã mais nova trabalhava, pegava o dinheiro, dava prá gente pagar energia a gente gastava o dinheiro tudo, essas coisa assim, sabe assim. Mais na época era tão sem importância e hoje parece que eu carrego esse peso. Falo

"gente do céu porque que eu fiz isso, porque que eu num tive a idéia de falar assim, não vâmo pagar isso, vâmo né ajudar um ao outro" (810 - 814)

Com relação às violências e a rigidez sofridas, Ana faz uma reflexão na tentativa de compreendê-las e explicá-las. Chega à conclusão de que o sofrimento foi o melhor que poderia ter acontecido para ela. Na fala de Ana, tal idéia fica clara ao afirmar que o pai e os irmãos o faziam para o bem. Dessa forma, consideramos que isto se deve ao fato de ter sido criada dentro de padrões cristãos, rígidos, para quem a educação das crianças é obtida por meio da violência, conforme podemos constatar em sua fala:

Na época também assim, eu mais a minha irmã queria ser muito doidona, assim, mais os meu irmão não admitia, os mais velhos sabe. Ês sempre foi evangélico, teve aquela doutrina, disciplina demais da conta né? Mais eles queriam o bem da gente. (816 - 818)

Já na idade adulta, Ana constitui a própria família, casa-se, concebe uma filha, Mariana, mora um tempo na casa da sogra e depois constrói a própria casa. Assim, apreendemos que ela vê essa situação como uma espécie de "passaporte" para entrar na vida "adulta" e ser reconhecida como autônoma, ela afirma que a partir daí "*tornou-se pessoa*":

Então hoje, depois que a gente casou, né, agora tem filho, às vezes eu, agora eu sou uma pessoa. (819)

Curiosamente, Ana utiliza a expressão “às vezes”, para dizer que hoje é uma pessoa, o que marca que sabe sobre sua liberdade ser restrita. Refletimos que o ser humano é mutante, criativo, singular e encontra limites. As pessoas são datadas, circunscritas pela sua biologia e história humana, além da sua própria história, que influencia seu desenvolvimento, e suas condições de autonomia nas decisões sobre sua vida e a de seus semelhantes.

Diante do reconhecimento de que sofreu muito, ciente da força do abandono e da violência, Ana nos fala, com admiração, da força de vontade para ser alguém, considera que se tornou uma pessoa sozinha e a solidão foi uma marca em sua vida:

Eu sofri tudo isso, eu sobrevivi, hoje eu sou uma pessoa. Porque eu quis. (748)

Porque hoje era prá ser uma pessoa assim que quem vê assim o que eu fui e o que eu já passei, às vezes num imaginava que ia ser o que eu sou hoje. (883 - 884)

Ao tornar-se pessoa, Ana, esposa e mãe, tenta construir uma história diferente da vivida até em então. Para tanto, tem como referência um modelo idealizado de família o que a leva a culpas e ambivalências, quando se afasta dele. Além disso, houve as profecias evocadas de que ela seria como a mãe biológica. Ana se coloca contra elas, quer vencê-las:

Aí, as pessoas jogava assim que eu ia ser igual ela. Que ia abandonar marido, ia trair marido, que eu ia abandonar filho. Eu falei assim: “Não. Essa vida eu num quero prá mim não.” Olho prá minha filha e falo assim: “o dia que eu mais seu pai vier a separar onde que eu for você vai comigo, num te largo por nada. Se a gente for prá debaixo da ponte você vai comigo, vai ficar aqui do meu lado, eu

não te largo" (...) "eu jamais quero que ela passe um terço do que eu passei" (...)

Ela pode ser o oposto, né? (878 - 887)

Ela também conta-nos que convive bem com o marido e se refere a ele como o pai de sua filha. Com esta, que "*já está mocinha*", Ana procura ser uma mãe amorosa, próxima, responsável, que se reconcilia depois de alguma divergência, diz que tenta educar pela conversa, mas às vezes acaba por bater, quando é desobedecida.

Ana sofre ao esbarrar com as "pedras" que insistem em permanecer no meio do seu caminho, que a impendem de ser criativa e superar os entraves de seu desenvolvimento. Assim, torna-se culpada, condena-se por agir de modo contrário ao que foi sonhado, embora aja de maneira coerente com o que foi vivido, como podemos ver nas linhas abaixo:

(...) eu converso muito com ela (...) detesto bater em menino, num é meu forte

(...) chegá ao ponto (...) de, dá umas chinelada igual eu já dei, nossa mais eu fico mal, (...) parece que o dia acaba prá mim sabe? Eu fico sem graça. (887 - 890)

No esforço para ser uma mãe excelente, um fato interessante marca a aproximação de Ana com sua mãe biológica. O reencontro foi induzido pelos irmãos e mediado pelo misticismo religioso. Ela expõe que, diante de um problema enfrentado com a própria filha, eles a convencem de que as causas estavam no ódio sentido, em relação a "essa lá", conforme se referiu Ana. Diante disso, teve como motivação livrar Mariana da expiação de pecados de Ana:

Então, e eu tive assim muita raiva dela, muita, mais era um ódio assim que num cabia dentro de mim mais. (829 - 830) E aí, tava aconteceno umas coisas assim

muito isquisita com a minha filha e eles falou que a minha filha tava pagano por isso e ês pôs na minha cabeça (839 - 841)

Diante disso, esforça-se para mudar: quer não apenas aproximação com sua mãe, mas também quer que a mudança ocorra de “dentro para fora”. A religião se encarrega de intermediar os sentimentos de Ana por sua mãe biológica, o que a ajuda a superar o ódio sentido na adolescência:

“ó, quer saber, primeiramente, eu vou pedir prá Deus me mudar, prá me mudar de dentro prá fora, eu num quero simplesmente olhar nela e falar: “oi, bença”, só por, prá mudar o que a minha filha tá passano. Eu quero que ele faz essa mudança de dentro prá fora”. Tanto é que hoje assim eu num tenho mais raiva dela assim. Aquela raiva que eu tinha, eu num tenho mais (841 - 845)

Ana diz que, atualmente, não sente mais raiva da mãe, por outro lado não consegue se aproximar. Ana se mostra uma filha magoada, frustrada, não somente porque suas expectativas estão calcadas em uma relação mãe-filha idealizada, que vai permear todas as demais relações, mas também por que o abandono materno foi vivido em sua concretude. À mãe biológica se refere como “essa lá” (840), a mãe distante, fria, que nunca esteve aqui junto, que fez muita falta, que não deu colo, que não lhe cuidou quando estava debilitada:

Mais ela é mais fria, cê vê cê fala assim, “não, num é sua mãe não”. Sabe, ela num tem aquele negócio assim de, eu num sei quê que acontece. Só sei que fez

muita falta. Nossa! Você, quando cê tá doente, quando cê quer chorar, quer um colo de mãe, sabe? (873 - 876)

Ana duvida, a mãe biológica é mesmo sua mãe? As dúvidas geram desejo e temor da aproximação. Ana rateia, em determinado momento, por pouco não disse: “*eu gosto dela*”, mas não consegue, não está em paz com o abandono sofrido e com as frustrações vividas. Dessa forma, acaba sem paz consigo mesma, com a mãe que pretende ser. É filha de uma mãe que nunca esteve por perto, embora saiba que nada poderá mudar o fato de ser filha:

Aí eu, a Mariana gosta dela, aí ela tenta comprar a gente com presente, sabe? E eu num gosto mais de ir, eu falo prá ela. “Vai fica uma semana lá em casa, vai vê como é minha vida, como que é meu dia, como que é a, a vida da neta da senhora”. Eu acho que (...) tem muito mais valor prá mim do que eu chegar e dá presente e falar tiau vou embora. (...) Aí eu parei de ir lá, (...) Mais no fundo, no fundo às vezes eu falava assim: “não é minha mãe”. (...) “infelizmente (...) não pode mudar” (850 - 857)

Já quanto às relações da família com o trabalho, vemos que Ana, mãe, trabalhadora, mulher, que contribui para o sustento familiar, se torna culpada. O trabalho é gerador de culpa, já que a afasta de casa e da filha, o que não condiz com o ideal social de boa mãe:

A gente sai de casa. Cê vê, eu largo a minha família lá... (126)

Então, questionamos sobre a opinião do marido sobre o seu trabalho no Acolhimento Institucional e ela afirma que ele é neutro, não interfere em sua decisão de trabalhar. Ao mesmo tempo, ele conversa com ela sobre as crianças, orienta-a sobre como agir, apoia-a e acaba por constituir-se em seu único interlocutor. A sogra também é parceira, fica com a filha, enquanto ela sai para trabalhar:

Ele é neutro, sabe? (...) às vezes, eu chego, converso com ele do quê que tá acontecendo, os problema assim. Igual quando eu fui passar prá Mãe Social, conversei com ele, falei: "o quê que cê acha?" Ele deixa por mim. Fala, "não, se você vê que, que o que é melhor prá você, você cê faz. Se num for, você que tem que vê porque eu num tô lá." Agora com relação aos meninos assim, às vezes ele fala, fala, "não tenta ser assim, muda isso (...) ele me apóia, sabe? Ele vem, tem a minha sogra também que, que me ajuda né. (626 - 634)

Mariana conhece o Acolhimento Institucional e quando vai com a mãe para o trabalho, ela quer ajudá-la nos cuidados físicos das crianças, brinca com elas, gosta delas. Mariana, às vezes, fala que quer morar no Acolhimento Institucional. Diante de tal desejo, ponderamos que ela o quer, não pelas regalias das crianças, como explica à mãe, mas sim porque os meninos do Acolhimento Institucional têm a mãe dela sempre por perto:

quando ela vem prá cá, ela quer agir assim, como se ela fosse eu com os meninos, sabe?(...) Na hora de pôr os meninos prá tomar banho ela vai, põe eles prá tomar banho, (...) E fica difícil porque ela chega e ês num vai na cozinha

toda hora, se ela vai eles querem ir. E eu, eu falo prá ela, Marina vai brincar, cê fica prá lá. (...) (611 - 621)

Ana reage a esse desejo da filha através da conversa e da tentativa de mostrar o quanto a vida no Acolhimento Institucional é sofrida, já que apesar dos passeios e das regalias, as crianças não têm pai e nem mãe por perto. Nas palavras dela o diálogo entre as duas foi assim:

Às vezes ela fala prá mim (...) "mãe eu queria morar lá no abrigo". (...) "Por quê?" (...) "os meninos lá tem muito mais mordomia do que eu". (...) "o quê por exemplo?" (...) "Uai, ês faiz, vai no Center Shopping". (...) "tá, eles vai, vai prá clube" (...) "só que eles num tem papai nem mamãe perto. Cê prefere ficar sem o papai e a mamãe junto de você e ter essas outras coisa tudo fúteis?" (...) não mãe, realmente. (951 - 956)

Em verdade, Ana nos mostra, através da construção de um discurso confuso e oscilante, que não tem clareza do que seria melhor para as crianças. Em sua história de vida, vimos que Ana também não teve amor da mãe, mas sobreviveu, segundo ela, acolhida por uma tia na infância e pelo pai e irmãos na adolescência. Em nossa maneira de ver, Ana questiona: por que as crianças, pobres, provenientes de famílias incapazes de lhes educarem e sustentarem, não se contentam com o que oferecemos no Acolhimento Institucional?

Diante de seu discurso, perguntamos: de que forma reconhecer a adoção como direito das crianças à convivência familiar e que tem como objetivo garantir o bem estar das crianças, sem ter tido nenhuma preparação para o *trabalho no Acolhimento Institucional*? A fala de Ana revela desconhecimento das alternativas à institucionalização, agravado pela identificação com a história de vida das crianças. No

seu modo de ver, as crianças, ao receberem o mínimo, estão bem, já que têm “*alguém por elas*”. Como vimos, vivem uma infância melhor que a dela:

Eu falo assim: “olha aqui, cês tão aqui, cês tem uma casa, cês tem comida, cês tem roupa lavada, roupa passada, então (...) olha um pouco assim, fala assim, “não, a gente tem pelo menos um pouco”. Num tem amor de pai e mãe, isso aí num tem como a gente dá prá vocês. Por mais que eu te dou carinho, que eu brinco com você, eu num sou sua mãe, eu num sou seu pai” Aí a Tatiana virou prá mim e falou (...) eu prefiro mil vezes morar debaixo da ponte, (...) junto com o meu pai e com a mãe. Eu falei assim, não se fosse pensar desse lado também eu preferia, mais e se você não tiver opção? Eu falei pra ela: tem muitas crianças aí que tá debaixo da ponte, sem comer, sem vestir e sem pai e sem mãe. Qual que cê preferia? (...) Aqui você tem proteção, (...) a gente cuida de vocês, (...) dá o mínimo prá vocês olhar prá frente e falar assim, não, eu tenho alguma coisa, eu tenho alguém por mim. Vocês num tão (...) jogados igual vocês pensam não. (1041 - 1053)

Além disso, pergunto se Ana conhece o processo de adoção, já que ela nos conta que utiliza adoção (uma possibilidade concreta das crianças se inserirem em uma família), como ameaça para controlar o comportamento delas. Diante de seu posicionamento, vemos a ausência completa de preparo para o cargo e as idéias equivocadas relativas ao assunto:

Eu tava falano (...) no sentido delas serem adotadas, que vai ser uma coisa que tá chegando a hora prá elas. (...) Não conheço, eu falei só (...) porque aqui todos que tão aqui pensa nisso.(...) Eu acho melhor eles serem adotados, do que ficar no abrigo. Porque, ainda mais assim se for o caso de separar as duas assim, (...) Então eu penso assim, no caso deles aqui, eles ganham um lar. Pra eles é melhor. Só que na hora que eu falei eu tive assim (...) aquele sentimento assim (...), ruim, num foi um sentimento bom. Tipo assim, eu merecia o quê? Ficar longe da minha família, sabe. Mais no fundo, no fundo (...). Eu quero que eles procurem (...) ter uma família. Se eles acham tão importante. (...). (1024 - 1048)

Então perguntamos ainda: como Ana veio ser Mãe Social? A chegada de Ana à instituição acontece por indicação de uma amiga, que aí já trabalhava. Sua primeira experiência na instituição ocorreu com objetivo de substituir a ausência de uma Mãe Social, por uma semana. Depois de um ano, Ana foi chamada para ocupar o cargo de Serviços Gerais, e não tardou a convocação para “passar” a ser Mãe Social, função esta, que Ana resolveu aceitar. Inicialmente, estava interessada nas folgas que teria de 48 horas, a cada 24 que ficaria de plantão, o que favoreceria um tempo maior com sua própria filha.

Outro motivo que leva Ana a aceitar a convocação para ser Mãe Social, segundo ela, é que gostava do “*jeito de trabalhar*” com as crianças, via a ação de outra Mãe Social e sonhava em ser como ela. Ana, idealista, pôde concretizar o seu sonho e se sente feliz por isso:

Por isso que eu resolvi a passar. Então eu segui, por exemplo, a Mãe Social que tinha no momento, eu olhava ela, assim eu, hoje o que eu sou, é mais ou menos assim que eu, (...) tivesse pegado mesmo dela, eu achava bonito o jeito dela trabalhar, o jeito dela cuidar com eles, com respeito, o respeito que eles tinham com ela. Eu procurei, procurei seguir aquele, aquele mesmo caminho, falava: "não, se um dia eu for Mãe Social eu quero ser assim". (102- 107)

A utilização por nós da palavra convocação, no lugar de convite para ser Mãe Social, é proposital, pois este, nas palavras de Ana, nos soa como imposição. Para ser personagem, entendemos que é necessário conhecer o script, todavia, não há, na fala de Ana, nenhuma referência à reflexões sobre o papel desempenhado no abrigo. Embora afirme que passou a ser Mãe Social, parece que ela foi mesmo é jogada no papel, não teve escolha, conforme ela nos relata:

"Então, Mãe Social prá mim é, tipo assim: "Ó, você tem que vim! É Mãe Social"
(422-423)

A realidade se apresenta diferente dos sonhos. Logo no início da entrevista, ela fala que está arrependida por ter passado a ser Mãe Social, reconhece a grande responsabilidade requerida pelo cargo ocupado. Segundo ela:

Mãe Social é muita responsabilidade. Agora serviços gerais não, porque eu tava só durante o dia, cê num tem responsabilidade com a casa, com comida, num tem responsabilidade com as crianças (...) tá chegando um ponto assim, que eu

num tô dando conta mais, aí tem hora que eu arrependo, falo: "ah não queria voltar prá serviços gerais" (25 - 31)

Ana vive o saudosismo pelo o que o abrigo era, quando ela começou a trabalhar alí. Arrependida, considera que hoje está um "trem desgovernado". Naquele momento, o abrigo, no seu ponto de vista, era organizado, as profissionais conseguiam controlar as crianças que não respondiam, não maltratavam as Mães Sociais:

Aqui no momento prá mim agora tá assim, o trem desgovernado, tá tudo fora do rumo. (...) Quando eu entrei aqui era dum jeito, quando eu resolvi passar prá Mãe Social é porque eu gostava do jeito de trabalhar aqui. (...) tinha regras, tinha disciplina, tinha pessoas assim de pulso prá trabalhar. (...) cê num via assim, rebeldia de menino, cê num via menino gritando, menino te respondendo, menino mal tratando, num tinha isso. (95 - 102)

Não obstante, cultivava certa esperança de que o "trem desgovernado" encontrasse seus trilhos:

agora tá entrando pessoas, aí, cê passa por um momento de estresse que até que entra tudo nos eixos (54 - 55) você acompanha três fases, (...) desde que eu tô aqui é muito difícil prá (...) cê saber. Eu entrei era assim, mudou e agora tá mudando de novo? E tudo prá pior, se fosse prá melhor né. Aí é difícil. Agora vamos (...) ver. (1008 - 1010)

As modificações pedem redefinições de posturas na vivência do papel e Ana nem ao menos conseguiu uma primeira definição, o que acaba por trazer desgaste a ela. Ana sabe que, para ser Mãe Social, é preciso ser mais do que ela é, o que se traduz num fazer diferente do que ela faz. Entretanto, ela atribui o motivo a uma falha pessoal, sem conseguir abarcar a complexidade que perpassa a constituição de sua personagem. Quando pergunto a ela o que acha que precisa para ser Mãe Social, ela responde:

Ah, eu acho que precisa muito além (...), do que eu sou. (412- 413)

Ana tenta nos explicar o que é ser Mãe Social, e recorre à orientação dada por seus superiores de não se envolver com as crianças. Com relação a isto, chama nossa atenção o fato de que a orientação dada não legitima o desempenho de seu papel, já que a afetividade é concebida como apartada da vida profissional. Além disso, sabemos que esta não é apenas inerente às relações interpessoais, mas também uma das dimensões constitutivas das pessoas.

(...) é vim cuidar e ir embora sem ter nem um vínculo com eles. Ó eu fui, (...) o meu serviço, fui embora e acabou. Mais infelizmente não é assim. Você acaba (...) gostando mais de um, tem aquela coisa de, implicá com um. Há um essa semana tá mais custoso, essa semana tá melhor (...) (424 - 429)

Ana se diz envolvida com as crianças, tem preferências por umas, não gosta de outras. Idealiza o vínculo Mãe Social – filho social -, como podemos identificar em sua narrativa, que ela é apaixonada por Francisco e fria com Lais. Ele é um menino de três anos que era tudo o que ela queria como filho. Ao mesmo tempo com a irmã dele, Lais, seis anos, Ana não tem paciência ou afinidade. Ela afirma que não pode sentir raiva de

nenhuma delas, porém não consegue tratar todas as crianças igualmente e nem esconder seus sentimentos:

[Francisco] no primeiro dia que eu vi ele, ele chegou e já me abraçou, sabe? Eu falei: "Nossa, que menino lindo!" Ainda mais dessa idade é tudo que queria né. Aí passou o meu outro plantão, eu cheguei aqui e ele falou: tia. Eu falei: "Oi". "Hoje eu já chorei duas vezes", eu falei: "por quê?" "Saudade de você!" sabe? Aquilo me, mexeu comigo né. Aí desde então, na hora que eu tô nervosa, (...) eu pego ele abraço e beijo, sabe? Parece que é (...) meu refúgio (...) e ele vem, ele é muito carinhoso também comigo. Aí vem me abraça me beija aí eu vou acalmano. (...) já a Lais, é a irmã dele, (...) toda hora que tô com ele (...) ela vem chega perto de mim, sabe? Mais (...) parece que o nosso santo num bate. E ela é assim, tem só seis anos também, (...) muito birrenta, sabe? (...) cê tem chamar atenção dela toda hora, muito desorganizada. (...) Num tenho nem um vínculo com ela (...). na hora que eu vejo (...) ela chega perto de mim parece que sinto até aquela coisa ruim. Falo "ah não!". E eu num posso senti raiva aqui né. Ela chega tem hora me abraça me beija e olho ela assim. Eu sou fria com ela, eu num consigo. (515- 521)

Segundo Ana, a distinção que faz entre as crianças e o fato de revelar os sentimentos geram ciúmes entre elas, disputa por sua atenção e até mesmo relações conflituosas entre crianças, que se veem não queridas, e a Mãe Social, conforme os fragmentos abaixo:

[Francisco] Sou apaixonada nele. (...) Esse eu, nossa! Ainda mais que é menininho. Eu dou banho nele arrumo (...) direitinho, nossa! Sou apaixonadinha nele. Aí tem dia que (...) os dois fica disputano (...). Aí eu falo assim: "vem cá Francisco", aí ele chega lá. "Ta veno? Ela é minha vida!" aí o Marcelo fala: "é minha também". Eu falo: "é dos dois." (505 - 509)

Sem espaço para reflexões sobre o trabalho desempenhado, Ana não tem nitidez sobre a provisoriedade do atendimento prestado pela instituição para a qual trabalha, e nem pela necessidade de preservação das relações afetivas da criança com suas famílias de origem. Ao mesmo tempo, vê a constituição de vínculos entre ela e as crianças, ou o envolvimento, conforme nos diz, como a ameaça pela perda das crianças. Segundo ela nos relata, é preciso "ficar esperta" para não sofrer com a saída das crianças, que queria para sempre perto dela:

Agora uma, a gente cria (...) uma intimidade com uma criança dessa e tem que falar assim: foi embora. Nossa Senhora! (...) às vezes cê fala assim, eu num gosto, mais no fundo, no fundo tem alguma coisinha ali. Pode ser pequena, mais tem alguma coisa. E aí falar assim: "foi embora!" É igual o Francisco, a Cláudia falou em dezembro, (...) "fica esperta, que a tia vai querer pegar". Na hora que ela falou já me doeu tudo por dentro, falei pronto. Eu já imaginei ela chegano no portão prá pegar já, e cê vê tem pouco tempo que ele tá aqui, eu acho que tem menos de três meses que ele tá aqui. Mais a gente fala que num envolve e acaba que envolve e muito. (551 - 559)

No entanto, reconhece que, apesar da tristeza pela saída do Walton²⁶, sente-se confortada por saber que, em outro Acolhimento Institucional, ele está melhor atendido em suas necessidades especiais. Talvez, se conhecesse e participasse dos processos de reintegração familiar na família de origem ou adoção, pudesse ficar mais tranqüila com relação à saída das crianças do Acolhimento Institucional:

É igual o Walton, (...) quando eles foram arrumar as coisas dele, falaram assim que ele ia embora, nossa, pensa numa coisa ruim, (...) eu nem fui lá vê ele até hoje ainda. Sabe, eu acho (...) que na hora que eu vê ele assim, vai ser, um baque, um menino assim que a gente cuidou que tanto tempo ficou junto, acompanhou né. (...) às vezes eu tô aqui dentro, aí eu escuto o chorim dele ainda, sabe? (...) mais cadê o Walton, sabe? Deus me livre! Foi muito triste. Foi e ao mesmo tempo num foi, porque o que conforta a gente é saber que agora ele tá bem melhor né, mais tem pessoas assim, capacitados pá cuidar dele, tem enfermeiro que sabe? (...), prá (...) gente (...) já num tava mais dano. Mais que foi triste foi. Nossa! (542 - 551)

Então, percebemos que para Ana ser Mãe Social é não se envolver, todas as vezes que se vê envolvida com alguma criança, afirma que não o é. Assim, perguntamos: o que seria então? Para ela, mães não são boas, não são continentes, tias são. Em sua história de vida, há a presença de uma mãe – tia, que a criou e a quem ela ama, e de uma mãe biológica que não é querida, ela a odeia. Em seguida, lembro-a de uma situação vivida durante o período de observação, em que as crianças a chamaram de mãe, e que ela, imediatamente, contestou, e, ao falar-nos sobre o assunto, se definiu

²⁶ A criança foi transferida para outro serviço de acolhimento institucional especializado no atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais.

como cuidadora, como tia. É a história de vida imbricada na identidade profissional, as pedras no caminho que insistem em se interpor, conforme evidencia-se a seguir:

eu assim sendo, como se diz (...) cuidadora (...) eles me chamam de tia e aí tem hora que eu olho, vejo eles assim como que a gente, sabe? (...) que cê tem responsabilidade (...) também da educação deles, você quer que eles cresçam, que eles tenham uma boa educação, que saibam se comportar, entrar certo em algum lugar e assim, essa parte fica com a gente, então às vezes, às vezes a gente se sente mãe. Mas na hora que cê vê assim saindo fora, cê fala assim: eu num sou mãe não, nessa hora que cê vasa fora, fala não, eu tô fora, mas... (...) é igual filho da gente, você faz sua parte, mas quando cresce ele vai saber o que ele quer e o que ele num quer.

Assim, como o jovem Hamlet²⁷, que vivia incomodado por um fantasma, (e, por meio de devaneios poderíamos até afirmar que o dela é a própria mãe que a abandonou na infância) Ana vive o dilema: ser ou não ser mãe das crianças do Acolhimento Institucional? Seu discurso é marcado por contradições e ambigüidades, que resultam num movimento de fusão e diferenciação entre ser mãe e ser Mãe Social. Para definir-se, faz referência às práticas cotidianas: cuidar, disciplinar, não se envolver, não ceder, e finaliza: é igual ser mãe!

Uma Mãe Social, quê que ela tem que saber: ela tem que cuidar dar tudo aquilo que eles precisam, disciplina, mais não se envolver. Por quê? Porque se você se envolve com eles você acaba cedendo, é igual mãe.

²⁷ Hamlet é o personagem criado por William Shakespeare (1564–1616) que profere a frase “To be, or not to be: that is the question” (ser ou não ser, eis a questão).

Conforme Ana nos fala, a confusão dela aumenta, quando pessoas recém chegadas para trabalhar no Acolhimento Institucional acham que as crianças têm que ser tratadas como se fossem seus próprios filhos. A força dos laços de sangue novamente perpassa sua vida. Para Ana, mãe é aquela que gera, é aquela que conhece a genética, de quem, como ela nos diz, se “puxa” as maneiras de se comportar. Fala:

(...) como se fosse um filho, que cê tem em casa, que nasceu de dentro de você, que você conhece a genética, ali cê vê tudinho, (...) se tem comportamento estranho me puxou, puxou meu marido, puxou a avó e eles aqui são muito diferente. (55 - 62)

Identificada com o papel de mãe, Ana se decepciona frente à reação de Brenda que afirma a superioridade da própria mãe biológica frente à Mãe Social. A partir daí, ao analisarmos o fragmento da entrevista abaixo, pensamos que o sentido da questão feita por ela, pode ser: qual é o meu lugar nesta relação com esta criança? Vejamos:

(...) a Brenda (...) até hoje (...) eu me identifico muito com ela, sabe? Só que (...) eu distanciei dela e ela distanciou de mim. Que um dia a gente foi prá fazenda, mais deu uma briga lá, sabe? E ela me comparava com a mãe dela, tudo que ela falava jogava na minha cara da mãe dela. "A minha mãe é melhor, a minha mãe tem o cabelo mais bonito, minha mãe é mais bonita!". E eu falava: "gente (...) e eu, onde que eu entro nisso?" Mais aí acabou que ela falava de um lado chorano e eu chorano do outro lado. Aí, tipo assim, eu me senti decepcionada com ela.

Aí eu, desde então, eu não me envolvi e assim, com ninguém. Sabe? E eu, eu falei assim: "eu olho elas, tudo, tudo igual", sabe? Aí agora eu tô mais assim apegada no Francisco, (...) ele tá fazeno o que quer de mim tamém! Com treis aninhos! (444 - 456)

Do mesmo modo, define-se mãe ao falar sobre o dia em que Lins passou mal e ela a acompanhou à Unidade de Atendimento Integrado (UAI)²⁸. Durante sua narração, ela fala que a menina é igual à filha dela, idealiza um papel de mãe, diz que os sentimentos despertados são os mesmos perante o sofrimento de um filho. Não quer que sofra, não a abandona naquele lugar, quer levá-la embora para casa. Assim Ana nos conta:

Igual no dia que a Lins passou mal (...) bateu a cabeça na cama e eu fui levar ela lá no, no UAI, (...) e o médico falou que ela tinha que tomar uma injeção e eu já falei, "tem que tomar o medicamento na veia e ela morre de medo!" ela é igualzinho minha filha, sabe? E eu olhava ela, com aquele olhar assim, dano trabalho (...). E ela foi ficano mais nervosa e aí na hora que colocou lá ela: "tia, cê num vai me deixar aqui não, né?" falei: "eu num vou. Enquanto cê num saí eu num vou embora, hoje é meu plantão, se for o caso eu durmo aqui, eu vou ficar aqui com você, num precisa ter medo." Quando essa menina mexe esse trem sai de novo, e ês veio e num achava veia nessa menina e foi me dano um nervo, uma vontade de matar esse médico, (...) pegar ela e trazer prá casa. Caba que cê tem aquela coisa ali dentro de você. Que é como um filho. (450 - 471)

²⁸ As UAIs são parte do Sistema Único de Saúde (SUS), estão sob a responsabilidade administrativa do Município e prestam serviços hospitalares de emergência, na cidade onde se localiza o Acolhimento Institucional.

Ao definir-se como mãe das crianças em situação de acolhimento institucional, acaba por se definir como uma mãe chata, que não pode dar carinho:

Quando chega eles tem uma noção assim de (...) que eles [as crianças] precisam de carinho, de cuidado e eles num são assim . (...) porque a gente tá num (...) papel de dá educação, disciplina. Acaba que você tem, (...) que ser aquela mãe chata. Cê já viu uma mãe boa? (...) Num tem. É que nem mãe é chata, tudo quer proibir e a gente tá nesse papel aqui. De, (...) impor um caminho prá eles e aí a gente nunca vai ser boa. (1108 - 1114)

Aliás, a disciplina é uma dimensão muito presente nas *relações com as crianças*. Logo no início da nossa entrevista, ela nos diz que é muito correta em suas ações, gosta que as regras e os horários das atividades sejam cumpridos. Ana, Mãe Social, disciplinadora, exerce sua autoridade de maneira autoritária. Ela se justifica ao ressaltar que muitas são as crianças sob sua responsabilidade:

devido eu ser assim muito, (...) certinha com as coisas (...). Eu gosto assim, coisa de criança tudo tem horário, tudo tem as regras (...) (27 - 29) Porque numa casa onde tem 11 crianças (...) se você num tiver disciplina cê num vai a lugar nenhum, porque se você fala assim, vai tomar banho e a criança fica te olhando aí num faz aquilo, sabe? (...) levanta, não escova os dentes, não senta na mesa todos ao mesmo tempo prá tomar café, fica com falta de respeito com o outro (33 - 37)

Porém, Ana faz uma reflexão: é preciso ter jogo de cintura, flexibilizar, e ela, às vezes o faz, mas é muito complicado lidar com tantas idiossincrasias, sem apoio para tal. Em seu modo de ver, é preciso “ter pulso firme” e por agir assim, é a pessoa mais respeitada pelas crianças, dentro do Acolhimento Institucional:

Sei que é complicado esses meninos. (...) nossa, num é fácil! (1118 - 1139)

E nem tudo (...) falava: “não, agora eu tenho que dá uma liberada aí (442)

Eu seno assim, pelo menos o que eu vejo, (...) mais ou menos um pouco de (...) pulso com eles, eles faz o quer da gente (...). Tem hora que ês faz alguma coisa comigo eu falo (...) não, assim num tem jeito não. Se eu for liberar (...) então (...). Aí que ê munta mesmo e mete a espora. (1143 - 1147)

Ana considera que, ao disciplinar, faz o melhor que ela pode, e por isso gostaria que as crianças reconhecessem isto e gostassem dela. Mas não é isso que ela sente, concebe as “rebeldias” deles como falta de consideração e de amor e fica desnorreada, sem saber o que fazer:

Eu saio daqui com (...) meu coração limpo, falo assim: “não, o melhor de mim eu deixei aqui e não me arrependo de nada que eu fiz, (...) “eu quero ser rígida com eles só em questão de disciplina”. (...) eu num queria que vocês tivessem medo de mim, queria que vocês me respeitassem. (...) “eu venho cuidar de vocês, então (...) eu tenho que ter um lugarzinho assim no coração de vocês” e falar assim: “Não, ela é importante prá mim, ela veio cuidar de mim, então eu tenho

que respeitar, é o mínimo que eu posso fazer por ela". Não, mais tem dia que cê sai daqui, nossa! Cê sai desnorteada, cê sai sabe? De ter que ficar na, (...) rebeldia que eles fazem, nas coisas que eles te falam". (122 - 131)

Já diante do discurso construído, questionamos: o que é indisciplina para Ana e o que seriam os comportamentos indisciplinados dos quais ela se queixa? Conforme vimos em citação anterior, o tempo das atividades é controlado rigorosamente, o respeito uns pelos outros, também é valorizado. O cuidar da higiene pessoal, que assume forma de controle do corpo, o organizar seus pertences dentro dos armários que devem estar arrumados, também são ações controladas por Ana. Em nome da disciplina, a Mãe Social "passa pente fino" nas crianças e no espaço, e utiliza como tática a privação daquilo que gostam de fazer e das poucas oportunidades de convivência comunitária. Nas suas palavras:

Olhar assim a cabeça deles, passar pente fino, é, o quê mais... Entrar dois no banheiro, num pode, (...) Guardá roupa, sapato. (...) tanto é que eu chego de manhã (...) tem gente que arruma guarda roupa (...) antes de chegar. Pergunta por quê? (...) eu chego (...) eles arruma antes de ir embora, eu deixo tudo organizado. No outro dia, na hora, (...) que a outra Mãe Social chega ninguém tá arrumano guarda roupa, porque à noite eu vistorio tudo, pá vê se tá tudo arrumado. Num tá? Então num vai vê televisão, vô cortar (...) uma coisa que cê gosta. Num vai no passeio, num vai nisso, num vai naquilo outro. (401 - 408)

Não encontramos em seu discurso referências a diálogos entre Mãe Social e crianças. Embora ela relate que conversa com as crianças, percebemos que, o que de

fato ocorre, é que ela fala, aconselha, e as crianças escutam caladas, até dormirem. Assim, apreendemos uma concepção de crianças como sendo passivas, no sentido de que precisam ser disciplinadas e educadas para obedecerem, sem muito diálogo:

E quando eu chego aqui prá conversar com eles, aí eles já falam assim: "xi, já vem bronca", sabe? Que eu falo mais tem dia que eu pego elas na no quarto, mais eu converso, mais eu converso e explico as coisas como que é. (...) o quê que tinha que fazer (...) prá mudar, (...) prá ser melhor a vida delas. Quando eu vejo, tá todo mundo dormindo, às vezes só tem uma escutando e eu tô lá (...) falando. Agora mudou muito, mas eu saio nelas lá no quarto, sabe? Na hora dá, dá muito trabalho mais, eu acho que é por, por ter muito assim dá, ter, igual à Brenda tem, ela tá com 12, a Tatiana tá com 11, tem diferença de idade, aí dá mais trabalho mais... (241 - 249)

Neste sentido, conta-nos um fato no qual revela que a disciplina física e o isolamento psicológico estão presentes. Desta forma, faz-se necessário esclarecer que Ana diz que não bate nas crianças, porém, vemos que usa contenção física, ao colocar as crianças de castigo, na maioria das vezes sozinhas, dentro do escritório, ou em seus quartos. E quanto ao isolamento psicológico, Ana solicita às outras crianças que também o façam, quando há "chilique", no sentido de resistência por parte de alguma delas. A despeito da extensão do fragmento abaixo, optamos por citá-lo, pois o consideramos bastante ilustrativo:

Tudo por causa de uma roupa, (...) ela foi colocar uma roupa que tava toda encardida, toda amarrotada (...). Falei assim: "Betina, pega uma roupa colorida". (...) e ela (...) começou. E aí (...) no impulso assim da minha raiva eu peguei ela

prá mim levar lá pro escritório (...). E ela pegava aquele cesto e ia trazendo (...). E eu pensei assim, eu num vou pegar no braço dela que aí, às vezes né, eu apertar ela pode ficar marca, aí eu apoiei ela assim com os braços, mais ela é gordinha. Nossa, eu fiquei tremeno nas base esse dia. (...) Levei. Eu sou assim, eu falo prá eles, na hora que, que num quiser ir, se eu falar que vou levar, eu levo, pode ser a maior que tiver aqui. Na hora da minha raiva eu pego e levo prá lá sabe? (...) Mais ela gritava (...) e aquele povo todo do predinho saiu do lado de fora e eu falava assim: "Betina fala mais baixo" (...) "Fala mais baixo, deixa falar com você". E ela ficou assim: "cê tá me matando! Cê quer me matar!" (...) Pus a mão assim na boca dela ó, e ela respirando pelo nariz, sabe? E as meninas tudo lá, perto de mim e ela: "Cê quer me matar!" E eu falei assim: "É se fosse vontade minha eu já teria feito há muito tempo prá quê que eu ia trazer você aqui prá cá? aí desse dia prá cá ela num (...) deu chilique comigo mais não, mais eu falei prá ela, eu fui embora assim prá casa, mais o tempo todo que eu fiquei mal. No outro dia eu cheguei e falei assim (...) que ela tava gostando de ser centro das atenções, falei: "(...) mais prá mim cê não vai ser mais, cê pode fazer o que ocê quiser, dentro dos limites, é lógico". (...) E eu falei assim com os meninos, "eu quero que eles te isolam por um tempo, porque que cê tá achando que tá podendo". (...) E eu peguei e falei prá ela, (...) "a partir de hoje eu vou fazer de conta que você não existe dentro da casa. Se você quer chamar minha atenção, você vai (...) sendo obediente, me respeitando. Na hora que você fizer isso, se você quiser alguma coisa de mim você vai ter, mais no chilique cê num vai conseguir mais nada. Acabou". Ela chorou, ficou triste e

ficou e aí toda hora ela vinha perto de mim e conversava aí eu gelei ela um pouco, mas eu também num dou conta né, que sou uma manteiga derretida. Aí teve uma hora que ela conversou aí eu respondi. Só aí também. E ela fica toda hora perto de mim, tudo que ela ia falar ela me incluía no meio. (169 - 211)

Diante da fala acima, vemos que o nível de conflito na situação narrada por Ana foi muito alto. Diante da intenção de controlar, ambas se descontrolaram completamente, não houve diálogo, elas não conseguiram se escutar. A angústia da Mãe Social ao ver-se deslocada de seu lugar de autoridade é evidente, ela se sente tão mal que em sua casa, e ainda quando retorna para o plantão seguinte, não havia conseguido se reorganizar.

Outras situações foram relatadas pela Mãe Social, como por exemplo, o dia em que um menino comeu, sem autorização, um pote de goiabada, que estava na dispensa, ao que ela reagiu com agressão e ironia, e humilhou-o. Assim, acreditamos que essas situações não são únicas, ou, que ocorram de maneira isolada, mas sim, que fazem parte do dia-a-dia no Acolhimento Institucional, e são construídas ao longo do tempo em que Mães Sociais e crianças estão na instituição. A respeito deste fato, vejamos o que ela nos conta:

(...) prá chamar atenção (...) ele pegou e foi lá na cozinha, (...) ele faz "arte". (...) foi lá na dispensa pegou treis barra de goiabada de 500 gramas, uma ele conseguiu comer todinha e a outra (...) na hora que eu cheguei eu fiz ele comer e falei assim agora cê comeu uma, agora (...) cê come a outra. Falei tem mais duas, vou (...) ser gentil, cê vai comer só mais uma e aí ele me enganava, eu ouvia, (...) às vezes eu ia lá cozinha e voltava eles tinha escondido o doce tudim, (...) tinha doce dentro da dentro da geladeira, no motor da geladeira, em baixo,

jogado ali na janela. Nossa, ele é insuportável. Muito custoso. Um tempim que cê descuida dele assim ó. Ele faz "arte". (462- 474)

Ao se perceber deslocada do lugar considerado por ela, como sendo o lugar que lhe é devido, o de autoridade no Acolhimento Institucional, Ana fica sem repertório para lidar com crianças. Ao lado disso, vê as crianças que resistem, como sendo muito agressivas, espertas, mais inteligentes que os adultos, que já têm maldade, o que justifica a necessidade de disciplinamento:

Aqui eles são crianças, mas eles já tão caminhando (...) prá uma idade de saber o (...) certo, (...) o (...) que é errado, têm uma (...) inteligência assim prá imaginar as coisas, (...) fazer maldade (...) (79 - 81) É eles são crianças, mas, são (...) muito mais, (...) inteligente do que a gente (...) (92) Que eles são muito agressivo esses menino, muito assim sabe? (1108)

Além de tudo isso, há ainda outro problema apontado por Ana como agravante das situações de conflitos com as crianças, que é o cansaço diante do desempenho de um grande número de tarefas. Para ela, tal cansaço agrava a situação, já que assim, não consegue ficar calma diante dos embates com as crianças:

E aí começa gritar, começa bater porta, começa te xingar, começa, e aí, quando cê já tá cansada, cê acaba que aquilo te abate. (145 - 148)

Dessa forma, acreditamos que os conflitos poderiam ser atenuados, se as crianças e a Mãe Social tivessem algum tempo para brincarem juntas, entretanto, há

apenas uma referência a alguma situação lúdica, em que reconhece que esses sejam momentos divertidos, em que o tempo passa rápido:

Aí depois que a gente vem prá cá eu faço sorteio de bala, faço sorteio chocolate prá eles, aí invento umas brincadeira com eles sabe? (...) E eu falo assim: "todo mundo vai ganhar, mais é na brincadeira!". Aí tem dia que eu quase morro de rir, sabe? Tem dia que dá (...) mas eu falo: "nó! sou muito... quando eles querem são muito divertido". O tempo passa rapidinho. (367 - 373)

No entanto, pergunto o que eles fazem no tempo livre, e ao responder, Ana não consegue desvincular sua resposta da questão das regras. Ela diz que as Mães Sociais têm que seguir as regras do Acolhimento Institucional e sabemos que, em suas atribuições, não há previsão de tempo livre, apenas de trabalho. Então, ela nos conta que para ocupar as crianças, no período noturno, ela os envolve no desempenho de afazeres domésticos, e por em função desta postura, substitui o lazer e o brincar pelas tarefas domésticas, conforme podemos ler abaixo:

À noite aqui eu gosto (...) prá ocupar o tempo, enquanto eu tô fazendo alguma coisa eles também tão ocupados. Porque se eu falar assim: fica na sala que eu vou fazer isso, eu posso ir, mas na hora que eu chegar aqui tem uma briga. (...) mais se for de outro jeito não funciona. (253- 259)

Ana exige que todos trabalhem, não precisam lavar os banheiros ou fazer a comida, tarefas que ela julga serem muito pesadas, diz que as crianças realizam apenas afazeres básicos. Diante da fala de Ana, raciocinamos que, embora as tarefas impostas

pareçam simples, ao serem designadas a uma criança, podem ser consideradas como uma ocupação inviável e contrária ao que a lei determina:

Aí de noite, ficou todo mundo aqui na sala quieto e eu trabalho e eu falei gente que eu faço? Aí eu vim cá na sala. (...) a televisão tava ligada e já tinha começado a novela das nove, eles adoram a novela, (...) Falei: "ninguém vai ver televisão também, ninguém quer trabalhar, então ninguém vai ver (...)". "Ah tia! Mais oê num falou que num era prá fazer nada pro ê? Tava só pensano assim". Falei assim: "as coisas que vocês fazem aqui num é prá mim, é prá vocês mesmo". Porque à noite é organizar por cima, eles num tem que limpar lavar banheiro. É só o básico. Eu falo prá eles: "igual, à gente janta aqui no refeitório, limpar a mesa, pôr o forro, é... a louça a gente tem que lavar, deixar a casa organizada", então se eles joga sapato, joga sujo aqui, eles vai cata o lixo, cada um faz uma coisa, leva os lixo do banheiro lá fora no tambor lá de lixo. (...) eu ponho todos (...) prá ajudar. Aí duas vai lá em cima pôr roupa comigo (...) a Brenda já vai sozinha, (...) a Tatiana também vai sempre sozinha. Eu falo prá eles: "na hora que a gente acabar tudo, a gente vai pá dentro". Aí eu já fecho lá na cozinha lá fora, venho fechano tudo, aí a gente fica aqui na sala.

(349 - 367)

Também vemos que Ana se preocupa com o futuro das crianças, e entendemos que ela valoriza a "ocupação", como uma forma de educar as crianças para a vida profissional adulta e afastá-las da ociosidade e da criminalidade. Também notamos em sua fala a idealização de que as tarefas domésticas são "naturalmente" realizadas por

mulheres, quando diz a Francisco que saia de perto delas, já que ali não é lugar de meninos:

Igual (...) tava encapando os cadernos e vai passano, (...) mas eu tô olhando e, os outro eu ponho tudo prá cá, os menores. "Há eu num vou passar roupa prá você, (...) aí na hora do almoço eu vim cá na mesa, (...) Falei, "quem que falou que num vai mais passar roupa e num vai fazer mais nada de noite? (...) num precisa fazer nada prá mim, eu sou paga prá isso (...) prá fazer. Só que eu tava tentando ensinar alguma coisa prá vocês. (...) Estender roupa, a Brenda sabe! Lavar roupa, a Brenda sabe!"Lavar (...) uma louça e eu queria que todos aprendessem". (...) A cuidar, já pensou eles com 15,18 anos, nossa! (...) fazer comida, já isso não. (...) eu morro de medo de ferro (...) então eu fico de cima, eu só deixo as grande. Ah, o Francisco passa, "vai lá prá sala Francisco aqui não é lugar de menino" nem quando eu tô com o ferro desligado. (317- 333)

Por outro lado, na medida em que nossa conversa se prolongou, ela teve a oportunidade de se ver como Ana que tem paciência com as crianças, que consegue administrar com o bom humor as situações difíceis, que é capaz de se refazer depois de uma noite de sono:

Cê tem uns momentos difíceis aqui dentro mais a maioria cê leva tudo na esportiva sabe? Então eu acho que eu tô tão assim sem paciência, se não num tava aqui mais. (...) Porque é raro eu sair daqui com problemas. (...) eu saio de

manhã ês tão tudo dormino, então se eu tiver que passar alguma raiva à noite, de manhã eu tô é ótima, já passou a noite toda. (598 - 604)

Ainda se descreve como a Ana que dá regalias para crianças, que inventa lanches gostosos, que é capaz de fazer comidas diferentes, de criar situações que agradam as crianças, que flexibiliza as regras do que assistir na televisão se o programa for liberado para crianças pela censura:

Porque eu sou assim, eu dou a maior regalia prá eles, sabe? À noite eu invento lanche gostoso prá gente, eu faço chocolate, eles adoram chocolate. (...) Ou, eu faço, eu mudo. Uns aqui na sala pensa nós vão reuni tudo aqui na sala prá dormir, programa de índio deles, que eles gostam, deixo ver filme até mais tarde no final de semana. Não pode, mais se for uma coisa livre eu libero, falo: "Não. Pode ver! Fico aqui meio dormindo, olhano eles, eles ficam tudo comportadim. (342 - 348)

Inclusive, no decorrer de nossa entrevista, percebemos que Ana pode refletir sobre a necessidade de as crianças conversarem, serem ouvidas, embora reconheça suas dificuldades em escutá-las, ao falar sobre seus sentimentos e suas vidas. Talvez, pense que, ao conversar mais com elas, sem gritar, sem atitudes inadequadas, as crianças entendam que ela não quer ofendê-las, que quer prepará-las para a vida. Ana reconhece a dureza com que as trata, e a dureza da vida que elas vivem. Sobre isso, podemos afirmar que, as situações das crianças abrigadas, de certa forma, remetem-na ao que já foi vivido por ela própria na infância:

Às vezes eles dá crise assim, aí chora. Eu falo "o quê que aconteceu?" Aí eles fala "minha mãe, meu pai", aí eu já vaso fora, já falo "não, eu num vou ter nem condições de ouvi", caio fora mesmo, aí eu vou melhora e volto lá e converso. Falo: "não. Num fica assim não." (756 - 759) Agora eu vou, (...) me preocupar mais com ela. Porque eu fico assim com dó deles de num ter atitude com eles sabe? De conversar, de falar, ela só sabe gritar (...). Eu posso ser dura assim, mais eu consigo alguma coisa com eles. (...) Talvez eles entendem o que eu tô falano, eu num tô falano assim prá ofender, tô falano a realidade da vida, isso aí num adianta esconder deles. Mais as vezes que é difícil é. Parar e pensar, falar nó. (1087- 1093)

As relações com outros atores do Sistema de Garantias de Diretos estão presentes ao longo da entrevista com Ana. Com as outras Mães Sociais fala sobre as dificuldades de encontrarem um consenso sobre o que é permitido ou proibido às crianças, e sobre a organização da rotina de trabalho com as mudanças que elas têm passado, solitariamente, no Acolhimento Institucional.

(...) o trem desgovernado, tá assim, fora da linha eu, qualquer momento, sabe? Tá pá, o que dé e vié. Num tem aquela coisa de falar assim: "Não, vamo seguir um rumo só!" (...) porque num dá prá ser uma só, tem que ser as treis. Eu se eu falar alguma coisa, às vezes elas num concorda, mais aqui a gente tem que seguir uma, por mais que eu num concordo com aquilo eu tenho que seguir firme, cê tem que ter uma base. (386 - 391)

A seguir, fala-nos da falta de união entre a equipe e enfatiza que, embora anteriormente houvesse trabalho em equipe, hoje a realidade é bem diferente, já que as pessoas não têm a política de ajudar umas às outras, principalmente no que diz respeito a uma cobrir a ausência planejada da outra:

Mais a gente é uma equipe! Que é o que num tem: equipe. Trabalho em equipe é o que falta prá gente. (...) Já teve. Quando eu passei tinha, porque eu já cobria Mãe Social (...) então quer dizer, se na época foi, meu modo de pensar era assim, ó, se eu cubro agora, quando eu for Mãe Social também vai ter alguém que me cobre. Então no momento não tem. (691 - 698)

No que se refere à relação com os outros colegas, revela dificuldades no que diz respeito à organização das crianças que estão sob sua responsabilidade, já que ela interfere, quando discorda da conduta deles perante às crianças e teme ser mal interpretada em suas atitudes, que diante da ausência temporária de coordenação, podem pensar que ela quer ser a “tudo” no Acolhimento Institucional. Assim, relata que:

Então, aí no, teve um dia que eu fiquei brava com eles porque eles tavam chegando e abrindo o portão pro (...) motorista. (...). E falei assim: “ele é pago prá levar vocês e trazer e deixar tudo aqui dentro”, mas aí como não tem coordenadora, dá aquela impressão (...) que eu quero ser a Mãe Social, a Coordenadora, a Diretora, a Tudo.

Quanto ao diretor do Acolhimento Institucional e sua esposa, estes são retratados por Ana como pessoas que apóiam seu trabalho, ajudam-na a superar obstáculos nas relações com as crianças, estão sempre disponíveis, quando é necessária a sua interferência:

Mais o Resende até ficou assustado, que eu nunca tinha ligado né, nunca pedi, nunca liguei. Às vezes eu falava prá eles, eu vou ligar pro Resende se eles num quietar mesmo. Nesse dia eu liguei duas vezes seguida, pedi prá vim aqui agora, se não num sei o que vai acontecer não. (149 - 152)

A figura da coordenação é vista como parceria importante para a realização do trabalho da Mãe Social, e pessoa que as ajuda a organizar o Acolhimento Institucional. Por exemplo, em relação à organização das regras, ela afirma que estas são fruto de um consenso entre Mães Sociais, mediadas pela coordenação do Acolhimento Institucional. Além disso, demonstra que a postura da coordenadora influencia na conduta das Mães Sociais, ao mesmo tempo em que avalia que a antiga coordenadora não estava mais interessada no trabalho, o que desencadeou indisciplina das crianças e perda de controle da situação pelas Mães Sociais:

Pra gente (...) o trem desgovernado, tá assim, fora da linha (...) (386 - 387) eu acho que é por devido, é quadro de funcionários mesmo que entrou, é a coordenadora, a Cláudia, ela já num (...) tava tão assim mais. Sabe? Que eu gosto muito dela, (...) mas (...) ela fala prá gente que num tava mais (...) prá isso aqui. Pra você ter um serviço, cê tem que gostar do que cê faz e tá ali. Naquele momento que cê entrar, falar: "não, eu tô me dedicando aqui" (115- 120)

Sobre a nova coordenadora, que fora admitida no dia da nossa entrevista, Ana tem expectativas positivas, acha que as mudanças propostas podem ser interessantes, que trarão melhorias para ela, e pondera sobre a necessidade de diálogo, de reuniões e de reconhecimento de sua experiência na lida diária com as crianças,

Se tem alguma mudança tem passar primeiro prá nós, prá gente mudar junto e num é o que tá acontecendo, sabe? Igual sabe? Uma das coisa assim que me (...) deixou chateada assim, que eu fiquei sabendo por alto, não, tem que sentar e conversar ver o que eu acho que funciona.(974 - 980)

Ainda sobre a relação com a nova coordenadora, Ana nos conta que foi repreendida por suas atitudes com as crianças e aposta que, mesmo que discorde hoje, em pouco tempo a novata agirá do mesmo modo. Ao longo da entrevista, apreendemos seu esforço para tentar provar, talvez para si mesma, a impossibilidade de trabalhar de maneira diferente no Acolhimento Institucional e a recusa de qualquer referência a isso:

Na hora que eu falei com a Betina hoje que ela devia ficar queta, ela me chamou lá no escritório na hora. Ela falou que, como é que ela falou? Que, que ela veio me (...) falar lá que ela, lida com soldado, sargento, sei lá o quê, que eles num queria. Falei; "não mais"... Falei "Ou, cê vai vê esse esquema todo dia aqui, da Betina chorano".(1093 - 1097) ela me chamou lá no escritório. Na hora eu olhei e falei assim: ah, daqui um mês, dois mês vai tá do mesmo jeitim. (1107 - 1108)

Com relação à convivência comunitária, Ana nos fala de passeios com as crianças, da frequência diária à escola, e também da vizinhança. Ela se mostra preocupada com o fato de as crianças abrirem o portão, no que se refere ao relacionamento entre elas e as pessoas vizinhas do Acolhimento Institucional. Ana nos fala da necessidade de acompanhar as crianças, quando estas estão no pátio da frente da casa (“lá fora”), a fim de garantir a segurança e a preservação delas no Acolhimento Institucional:

(...) tem uns moleques (...) na rua aí, é fica, só ali naquele portão. Até cartinha trouxe já, aí cê vai falar com elas. “Eu? Eu não!” sabe? Quebra o pau, te coloca lá embaixo, pensa assim, que cê tá pensando um absurdo delas e, no entanto, é a realidade. Aí eu peguei, e aí elas gosta de abri o portão prá poder vê o movimento da rua e tal, sabe? E assim, eu num acho legal, porque fica lá fora, fica namorando alguns aí só por, por olho e aí uma hora entra aí e a gente fica sozinha à noite e aí como é que fica, falei, a gente tem que preservar elas o máximo que pode. (...) aí eu falei com eles, “cês só vão lá prá fora quando a Mãe Social ou alguém for lá com vocês. (294 - 304)

Quanto à utilização de serviços disponíveis na rede para atendimento das necessidades de saúde, Ana nos conta um fato que merece atenção. Uma das crianças caiu, durante seu plantão, bateu a cabeça, começou a sentir-se sonolenta e com enjoos e foi levada pela Mãe Social à uma Unidade de Atendimento Integrado (UAI).

Em seu discurso, avaliamos a impessoalidade do atendimento e a ausência de comunicação durante o mesmo, o que nos permite questionar sua qualidade. Além do mais, percebemos que as ações de proteção à criança em situação de Acolhimento Institucional parecem ser realizadas de maneira desarticulada e setorial, distante das

preconizações da legislação brasileira para o atendimento à saúde da criança, em situação de vulnerabilidade:

(...) no UAI é muito rápido (...) o atendimento. Então (...) no cartão dela tava escrito (...). Amália, né, sobrenome lá, que é a mãe dela. E ele falava assim: "dona Amália sua filha num quer ficar quieta, dá um jeito", sabe? E eu naquela (...) até que explicar tudo já levou há muito tempo, aí eu prefiro deixar quieto aí depois na hora que tava mais tranqüilo, aí ela começou foi a rir, sabe? Assim, "ele chamou você de Amália e eu fui picada", aí eu falei é "uê, pro cê vê o quê que eu guento por causa docês ein?!", aí ela foi rir. (risos) (575 - 581)

Outro importante ator do Sistema de Garantia de Direitos presente no discurso de Ana é a autoridade Judiciária da Infância e da Juventude. Do pouco que nos foi falado, revela-se a ausência de comunicação entre Acolhimento Institucional e Justiça, o que para nós fortifica a opressão e a verticalidade das relações entre Mãe Social e crianças. Essa ausência é desvendada durante o relato de uma conversa de Ana com Betina, que solicita a presença do Juiz da Vara da Infância e da Juventude. A fala da criança demonstra que a saída do Acolhimento Institucional permanece sendo um desafio para as crianças que entram na instituição. Ana nos relata:

Que a Betina chorou e falou assim: "ó você quer que eu vou embora, então é só me levar lá no Juiz". Eu falei assim: "se eu quisesse que você fosse embora, (...) você já teria ido há muito tempo, se dependesse de mim? Mais num depende de mim. Cê tá aqui, num é tão fácil assim não. Cê acha que cê entrou aqui, é fácil

de ir embora assim". Eu falei prá ela, falei no dia que for prá falar assim ó, falar assim, "não, cê quer que eu vou embora, pro cê voltar lá prá sua casa?" Falar assim, "ela tem que escolher", eu escolheria agora. "A não Betina você quer voltar prá sua casa? Eu posso escolher? Posso. Num tem nada mais que impede? Não. Pode ir então". Que isso vai, num depende nem um pouco de mim. Você num pode me cobrar isso e eu falei: "o Juiz num quer nem ver menino, num quer nem saber de menino, nem saber de picuinha de menino não". E ela começou a chorar (1097 - 1106)

Com relação aos voluntários, Ana demonstra que gosta da presença deles, e arruma bem as crianças, de forma que estas se apresentem asseadas e com boa aparência. Todavia, Ana reflete que o dia-a-dia é vivido solitariamente e reclama dos voluntários que, esporadicamente, visitam as crianças abrigadas e interferem na autoridade das Mães Sociais, por exemplo, quando retiram as crianças que estão de castigo. Deste modo, Ana afirma que:

Então! Tanto é que um dia desse tinha um grupo aqui e ele tava de castigo e o rapaz chegou e ele gosta demais dele e ele foi lá e tirou ele do castigo. Aí eu fiquei assim né, só. (479 - 480) Mais e aí no dia-a-dia quem é que tá aqui? Somos só nós. Se a gente num tiver pulso com eles a gente não dá conta. (1115 - 1116)

Finalmente, com relação às famílias das crianças, Ana nos conta que encontrou a avó de duas crianças no terminal rodoviário e se aproximou para conversar. Ele questiona: como pode uma pessoa que tem uma criança da família em Acolhimento

Institucional, ficar tão tranquila e não se preocupar, principalmente sendo uma pessoa de referência para as netas, que ficam à espera por sua visita? A partir de sua própria referência, afirma que, no domingo, as pessoas querem estar em família, juntas. Assim, sente-se mal por pensar que as crianças não vivem isso, e que a avó não as deseja. Ela relata que:

Esse dias eu tava ino embora, eu vi a Vó dela e vô dela lá no terminal comeno batatinha numa boa assim, ó. Sabe e eu, na hora eu pensei assim: eu vou ali conversar com aquela mulher, num tem lógica, que ela tá tão tranqüila assim. (...) Ela já veio aqui. (...) Eu vi ela uma vez aqui só e ela conversou comigo, aí eu fui lá conversar com ela. Ele me perguntou dos meninos, eu pensei assim: "gente, quê que passa na cabeça duma Vó dessa". Sabe, do jeito que a menina idolatra ela, que ela gosta dela e ela tá aqui num domingo, pensa no domingo e é família né. Ta junto, tá almoçano junto, cê quer ter casa prá ta lá. Nossa! Isso aí me mata, fico mal. (764- 774)

Ana encerra nossa entrevista, repete o quanto é difícil trabalhar com as crianças e se questiona por que trabalha no Acolhimento Institucional. Na medida em que constrói sua resposta, reflete que boas situações ali ocorrem, pensa o quanto gosta de cuidar das crianças e de ser reconhecida por isso, de conversar com elas, vê-las na escolha das roupas doadas, na saída para passear bem arrumadas e se divertirem. Ela diz que:

Mais num é brinquedo não. Mais é engraçado que às vezes eu olho assim, é uma coisa que eu gosto, sabe? Porque que eu tô aqui, eu não sei... Às vezes... Mas que eu gosto, eu gosto. De cuidar deles, sabe? Conversar. Na hora que chega

aquele tanto de roupa prá escolher aqui. (...) Cê tem que vê o tanto que demora!
 Gosto de arrumar, prá sair bonitinha, prá falar que a gente (...) cuida bem
 deles. A gente também tem a imagem assim né, menino de abrigo já num é lá
 essas coisas ainda vai andar mal arrumado? Eu gosto de arrumar, procura
 arrumar eles assim arrumadim. Acho que no fundo, no fundo é uma coisa que eu
 gosto. (1146 - 1154) aí tem umas coisa aqui que é boa demais (1173)

Esta sua fala nos remeteu à última estrofe do poema “Canção Breve” de Eugênio de Andrade (1974).

Dizem que há outros céus e outras luas
 e outros olhos densos de alegria,
 mas eu sou destas casas, destas ruas,
 deste amor a escorrer melancolia.

Neste poema, o eu-lírico sabe por outras pessoas da existência de outros lugares, onde é possível encontrar situações diferentes. Mas, identificado com as casas, com as ruas e com o amor magoado que nelas habita, ali permanece. No desenrolar da entrevista, vimos que Ana, atormentada pelo fantasma da mãe biológica que a abandonou, não consegue se desvencilhar desta pedra que, de maneira contundente, se interpôs ao seu caminhar. Ela gosta de trabalhar no Acolhimento Institucional, identifica-se com o abandono e todos os sentimentos que dele advém, vê aí uma possibilidade de reconstrução de si mesma, de criar uma nova história nas relações com todos com quem convive na instituição. Entretanto, o que percebemos é que esta tentativa é frustrada já que não há mediadores que atuam neste sentido e, as diversas situações que nos relatou

são vivenciadas de maneira que não permitem a construção de novas significações para si mesma.

4. FUSÃO E DIFERENCIAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS MÃES SOCIAIS.

Diante do trabalho de análise do corpus que constitui esta pesquisa, alguns apontamentos são importantes no sentido de resgatarmos o que Maria e Ana nos contam sobre constituir-se Mãe Social²⁹.

Ao longo deste trabalho, buscamos compreender como as Mães Sociais significam o cotidiano no Acolhimento Institucional e suas interrelações com a constituição da identidade profissional. Nossas entrevistas produziram um contexto de revisão e emergência de significados sobre a atividade “Mãe Social”, constituídos a partir das relações tecidas, dentro e fora do contexto de trabalho. Estes significados lançaram luz às dificuldades, impasses e negociações que elas fazem, ao tecerem sua identidade profissional, num contexto marcado pela solidão e pelo abandono institucional.

Vigotski (2000), Wallon (1995), Berger e Luckmann (1984), enfatizam a participação fundamental do outro na formação da pessoa. Ao utilizarmos aqui a palavra “fundamental” ressaltamos o caráter basilar, principal, essencial e vital das relações entre eu e outro na constituição da identidade.

Sirgado (2000) refletiu que o mecanismo que possibilita a conversão das relações sociais em funções individuais é a significação. Para este autor, a internalização da significação que o outro tem é que “dá ao eu as coordenadas para saber quem é ele, que posição social ocupa e o que se espera dele” (p. 66). Assim, conclui que, se a significação vem através do outro, este passa a ser, ao mesmo tempo, objeto e agente do processo de internalização.

Sendo assim, perguntarmos sobre o que é ser Mãe Social conduziu as falas de Maria e Ana a um movimento de fusão (repetição de ações) e diferenciação (criação). Isto vem ao encontro dos estudos de Rossetti-Ferreira, Amorim e Soares-Silva (2000), ao afirmarem que este movimento ocorre por meio de um processo de negociação de

²⁹ Reafirmamos nossa opção por manter a terminologia “Mãe Social” utilizada pela instituição pesquisada ao se referir às profissionais de cuidados diretos das crianças.

significados, atribuídos a si mesmas, aos outros e às situações vivenciadas nas e pelas relações estabelecidas com os outros.

Este movimento, no entanto, é impulsionado por uma confluência de vozes na constituição de significados sobre a maternagem social, protagonizados pelas Mães Sociais.

Primeiramente, ressaltaremos as vozes das crianças, muito presentes nas entrevistas, por meio da narração sobre as relações entre mãe sociais e aquelas. Assim, emergem como importantes “outros”, no processo de constituição da identidade profissional das Mães Sociais. Se, em algum momento as chamam por mãe, em outros, negam o papel de filhas, quando dizem, por exemplo, que preferiam estar com as mães originais, a estar no Acolhimento Institucional.

Por outro lado, o próprio Acolhimento Institucional também participa com sua voz, ao fortalecer a ambigüidade da função ocupada pelas profissionais, ao denominá-la como Mãe Social. À estas, crescem-se as expectativas das pessoas que circulam no interior do Acolhimento Institucional, que segundo Ana, “*quer que trate as crianças como se fosse um filho*”. A lei n. nº 7.644/87³⁰ (Brasil, 1987) também afirma ser função das Mães Sociais, criarem um ambiente próximo ao do familiar, em que elas seriam, portanto, as mães das crianças em acolhimento institucional.

Além disso, ao analisarmos as entrevistas, ficou evidenciada uma importante questão, permeada nos relatos das Mães Sociais, que nos fez questionar: “como as histórias de vidas dessas mulheres corroboraram para que elas se tornassem quem são hoje?”.

A reflexão sobre o trabalho realizado no Acolhimento Institucional, em interlocução com a entrevistadora, parece ter remetido o discurso das Mães Sociais à sua própria história de vida, que se conecta aos significados de criança, à família e ao Acolhimento

³⁰ Tramita, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 2971/04, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), que propõe mudanças na Lei n 7644/87, tanto no sentido de criar a figura do Pai Social que atuará ao lado das Mães Sociais nas Casas Lares, quanto no de adequar as terminologias de acordo com o ECA (Brasil, 1990).

Institucional. Assim, apreendemos que Maria e Ana se veem na história das crianças do Acolhimento Institucional e se identificam com os problemas vivenciados por elas.

Diante do exposto, gostaríamos de ressaltar que compartilhamos as idéias de Oliveira, Soares-Silva, Cardoso e Augusto (2006) que rejeitam uma visão linear dos modos de relação entre as identidades. As autoras concebem cada posição identitária interligada com outras, de modo que estas configuram uma teia de relações e disposições sociais e históricas. Para elas, refletirmos sobre identidades profissionais e pessoais significa analisar um processo de construção social. Cada ator relaciona sua história de vida com a história de vida dos outros, do seu grupo social e com os contextos nos quais sua atividade é desenvolvida, a fim de transformar a teia de interações numa forma particular de ser e agir.

Diante disso, perguntarmos sobre o que é ser Mãe Social, significou um questionamento sobre as atividades desempenhadas e sobre as relações estabelecidas, dentro e fora do Acolhimento Institucional. A partir deste momento, passamos a entrelaçar as vozes de Maria e Ana.

4.1. Entrelaçando as vozes de Maria e Ana: as inter-relações com a identidade profissional

Para ambas as profissionais não foi uma tarefa fácil explicar-nos o que é ser Mãe Social. Isto demonstra grande indefinição que ronda a constituição desta personagem, o que transparece por meio de contradições e ambigüidades entre ser mãe e ser profissional, no cotidiano do Acolhimento Institucional.

Para Ciampa (1984) é por meio da atividade que a identidade se constitui. Para tentarem definir-se, tanto Maria quanto Ana, recorrem às ações executadas no dia-a-dia do Acolhimento Institucional. Ambas concordam que ser Mãe Social é correr de um lado para outro, lavar a roupa, passá-la, servir as refeições, cuidar das crianças. Além disso, fizeram referências ao aspecto afetivo. As Mães Sociais foram impelidas a definir e

delimitar o tipo de relação que mantêm com as crianças e assim acrescentam a si mesmas os seguintes adjetivos: mãe, tia, cuidadora, Mãe Social.

O fato de serem responsáveis pela educação das crianças, no sentido de ensinar o que é certo e errado, ambas as mães aproximam às práticas da maternagem e potencializam a dificuldade de diferenciar o que é profissional e o que não o é. A fala de Ana evidencia isso, ao dizer: *“você quer que eles cresçam que eles tenham uma boa educação, (...) essa parte fica com a gente, então às vezes a gente se sente mãe”*. Tal concepção é cunhada ao longo da história, a partir do Movimento Higienista que atribui à mãe a responsabilidade pela educação moral dos filhos, e pela unidade familiar.

Por outro lado, ambas se afirmam “não-mães” das crianças, de filhos gerados por outras pessoas, de quem *“não se conhece a genética”*. Dessa forma, contrariam as expectativas das pessoas que passam pelo Acolhimento Institucional e que, segundo as Mães Sociais, querem que elas *“tratem as crianças como filhos (...) mas eles são muito diferentes”*. Ao mesmo tempo em que se distanciam do modelo, não se libertam das marcas deixadas pela dúvida *“eu sou mãe?”* impressa nas relações com as crianças, que são significadas como filhos *“é igual filho da gente”*.

Maldonado (1989, citado por Kimura, 1997) afirmou que, no processo de tornar-se mãe, a mulher tem como tarefa principal construir uma imagem particular desta figura. Ao objetivar-se como tal, ocorre um processo de identificação com um modelo familiar de mãe, ou a própria mãe ou quem preencheu a função materna, sendo as atividades reproduzidas e repetidas de maneira semelhante ao modo como foi cuidada, ou por outro lado, evita-se o modelo vivido.

Neste sentido, para Ana, ao se identificar como mãe das crianças, recorre a seu referencial de mãe, ou de mães para tentar se organizar. Neste seu movimento de identificação, ao mesmo tempo em que nega a figura de sua mãe *“dura”* e *“fria”*, age, inúmeras vezes, da mesma maneira perante as crianças do Acolhimento Institucional. Por outro lado, prefere ser chamada de tia, referência que traz boas recordações,

conforme ela nos conta: “essa tia minha que me criou, sabe? Ela (...) nossa! Se eu ficar muito tempo sem vê ela, dá saudade”.

Cabe ressaltar que Maria não fala de suas relações com sua mãe, mas também é referida pelas crianças e refere-se a si mesma como tia. Tal posicionamento nos remete a uma breve reflexão sobre o termo tia, afinal este surge como um dos significados de ser Mãe Social.

Há um consenso entre pesquisadores³¹, ao afirmar que a denominação “tia”, aponta para uma substituição da figura da Mãe, quando se refere às educadoras de crianças pequenas. Historicamente, é a pessoa considerada mais indicada para cuidar de uma criança, e tem como referência para tal o senso comum, que naturaliza a constituição dos vínculos com as crianças.

Então, refletimos sobre o caráter que o trabalho das Mães Sociais assume no bojo da sociedade capitalista. Este se reveste do mito de tratar-se duma atividade a ser desempenhada por mulheres, pois se identifica com suas capacidades supostamente inatas de cuidar de crianças e com seus instintos maternos de prover carinho e proteção.

Neste sentido, Carvalho e Vianna (1994) afirmaram que faz parte das atribuições femininas a ênfase nos sentimentos e na afetividade, a partir da divisão e hierarquia socialmente estabelecida das relações de gênero. Porém, consideraram um retrocesso propor a exclusão ou diminuir a importância desta dimensão, em detrimento da formalização e burocratização das relações profissionais no âmbito educativo.

Ao apontarmos para as dificuldades de definição e pela sobreposição das funções de maternagem na atividade das Mães Sociais, não diminuimos a importância da afetividade. Pretendemos sim, um questionamento sobre a base para a constituição dos vínculos entre crianças e cuidadoras no Acolhimento Institucional. Questionamento este que advém, principalmente, a partir da fala de Ana sobre a impossibilidade de trabalhar

³¹ Dentre os quais destacamos Amado e Rosemberg (1992), Freire (1994), e Kramer e Nunes (2007).

com as crianças “*sem ter nenhum vínculo*” com eles, ao afirmar que, “*infelizmente não é assim. Você acaba (...) gostando mais de um*”.

Construir vínculos implica em estabelecer relações permeadas pelo afeto, bases para o processo de constituição das pessoas. Esta idéia é bastante difundida na Psicologia e também estudada pelos e pesquisadores do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil – CINDEDI/USP-RP. Rossetti – Ferreira (1984) afirmou que não são apenas as satisfações de necessidades primárias que determinam o vínculo entre criança e adulto. Acresce-se a estas a necessidade de troca afetiva, e ainda, a regularidade ou estabilidade do contato com a figura de apego, o que solicita tempo e constância de contato com a pessoa, para que seja possível um pleno desenvolvimento.

Além disso, salientou que nada impede que as crianças estabeleçam vínculos com outras pessoas, de forma a não se limitarem à figura da mãe, como têm sugerido algumas teorias sobre a constituição de vínculos afetivos na infância. Idéia social da qual as Mães Sociais são porta-vozes neste trabalho.

Nas falas das Mães Sociais, elas se dizem carinhosas com as crianças e expressam seu afeto ao beija-las, abraça-las e oferecer colo; preparar um lanche saboroso, flexibilizar as regras e se divertir juntos. Ou seja, uma significação de afeto, ligada à proximidade corporal e contato físico.

No entanto, apreendemos que as necessidades de reconhecimento e admiração não foram vistas, em alguns momentos, como necessidades afetivas a serem satisfeitas, o que fica mais claro no caso de Ana. Assim, percebemos que ela, apesar de ser categórica ao afirmar sobre a necessidade de chamar atenção por parte de algumas crianças, não responde com afeto, mas com indiferença, conforme podemos constatar em sua fala: “*Tudo que ela podia fazer prá chamar atenção ela fazia. E eu peguei e falei prá ela: (...) “a partir de hoje eu vou fazer de conta que você não existe dentro da casa”*”.

Além disso, gostaríamos de enfatizar que o significado “cuidadoras” é referenciado pelas Mães Sociais. Isto aponta para certa clareza desta dimensão de sua

atividade, no entanto, não têm idéia do teor educacional de que se reveste o cuidar. O cuidado que permeia as relações com as crianças está envolto pelo sentido de olhar. Este olhar que predomina nas falas das Mães Sociais, no entanto, é vigilante e disciplinador. Por meio de suas falas, bem como das observações que realizamos, constatamos que as crianças passam a maior parte do tempo sozinhas e as intervenções acontecem apenas em caso de brigas.

O que podemos dizer sobre a dimensão regularidade ou estabilidade do contato, apontada por Rossetti-Ferreira (1984)? O cotidiano do Acolhimento Institucional é marcado pela provisoriedade, ou seja, pela possibilidade de separação, que perpassa as relações afetivas estabelecidas entre Mães Sociais e crianças.

Diante das possibilidades iminentes de separações das crianças Ana fala do medo de se envolver afetivamente, de gostar delas e depois sentir saudade pela ausência, as pedras em seu caminho, os fantasmas que permanecem por murmurar. Por sua vez, Maria não verbaliza seus sentimentos com relação às saídas das crianças. Não que consideramos que esteja mais “preparada” para isto, mas acreditamos que ela lida melhor com as separações, que, para ela, não têm o sentido de abandono, rompimento, solidão, como os têm para Ana.

Assim, faz-se necessário que uma ressalva seja feita, a despeito da provisoriedade estabelecida pelo ECA (Brasil, 1990). Infelizmente, o que vemos se configurar é a permanência das crianças nas instituições de acolhimento, por anos, privadas da convivência familiar. Conforme nos relata Ana sobre a reclamação de uma das crianças, que entrou no Acolhimento Institucional para ficar apenas alguns meses: *“eu acho que é oito anos, que já tem três anos que eu tô aqui!”*. Ainda assim, elas aguardam ansiosas pelo dia em que retornarão à convivência com suas famílias, que irão fazer parte de uma família adotiva, ou ainda, que irão para outro Acolhimento Institucional, quando completarem 12 anos.

Porém, com relação aos adultos, o contexto se configura por uma alta rotatividade (Neves, Pereira e Castro, 2007), tanto no sentido de que ambas as Mães Sociais falam

sobre a possibilidade de irem “embora” do Acolhimento Institucional, quanto com relação à não permanência da Mãe Social em tempo integral no Acolhimento Institucional, sendo que estas trabalham por meio de revezamento, em plantões de 24-48 horas. Ou seja, as crianças dormem com uma Mãe Social e acordam no dia seguinte com outra, e, sendo três mães, elas passam dez dias por mês com cada uma, alternadamente.

Neste sentido, ao entender a necessidade de construção de vínculos mais estáveis entre crianças e profissionais e entre profissionais e Acolhimento Institucional, Siqueira e Dell’Aglia (2006) destacam a necessidade de:

(...) um trabalho organizacional de valorização do funcionário e/ou monitor dos Abrigos, de forma que não seja um ofício temporário e rotativo. A efetivação destas ações contribuiria para uma autovalorização do funcionário e/ou monitor, e conseqüentemente, diminuiria a possibilidade de rompimento constante de vínculos. (2006, p. 78)

Carvalho, Bastos, Rabinovich e Sampaio (2006), ao partirem da análise da utilização do conceito de vínculo em busca de divergências e convergências, trouxeram contribuições importantes para pensarmos sobre a constituição dos vínculos entre Mães Sociais e crianças atendidas no Acolhimento Institucional. As autoras enfatizam que a utilização e o entendimento do conceito de vínculo estão relacionados ao contexto em que as relações sociais estão implicadas.

Sampaio e Sampaio (2005, citado por Carvalho et. al., 2004) questionaram a adequação do conceito de vínculo, ao tratarem de programas de acolhimento institucional. Embora nossos estudos estejam voltados aos abrigos para pequenos grupos e não casas de passagem como estas pesquisadoras indicam, consideramos pertinentes suas observações para nosso caso, já que também lidamos com situações em que não há constância e nem permanência no tempo de determinados indivíduos. As autoras acima referendadas apontam que:

(...) uma pista para outra leitura possível de vinculação: o adulto não é necessariamente o mesmo em cada encontro, embora a criança saiba que este

adulto estará no contexto, e que a razão de sua existência neste espaço é a criança. Assim, as autoras acrescentam a dimensão dos papéis como importante elemento para constituição de vínculos nestes casos, além da quantidade e/ou qualidade das interações vividas, condições para o desenvolvimento de vínculos nas relações interpessoais. (p. 596)

Contrariamente ao que parece, num primeiro momento, a dimensão do papel acrescentada não ameniza ou retira a importância da pessoa integral que constitui as Mães Sociais. Não se comparece “frente aos outros apenas como portador de um único papel, mas sim como representante de mim, com todas as minhas determinações que me tornam um indivíduo concreto” (Ciampa, 1984, p. 67).

Assim, queremos saber quem são essas pessoas concretas que desempenham o papel de Mães Sociais no Acolhimento Institucional. Vimos que, ao tentarem se definir, construíram um discurso contraditório, que denota a dificuldade em fazê-lo. As ambigüidades transparecem por meio de um movimento de fusão e diferenciação, na construção de significados para sua atividade no cotidiano do Acolhimento Institucional, principalmente nas relações com as crianças.

Este movimento é impulsionado por uma confluência de vozes na constituição de significados, sobre a maternagem social, protagonizados pelas participantes da pesquisa. Por um lado, das próprias crianças, conforme já vimos e, por outro, do próprio Acolhimento Institucional, com suas concepções e crenças sobre a função das cuidadoras.

Pesquisadores do IPEA e CONANDA (2004) consideram que, na composição do quadro de recursos humanos do Acolhimento Institucional, está o grupo de “cuidadores diretos”, do qual fazem parte outros dois grupos. O primeiro formado por educadores, pajens, cuidadores e monitores, que cuidam cotidianamente de crianças e adolescentes abrigados, sem reproduzir uma relação familiar. Do segundo grupo, fazem parte os Pais Sociais e Mães Sociais, responsáveis pelas crianças, em estrutura de casa lar, que se organiza tal qual um núcleo familiar.

A importância do nome no processo de constituição da identidade é refletida por Ciampa (1996). Ele afirma que uma das informações necessárias para ter acesso à identidade de alguém é o nome. Por meio deste somos identificados num conjunto de outros seres que nos singularizam, tornamo-nos assim, o nosso nome. Neste processo de identificação, ao mesmo tempo em que nos igualamos por pertencermos a determinado grupo social, nos diferenciamos dos outros, pelas nossas idiossincrasias. Um grupo existe, objetivamente, pelas relações estabelecidas entre as pessoas e destas com o meio no qual exercem seu trabalho, suas ações, sua prática.

No caso das Mães Sociais, esta denominação indica um grupo de pertencimento profissional, cuja função é reproduzir as relações familiares que ocorrem, entre outras, pelo compartilhamento da residência com as crianças que estão sob seus cuidados. Assim, esta categoria é conhecida pelos outros do grupo social, do qual pertencem e, reciprocamente, são reconhecidas por si mesmas como tais.

Diante disso, consideramos que serem denominadas por Mães Sociais constituir-se num ponto chave para compreendermos as ambigüidades e contradições apresentadas pelas personagens de nosso trabalho ao tentarem uma definição de si mesmas, como profissionais do Acolhimento Institucional. Maria e Ana ocupam o cargo denominado Mães Sociais, apesar de trabalharem num contexto de Acolhimento Institucional, modalidade abrigo³² para pequenos grupos e não na modalidade Casa-lar.

A isto, importa acrescentar a observação de Wallon (1975), que estudou sobre a importância do grupo familiar na constituição da identidade da criança. Ele fez referência a casos de crianças que estão privadas da convivência familiar. Na época em que o referido autor desenvolveu suas pesquisas, muitas crianças perderam seus familiares, devido à II Guerra Mundial. Estas eram salvas e agrupadas em “Abrigos”. Segundo ele, pretender restituir uma família fictícia à criança é uma fantasia que não deve tentar ser

³² Abrigo: entidade que desenvolve programa específico de abrigo. Modalidade de Acolhimento Institucional. Atende a crianças e adolescentes em grupo, em regime integral, por meio de normas e regras estipuladas por entidade ou órgão governamental ou não-governamental. Segue parâmetros estabelecidos em lei.

realizada pelos responsáveis que se empreenderam na tarefa de cuidar destas crianças, “o que a maioria delas teria considerado uma profanação” (p. 171).

Portanto, concordamos com a afirmação do pesquisador francês e reafirmamos serem claras as determinações legais para o Acolhimento Institucional de crianças. Este tem por princípio a provisoriedade, de tal maneira que os vínculos com as próprias famílias devem ser restituídos, ou, diante de sua impossibilidade, novos vínculos devem ser construídos, por meio da colocação em família substituta.

Neste sentido, os profissionais que atuam no Acolhimento Institucional devem ter clareza de que não estão no papel do pai ou da mãe das crianças, sob medida protetiva de Acolhimento Institucional. Entretanto, isto não exclui as dimensões do cuidar, do se responsabilizar³³ pela garantia dos direitos dessas crianças, do se envolver afetivamente. Para isto, é preciso que os profissionais destas instituições possam refletir criticamente sobre a prática desenvolvida no cotidiano de trabalho.

Em segundo lugar, apreendemos que a denominação Mãe Social, além de confundir as profissionais, também contribui para a desvalorização social e econômica da função, pois retira o caráter político que lhe é intrínseco, no sentido da promoção e defesa dos direitos das crianças. Assim, concordamos com IPEA e CONANDA (2004), para quem os profissionais de entidades de Acolhimento Institucional devem exercer o papel de educadores, possibilidade esta que advém de uma melhor definição do papel dos cuidadores pela própria instituição e, reciprocamente, pela compreensão das especificidades do seu trabalho.

Com base nisso, reafirmamos a necessidade do fortalecimento do papel Mãe Social e, conseqüentemente, dos vínculos com as crianças do Acolhimento Institucional. No entanto, é condição *sine qua non* que as vozes que perpassam a constituição da identidade das Mães Sociais soem em uníssono e reconheçam a importância destas

³³ A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança assegura as duas prerrogativas maiores que a sociedade e o Estado devem conferir à criança e ao adolescente, para operacionalizar a proteção dos seus Direitos Humanos: *cuidados* e *responsabilidades*. (Brasil, 2006a, p. 20)

profissionais para o desenvolvimento e promoção dos direitos das crianças em situação de Acolhimento Institucional.

Até este momento tecemos algumas considerações sobre as contradições e ambigüidades surgidas perante a tentativa de Maria e Ana se definirem Mães Sociais, no cotidiano do Acolhimento Institucional. Neste processo de construção de significados, a interlocução com a entrevistadora parece ter remetido o discurso das Mães Sociais à sua própria história de vida e aos significados de criança, família e Acolhimento Institucional.

4.2. Entrelaçando histórias de vida e significados de criança, família e Acolhimento Institucional.

A pesquisa nos permitiu compreender que a constituição da identidade profissional das Mães Sociais se efetiva enquanto elas atuam no Acolhimento Institucional. No entanto, enxergamos uma importante articulação entre o contexto profissional e a história de vida das Mães Sociais e, por isso, afirmamos que a identidade profissional destas iniciou bem antes de suas entradas no Acolhimento Institucional.

Cabe destacar, porém, que não pesquisamos toda a história de vida de Maria e de Ana, mas sim uma esfera reduzida, alguns traços percebidos que se presentificam nas relações estabelecidas com as crianças, dentro do Acolhimento Institucional. Desta forma, consideramos que Maria e Ana, se veem na história das crianças e se identificam com os problemas vivenciados por elas.

Ao partir do pressuposto de que “eu me relaciono comigo tal como as pessoas relacionaram-se comigo” (Vigotski, 2000a, p. 25), apreendemos que, por exemplo, no caso de Ana, ao relatar suas vivências na infância e na adolescência, prevalece um discurso sobre o preparo para uma vida sofrida e difícil. O disciplinamento rígido marcou a sua constituição, pois fez raras referências a momentos alegres.

Já Maria, fala com admiração e alegria, ao contar sobre a migração da família para a cidade onde reside atualmente, ou sobre como conheceu o marido com o apoio

dos irmãos. Esta, embora não tenha aprofundado-se sobre as dinâmicas das relações familiares, deixa transparecer relações baseadas no apoio e na união, tendo como marca a proteção dos filhos pelos pais.

A partir dos achados de Holland (2004), podemos confirmar que ambas as Mães Sociais se preocupam com o futuro das crianças em situação de Acolhimento Institucional, mas agem de maneira singular, demonstram que as ações das pessoas as singularizam e as tornam únicas, a partir dos processos de negociação de significados ao longo de sua existência (Ciampa, 1996).

Nesta direção, percebemos que Maria demonstra alegria em seus contatos com as crianças, é divertida e se diverte com elas, fala sobre as brincadeiras das crianças, e diz que “*O jeito de eu conversar, os meninos ri muito, sabe?*”. Ela preocupa-se com futuro delas, no que diz respeito à ausência da família para apoiá-los, quando chegar a hora de se inserirem no mercado de trabalho.

Por sua vez, Ana se posiciona de maneira diferente, ao afirmar: “*eu quero ser dura assim sabe?*”. Igualmente preocupada com o futuro das crianças, pretende ensinar-lhes o que ela considera como sendo “*a realidade da vida*”. Para ela, isto está revestido pelo sentido de lidar com o abandono, torná-los fortes e preparados para a vida solitária. A fim de prepará-los para o futuro, os envolve nos afazeres domésticos no Acolhimento Institucional, para que aprendam a se cuidar e a trabalhar.

No entanto, concordamos com Soares-Silva (2003), para quem as vozes presentes nas entrevistas não são individuais, mas coletivas e representam a fala, tanto de um grupo de pertencimento, quanto de um ponto de vista histórico. Ou seja, compreendemos que as significações são historicamente construídas e estão relacionadas aos diferentes grupos e às diversas práticas sociais vivenciadas pelas pessoas.

Apreendemos que a origem social de Ana e Maria é a mesma das crianças, provenientes de camadas populares. Supomos então, que, além da preocupação com o futuro pelo fato de as crianças estarem em Acolhimento Institucional, há por parte das

Mães Sociais o entendimento sobre a necessidade de preparo para a vida, a partir do trabalho. Desta forma, expressam as estratégias de sobrevivência desta população, numa sociedade que tem como marca, a estratificação social e sexual.

Embora não tenhamos elementos para aprofundamento da questão, podemos afirmar que as significações que emergem do discurso das Mães Sociais demonstram distinções na maneira de conceber meninos e meninas. Nesta direção, Ana e Maria revelaram significações estigmatizantes no que concerne ao gênero.

Maria afirma que tem maior preocupação com as meninas, que, segundo ela, tem que aprender a ter maturidade para enfrentar a vida, conforme vemos em sua fala: *“principalmente as meninas, sabe? (...) se num tiver maturidade...”*. Por sua vez, Ana, ao envolver as crianças no serviço doméstico, embora afirme que todos têm obrigações na organização do espaço, exclui os meninos de certos tipos de serviços, como estender a roupa e passá-la, e não admite sequer a presença deles nestes momentos: *“vai lá prá sala Francisco aqui não é lugar de menino”*.

Estas falas confirmam a reflexão de Moreira e Stentel (2003), para quem o serviço doméstico tem uma função de socialização, no desempenho de papéis de gênero para homens e mulheres, uma vez que estes desenvolvem atividades diferenciadas, cuja cobrança é mais efetiva, desde cedo para a mulher.

Outro ponto a ser destacado refere-se à relação com os significados de criança construídos por Ana e Maria. Estas, por sua vez, consideram as crianças agressivas, indisciplinadas e desorganizadas. Ana deixa claro que elas não precisam de carinho ou de cuidado, *“melzinho na chupeta”*, mas sim de disciplina. Estes olhares são heranças de uma ideologia do filantropismo e da caridade, sobre as quais foram construídas as instituições de acolhimento e proteção de crianças, que ficavam ao relento no Brasil Colonial, conforme Kuhlmann Jr. (1998), Marcílio (1998), Trindade (1999) e Borrione et.al. (2004).

Com relação às famílias das crianças abrigadas, o discurso das Mães Sociais exprime um ponto de vista marcado pela desqualificação das mesmas, historicamente

forjado, a partir da década de 1920. Num contexto atravessado por uma ideologia da prevenção da criminalidade pelo trabalho, as famílias de crianças e adolescentes abandonados e institucionalizados foram cientificamente rotuladas como incapazes, insensíveis, por não conseguirem oferecer aos filhos um lar tranquilo e harmônico (Rizzini e Rizzini, 2004). Neste sentido, Maria chega a dizer que as famílias das crianças “*não prestam*” já que fizeram “*isso com elas*”; e encontra justificativa na idéia de que “*a família num quer eles bem*”.

Sarti (2004) acrescenta que a tendência de desqualificação pelos profissionais tem relações com o estrato social ao qual pertencem as famílias atendidas. A autora observou que, aquelas pertencentes a estratos mais baixos são mais fortemente desqualificadas, o que reproduz os mecanismos que instituem as desigualdades sociais.

Maria e Ana constituem exemplos vivos das reflexões dessa autora sobre ser comum a identificação da noção de família com as próprias referências. A pesquisadora refletiu que tendemos a “projetar a família com a qual nos identificamos – como idealização ou como realidade vivida – no que é ou deve ser família” (p. 16), o que nos impede de considerar outros pontos de vista e relativizar o próprio olhar. Afirma ainda, que um dos problemas enfrentados quando trabalharmos com famílias é a idealização destas, projetada num dever ser.

Nesta direção, presenciamos a angústia de Ana, ao afirmar que não consegue “*entender como as famílias das crianças ficam tranquilas*”, mesmo sabendo que elas estão no Acolhimento Institucional. A seguir, reflete que “*no domingo é família (...) tá almoçano junto, cê quer ter casa prá ta lá. Nossa! Isso aí me mata, fico mal*”.

Contrariamente a esta visão estigmatizadora sobre as famílias, Fuscaldi (2004), ao entrevistar famílias que tinham filhos atendidos em serviços de Acolhimento Institucional, percebeu que o abrigo tem sido motivado não pelo desejo da família, mas pelas condições sociais e econômicas precárias em que vivem. A pesquisadora enfatizou a existência de uma falha no sistema social, que não tem conseguido garantir o

empoderamento do grupo familiar, e, conseqüentemente, este não tem como satisfazer suas necessidades e garantir a sobrevivência de seus filhos.

Desta forma, consideramos que, na medida em que nos relacionamos com os outros, significações são disponibilizadas e se tornam mediadoras das possibilidades de ações concretas das pessoas inseridas no contexto. Assim, se as Mães Sociais significam as famílias como incapazes e insensíveis, as possibilidades de ação não alcançam às determinações legais, no sentido de fortalecer os vínculos familiares.

A forma como significam as famílias das crianças perpassa as relações entre Mães Sociais e crianças, e são reveladas a estas, de maneira indireta ou direta. Nas entrevistas, vemos que Ana fala para as crianças que elas não têm o amor do pai e da mãe, e que mesmo fora do Acolhimento Institucional estariam sem os pais: *“tem muitas crianças aí que tá debaixo da ponte, sem comer, sem vestir e sem pai e sem mãe. Qual que cê preferia? Aí ela cai na real, sabe?”*.

Além disso, a possibilidade de construção de novos vínculos familiares por intermédio do processo de adoção também não é estimulada. Se por um lado, Maria não faz referência ao processo de adoção, Ana o vê como um acontecimento que vai causar sofrimento nas crianças, ao se referir ao dia em que serão adotadas como “a hora” que está chegando. Apesar de nos contar sobre ter sido orientada a não falar com as crianças sobre a *“liberação delas para adoção”*, conforme vimos na apresentação da entrevista, ela utiliza a possibilidade de adoção como ameaça para controlar o comportamento daquelas.

Diante disso, questionamos sobre o que seria melhor para as crianças, ficarem com suas famílias “incapazes” e “insensíveis”, serem adotadas e “ganharem um lar”, ou permanecerem no Acolhimento Institucional?

Nas interlocuções com a entrevistadora, ambas constroem falas confusas e oscilantes que evidenciam a ausência de clareza sobre o que seria melhor. Ao mesmo tempo em que afirmam que no Acolhimento Institucional é ruim demais, que ali se vive

uma vida sofrida, sem a família, sem os pais, consideram ser bom, porque na instituição têm satisfeitas suas necessidades de alimentação, banho, lugar para dormir e acordar.

Ana ressalta que as crianças deveriam ser gratas pelo o que é feito por elas, e diz: *“aqui você tem proteção, (...) a gente cuida de vocês (...) dá o mínimo prá vocês olhar prá frente e falar assim, não, eu tenho alguma coisa, eu tenho alguém por mim. Vocês num estão tão jogados igual vocês pensam não.”*

Por detrás desta cobrança em relação às crianças parece haver intrincados discursos que revelam uma cultura em que estão impregnados valores e crenças no que diz respeito às crianças pobres e às instituições de acolhimento, herança da Doutrina da Situação Irregular, conforme vimos em nossa síntese histórica, apresentada no capítulo deste estudo. Ao entender que a instituição faz um favor às crianças, estas passam a ser vistas não como pessoas que estão ali para serem efetivamente protegidas, mas sim controladas, educadas, disciplinadas. Posicionamentos que se configuram num retrocesso ao entendimento de crianças como sujeitos de direitos e do Acolhimento Institucional como espaço de promoção e defesa destes.

Na fala das Mães Sociais é nítida a ausência completa de uma prática sistemática de preparação e acompanhamento para o exercício da função. Berger e Luckmann (1984, p. 107) afirmam que adquirir rotinas não é a mesma coisa de aprender a desempenhar um papel. Para esses autores, é necessária uma inserção cognitiva e afetiva no conjunto de conhecimentos direta e indiretamente relacionados ao desempenho deste papel.

Ou seja, para ser personagem, é necessário conhecer o script, o que não aconteceu com nossas Mães Sociais, já que estas foram jogadas no cenário. Isto nos remete à reflexão de Sirgado (2000), de que o “modo de produção da sociedade, as posições sociais e os papéis a elas associados traduzem a maneira como as forças produtivas se configuram nessa sociedade” (p. 65).

Diante do que foi apresentado pensamos que “na ponta” do sistema, as Mães Sociais são quase tão abandonadas quanto às famílias de origem das crianças sob

medida protetiva de abrigo, o que confirma a necessidade de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.

A consideração desses aspectos apresenta-se relevante para a formação de profissionais de Programas de Acolhimento Institucional, pois, coloca-se a possibilidade de considerar que os significados sobre o cotidiano do Acolhimento Institucional são dotados de sentidos e devem ser levados em conta num possível processo de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa foi compreender como as Mães Sociais significam o cotidiano no Acolhimento Institucional e analisar suas inter-relações com a constituição de sua identidade profissional.

Para atingi-lo utilizamo-nos da metodologia de pesquisa qualitativa. Assim, optamos por realizar visitas ao contexto e entrevistas com duas Mães Sociais que desempenhavam suas atividades no espaço do Acolhimento Institucional. O princípio básico que orientou nossas análises partiu do caráter interpretativo do conhecimento, realçado por Gonzáles – Rey (2002), que consiste num processo de dar sentido às expressões dos participantes integrando-as de tal maneira, que passem a fazer sentido para o conjunto de pesquisadores.

Deste modo, pautamo-nos na concepção materialista histórico dialética de homem e mundo e na expressão desta na Psicologia. Para os autores desta vertente, a constituição da pessoa como ser humano tem caráter material e histórico e se dá pelas e nas relações estabelecidas entre eu e outro, ao longo de sua ontogênese. Também partimos do pressuposto de que o processo de constituição da identidade profissional das Mães Sociais emerge a partir de uma rede de interações pessoais e sociais articuladas, que possibilitam a construção de significados sobre o cotidiano, que em conjunto, refletem a noção do que é ser Mãe Social em um processo dialético.

Dentre as interações pessoais consideramos também as histórias familiares das Mães Sociais. Desta forma, apreendemos que a identidade profissional destas emerge por meio das relações, vivências e experiências singularizadas ao longo de suas vidas, que se presentificam nas relações com as crianças em situação de abrigo, nas quais estão envolvidas, principalmente, questões afetivas vinculadas às suas próprias famílias.

A partir do momento em que nos propusemos a conversar com as Mães Sociais, ficou cada vez mais claro que a identidade profissional não é um dado ou um produto

fragmentado, um personagem isolado dos demais vividos pela pessoa em sua vida. Estas formam um todo em constituição, envolvidas por múltiplas determinações e múltiplos papéis sociais. Na análise descritiva das entrevistas foi possível identificar a emergência de diversas “Marias” e “Anas”, e percebemos os entrelaçamentos de apresentações de si, no processo de constituição da identidade profissional das mesmas.

O discurso de cada uma delas comporta uma série de histórias, personagens, cenários e conteúdos que configuram modos de ser e de se definir. Assim, enxergamos uma diversidade de personagens que compõem descrições diferentes para uma mesma Mãe Social, que, ainda que contraditórias, se configuram no imbricamento de umas com as outras, que ora se conservam, ora coexistem e também se alternam, ao desvelar fusões e diferenciações.

No que se refere à estrutura social, encontram-se expectativas e determinações sociais e históricas que incidem sobre as Mães Sociais em uma determinada cultura. Ao revermos a história do Acolhimento Institucional e do abandono de crianças no Brasil e as falas construídas com as Mães Sociais, concordamos com Rizzini e Rizzini (2004). As autoras refletiram que, apesar do atendimento institucional às crianças e adolescentes ter se modificado significativamente ao longo da história, muitas de suas características têm a marca de idéias e práticas do passado.

A partir de uma visão não linear da história percebemos que diferentes significados de criança, de Acolhimento Institucional e de família estão presentes no contexto do Acolhimento Institucional. Neste espaço, vimos como na fala das Mães Sociais, concepções antigas, enraizadas historicamente, persistem sendo utilizadas para justificar e explicar ações cotidianas. Estes discursos são, por vezes, contraditórios e ambíguos e servem de apoio para a construção das práticas das Mães Sociais.

Além disso, importa ressaltar o caráter material e histórico do processo de constituição da identidade profissional das Mães Sociais, principalmente num contexto em que estas são culpabilizadas pela precariedade do atendimento às crianças sob medida provisória de abrigo.

Primeiramente, consideramos que as identidades profissionais das Mães Sociais se constituem inseridas numa sociedade em que o saber, embora seja um importante instrumento para a concretização do trabalho, encontra-se apartado destas trabalhadoras. Imersas numa realidade marcada pela divisão social do trabalho, se veem desqualificadas, ao serem concretamente destituídas de seu saber.

As Mães Sociais se caracterizam por serem pessoas com pouca oportunidade de escolarização. Se, por um lado, transmitiram-nos a idéia de que há um saber profissional que pode ser aprendido no dia-a-dia, já que afirmam que sabem “ser” Mães Sociais, por outro, se referiram a momentos em que se veem diante de situações, para as quais não se sentem preparadas.

Por meio das entrevistas pareceu-nos que também na concepção daqueles envolvidos no processo de contratação e acompanhamento do exercício da função, esta é uma profissão aprendida naturalmente por mulheres ao longo de seu processo de socialização. Entretanto, o discurso construído não contempla questões sobre os direitos das crianças ou sobre função social e política do Acolhimento Institucional, relacionadas à identidade profissional das Mães Sociais; e a prática destas profissionais parece permanecer distante das demandas oriundas da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/ RH SUAS) (Brasil, 2006b) e do Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006a).

No contexto brasileiro, são inúmeras as referências de pesquisadores³⁴ sobre a necessidade de capacitação e apoio às pessoas que se relacionam diretamente com as crianças em Acolhimento Institucional. No entanto, na prática, a ausência de exigências quanto à formação dessas, demonstra o descaso e o abandono social, que permeiam o universo dos Programas de Acolhimento Institucional.

³⁴ Dentre outras, destacamos Bazon e Biasoli – Alves (2000), Fuscaldi (2004), Azor (2005), Siqueira (2006), Souza (2006), Brasil (2006a).

Desta forma, pensamos que a formação de cuidadoras diretas de crianças em situação de acolhimento institucional não deve ser concebida como um meio de acumulação de conhecimentos. No entanto, é imperioso um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas desenvolvidas no dia-a-dia; os sentimentos suscitados pelo contato com a realidade das crianças sob sua responsabilidade; as experiências anteriores ao Acolhimento Institucional. Além disso, é preciso trabalhar as crenças e os valores das Mães Sociais sobre as famílias das crianças, sobre a função do Acolhimento Institucional, a fim de romper com o que está institucionalizado e possibilitar a criação de novas identidades profissionais e pessoais, menos alienadas.

Além da formação, a superação da alienação no trabalho das Mães Sociais exige mudanças nas condições objetivas de trabalho: melhor remuneração³⁵, remanejamento da carga horária de trabalho, por exemplo, um plantão reduzido de 12 horas, com um descanso de 48 horas. Assim, faz-se necessário também buscar uma adequação do número de crianças por profissional, a fim de seguir o princípio e as determinações da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)³⁶ (Brasil, 2006b, p. 15). Igualmente, sugerimos a criação de espaços coletivos de discussão que tenham como meta refletir sobre o cotidiano e propor ações que visem a promoção dos direitos à convivência familiar e comunitárias das crianças do Programa de Acolhimento Institucional.

No decorrer do nosso trabalho apreendemos que o abandono e a solidão, que perpassam o contexto do Acolhimento Institucional, se atualizam no cotidiano de trabalho das Mães Sociais, que não têm nenhum espaço de interlocução e reflexão sobre seus trabalhos. Diante disso, questionamos as relações estabelecidas entre os serviços de Acolhimento Institucional e os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e

³⁵ As Mães Sociais recebem um salário mínimo atualmente.

³⁶ Sugestão de dez crianças por turno para cada cuidador que deve ter nível de escolarização fundamental completo e qualificação específica para função. Se houver usuários com alguma demanda específica “deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas”. (Brasil, 2006b, p. 15).

constatamos que esta temática tem sido pouco explorada e merece atenção por parte dos pesquisadores da área.

Por tratarmos de uma realidade sócio-histórica e cultural podemos afirmar que as inadequações apontadas no Acolhimento Institucional pesquisado são também dificuldades enfrentadas pelos serviços de Acolhimento Institucional em nosso país. Diante de tal realidade, gostaríamos de deixar claro que, ao problematizá-las, temos a intenção de desnaturalizá-las e propor um entendimento perpassado por cristalizações advindas de práticas históricas, não refletidas cotidianamente.

Sendo assim, nosso trabalho insere-se nos grupos de trabalhos que pretendem oferecer subsídios para políticas de formação de profissionais de cuidados diretos de crianças em Programas de Acolhimento Institucional, na medida em que o conhecimento sobre o processo de constituição da identidade profissional expressa a construção de significados sobre si mesma no cotidiano de trabalho.

Por fim, esperamos que as questões levantadas por esta pesquisa possam oferecer subsídios para reflexão aos psicólogos e pesquisadores da área, de forma a despertá-los para a necessidade de um olhar sensível e contextualizado sobre os profissionais de Programas de Acolhimento Institucional. Também esperamos oferecer elementos para aqueles que lutam pela criação de um mundo mais justo e humano, como nos dizeres do poeta: “Ó vida futura nós te criaremos” (Andrade, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aldeias Infantis (2007). *Aldeias Infantil SOS Brasil*. Acedido em 03 novembro, 2007. <http://aldeiasinfantis.org.br>.
- Amado, T. Rosemberg, F. (1992) Mulheres na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.73.
- Andrade, C. D. de (1995). *Sentimento do Mundo*. 2. Ed. Rio de Janeiro, Record.
- Andrade, E. de. (1974). *Canção Breve*. In Antologia Poética, Porto Editora,
- Araújo, R. M. B. (1993). *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Ariès, P. (1985). *História social da criança e da família*. 2.ed. Tradução Dora Flaksman, Rio de Janeiro, LTC.
- Azor, A. M. G. C. C. V. A. (2005). *Abrigar... Desabrigar: Conhecendo o papel das famílias no processo de institucionalização/desinstitucionalização de abrigados*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia.
- Bakhtin, M. (1985). *Estética de la creación verbal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores.
- Bazon, M. R. Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. *Psicologia Reflexão e Crítica*. 13(1) Recuperado em 27 agosto, 2006, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- Berger, P. L. Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 23 ed. Tradução Floriano Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes.
- Bock, A. M. B. (1999). Psicologia a caminho do novo século: identidade e compromisso social. (pp. 315-329) *Estudos de Psicologia*, João Pessoa, v. 4, n. 2,. Acedido em 14 de fevereiro, 2008, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- Bogdan, R. Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e dos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Borrione, R. T. de M. Chaves, A. M. Mesquita, G. R. (2004). Significado de infância: a proteção à infância oferecida pela Santa Casa de Misericórdia na Bahia do século XIX. (pp. 103-111) *Interação*, Curitiba PR, 8 (1).
- Brasil (1987). Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências. Brasília: DF.
- Brasil (1990). Lei n. 8069/90. Estatuto da criança e do adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

- Brasil (1993). Lei nº 8.745, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS. Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF.
- Brasil (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 19/98 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. 10 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Brasil (2006a). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Brasil (2006b). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB – RH / SUAS)*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: DF
- Carvalho, A. M. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In E. Lordelo, A. Carvalho, S. H. Koller (Eds.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. (19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carvalho, A. M. A. Bastos, A. C. S. B. Rabinovich, E. R. Sampaio, S. M. R. (set./dez. 2006). Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, 589-598.
- Carvalho, M. P. Vianna, C. (1994). Educadoras e mães de alunos: um des(encontro). IN: Bruschini, C. e Sorj, B. (orgs.) *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. pp. 133-158. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Marco Zero.
- Ciampa, A. C. (1984). Identidade. In: Lane, S. T. M.: Codo, W. (org.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, p. 58-75.
- Ciampa, A. C. (1996). *A Estória de Severino e a História da Severina*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense. 5 ed.
- Civiletti, M.V.P. (1991, fevereiro). O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. *Cadernos de Pesquisa*, 76, p. 31-40.
- Dubar, C. (1997). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais Profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Fontana, R. A. C. (2003). *Como nos tornamos professoras?* 2.ed. Belo Horizonte, Autêntica.
- Freire, P. (1994). *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'água.
- Freitas, M. T. de A. (2002, Julho). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*. n. 116, p.21-39.

- Fresnot A. (Diretor). (2003). *DESMUNDO* [Filme]. Brasil: A. F. Cinema e Vídeo.
- Fuscaldi, S. V. (2004). *Filhos sob medida de proteção em abrigo os significados construídos por suas famílias*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Gentil, H. S. (2005). *Identidade de Professores e Rede de Significações: configurações que constituem o “nós professores”*. Tese de Doutorado. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Gondra, J. G. (2000). A sementeira do porvir; higiene e infância no século XIX. *Educação e Pesquisa*. 26 (1), pp. 99-117. Acedido em 12 de Julho, 2006, Da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- González Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em Psicologia – caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Hoepfner, A. M. (2004). “Um homem pra chamar de pai”: as concepções de paternidade de meninos afastados de suas famílias e colocados em regime de abrigo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.
- Holland, C. V. (2004). “Todos juntos ao redor da mesa”: uma avaliação de alimentação em abrigos. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IPEA, CONANDA. (2004). *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: DF.
- Janczura, R. (2005, dezembro). Abrigo para adolescentes: Lugar social de proteção e construção de sujeitos? *Revista Virtual de Textos & Contextos*, 4, Acedido em 13 julho, 2006, da <http://www.pucrs.br/textos/atual/rosane.pdf>
- Jaques, M. G. (1998). Identidade. In: Strey, M. N. (org.) *Psicologia Social Contemporânea*. (p. 159-167) Rio de Janeiro: Vozes.
- Justo, J. S. Merisse, A. Rocha, L. C. Vasconcelos, M. S. (Eds.) (1997). *Lugares da infância: Reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência.
- Kishimoto, T. M. (1988). *A pré-escola em São Paulo*. São Paulo: Loyola.
- Kramer, S. Nunes, M. F. (maio/ago. 2007) Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 423-454. Acedido em 16 de janeiro de 2009. Da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- Kuhlmann Jr., M. (1998). *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação.
- Kuhlmann Jr., M. Rocha, J. F. T. (2006). Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950. (p. 597-617). *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 36, n. 129. Acedido em 15 de junho de 2007. Da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.

- Lispector, C. (1998). *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lüdke, M., André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Maldonado, M. T. (1989). Maternidade e paternidade. In: Kimura, A. F. (1997) A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Rev. Esc. Enf. USP*, v.31, n.2, p.339-43.
- Marcílio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Martinez, A. L. M. (2006). *Adolescentes no momento de saída do abrigo: um olhar sobre os sentidos construídos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP, Ribeirão Preto.
- Martins, E. Szimanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9, (1), (p. 177-187). Acedido em 16 de agosto, 2006, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- Marx, K. Engels, F. (1982). *L'Ideologie Allemande*, Paris: Sociales. In: Sirgado, A. P. (2000, julho) O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação e Sociedade*. Jul, vol.21, n.71, pp. 45 – 58, Acedido em 03 de fevereiro de 2008, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago.
- Mesquita, W. A. Sierra, V. M. (2006, jan/mar). Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes. (pp. 148-155) *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1.
- Moreira, M. I. C. Stentel, M. (2003). Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico. Belo Horizonte: *PUC MINAS*, v. 1.
- Neves, A. S. (1996). *Funcionários de um orfanato: Relações afetivas e o abandono no espaço institucional*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.
- Neves, A. S. Pereira, A. L. Castro, G. B. de (2007). A religião e a institucionalização infanto-juvenil: um estudo sobre a influência das crenças religiosas no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados. (p. 01-23) *Horizonte Científico*, v. 1.
- Neves, V. F. A. (2005). *Encontros e desencontros: a creche como lugar de apropriação da cultura pela criança como sujeito social*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Nogueira, P. (2004). *A criança em situação de abrigamento: reparação ou re-abandono?* Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, DF.
- Oliveira, Z. M R. de Soares-Silva, A. P. Cardoso, F. M. Augusto, S. O. (2006). A construção da identidade docente: relatos de educadoras de educação infantil. (p. 547-571) *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), v. 36.

- Rizzini, I. Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC – Rio, São Paulo: Loyola.
- Rosemberg, F. (1995). A criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. IN: Ribeiro, I. & Ribeiro, A. C. T. (Orgs.) *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira* (pp. 167-190). São Paulo: Loyola.
- Rossetti-Ferreira, M. C. (1984). O apego e as reações da criança à separação da mãe: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, pp. 3-19.
- Rossetti-Ferreira, M. C. A. Amorim, K. S. Soares - Silva, A. P. S. (2004). Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: Rossetti-Ferreira, M. C. Carvalho, A. M. A. Amorim, K. S. Soares - Silva, A. P. S. *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. (pp. 23-33) Porto Alegre: ArtMed.
- Sampaio, S. R. Sampaio, S. M. R. (2005). A construção do vínculo entre crianças de rua e o educador social [Resumo]. Em IV Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Anais (CD-ROM). Salvador. In: Carvalho, A. M. A. Bastos, A. C. S. B. Rabinovich, E. R. Sampaio, S. M. R. (set./dez. 2006) Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, 589-598.
- Santana, J. P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: Objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. .
- Sarti, C. A. (2004). A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, pp. 11- 28. Acedido em 10 de janeiro de 2008, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br
- Siqueira, A. C. (2006). *Instituições de Abrigo, Família e Redes de Apoio Social e Afetivo em Transições Ecológicas na Adolescência*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Rio Grande do Sul.
- Siqueira, A. C. Dell’Aglío, D. D. (jan/abr. 2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*. 18 (1): 71-80.
- Sirgado, A. P. (2000, julho). O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação e Sociedade*. Jul, vol.21, n.71, pp. 45 – 58, Acedido em 03 de fevereiro de 2008, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br
- Soares - Silva, A. P. S. da (2003). *(Des) continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo: IBCCRIM.
- Soares - Silva, A. P. Rosseti-Ferreira. M. C. Carvalho, A. M. (2004) Circunscritores: limites e possibilidades de desenvolvimento. In: Rosseti-Ferreira, M. C. Amorin, K. de S. Soares - Silva, A. P. S. da. Carvalho, A. M. A. *Rede de Significações e o Estudo do Desenvolvimento Humano*. (pp. 81 – 92). Porto Alegre, Artmed.

- Souza, A. M. R. R. (2006). *Abrigar ... Brincar : Um estudo sobre as vivências lúdicas entre educadoras e crianças de um abrigo*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Spink, M. J. (2000, jan/jul). A ética na pesquisa social: da perspectiva à interanimação dialógica. *PSICO* (Porto Alegre), v. 31, n. 1. p. 7 – 22.
- Spink, M. J. Lima, H. (2000). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: Spink, M. J. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. p. 93 – 122. São Paulo: Cortez.
- Trindade, J. M. B. (1999, Setembro). O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, 19 (37). Recuperado em 12 de julho de 2006, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- Trindade, J. M. B (2000). Mulheres e abandono de menores em Curitiba: das imagens do progresso à construção coletiva de representações. *Diálogos*, Maringá, 4 (4), 93-110, Recuperado em 12 de julho, 2006, da http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol04_atg3.htm.
- Vasconcelos, M. S. (1997). Os orfanatos e a ideologia da reintegração. (pp. 53-70), In J. S. Justo, A. Merisse, L. C. Rocha, M. S. Vasconcelos, M. S. (1997) *Lugares da infância: Reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência.
- Vectore, C. (2005). Estratégias mediacionais. In: MARTINEZ, A. M. (Org.). *Psicologia escolar: compromisso social*. Campinas: Alínea, 2005. p. 155-175.
- Venâncio, R. P. (1998). *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVII e XIX*. Campinas: Papyrus.
- Vigotski, L. S. (1998). *A formação social da mente*. Tradução: Jose Cipolla Neto, Luiz Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2000a) *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução Paulo Bezerra, São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2000b) Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*. 21-44. Acedido em 25 de Janeiro, 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- Wadsworth, J. E. (1999) Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37. Acedido em 03 de outubro de 2007, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.
- Wallon, H. (1975) Os meios, os grupos e a psicogênese da criança. In: Wallon, H. *Psicologia e educação da Infância*. (p. 163 – 179). Tradução Ana Rabaça. Lisboa: Estampa. [originalmente publicado em 1931].
- Wallon, H. (1995) *A evolução psicológica da criança*. Lisboa: Setenta. [originalmente publicado em 1941].

APÊNDICE A



Universidade Federal de Uberlândia
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
 Av. João Naves de Ávila, nº 2160 - Bloco J - Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG -
 CEP 38400-089 - FONE/FAX (34) 3239-4131

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA Nº 437/08

Registro CEP: 206/06

Projeto Pesquisa: "O papel dos profissionais de abrigo e sua influência sobre a identidade infanto-juvenil"

Pesquisador Responsável: Aline Ottoni Moura Nunes de Lima

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data para entrega do Relatório Final: dezembro/2007

15 de dezembro de 2008.

Prof. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado
 Coordenadora do CEP/UFU

Orientações ao pesquisador:

(Para projetos aprovados ou aprovados com condicionamentos)

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no íntegro, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineado no protocolo aprovado e descontinuar a estudo somente após análise dos riscos de descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.e), aguardando sua parecer, exceto quando parecer risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (caso que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - junto com seu pareceramento.
- Eventuais modificações ou cancelas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentadas anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, sem serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, Item III.2.e). O prazo para entrega de relatório é de 120 dias após o término da execução prevista no cronograma do projeto, conforme norma da Res. 196/96/CNS.

APÊNDICE B

AUTORIZAÇÃO

(Coordenadora da Instituição)

Eu, _____, na condição de coordenadora do _____, autorizo a realização, no interior desta instituição, do projeto de pesquisa intitulado: “O papel dos profissionais de abrigo e sua influência sobre a identidade infanto – juvenil” desenvolvido por Aline Ottoni Moura Nunes de Lima, aluna do Programa de mestrado em Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Profa. Dra. Prof. Dra. Lucia Helena Ferreira Mendonça Costa. Fui informada de que esse projeto tem como objetivo investigar como os profissionais do abrigo significam o seu papel frente o desenvolvimento infanto- juvenil, buscando compreender seus saberes e práticas a cerca do trabalho no abrigo, suas dificuldades e conflitos a cerca desta temática, no interior da instituição.

Fui esclarecida de que a pesquisa se utilizará da análise de entrevistas com funcionários da instituição e de que estes poderão desistir de participar em qualquer momento da pesquisa sem que isto traga danos de qualquer espécie a eles. Também fui informada de que os relatos produzidos nas entrevistas serão utilizados unicamente para fins de pesquisa, respeitando-se o sigilo e as normas éticas quanto à identificação nominal dessa instituição e dos seus profissionais.

A participação dessa instituição é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará nenhum apoio financeiro, dano ou despesa para a instituição, sendo possível, a qualquer momento, interromper a participação sem que essa decisão traga quaisquer conseqüências.

Todas as minhas questões quanto à pesquisa foram respondidas e a pesquisadora colocou-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que eu tiver em qualquer momento da pesquisa.

Estou ciente de que esse tipo de pesquisa pode contribuir para o planejamento de ações que visem à melhoria do serviço oferecido pela instituição. Por isso, autorizo a divulgação do conteúdo das conversas com os funcionários, para fins exclusivos de publicação e divulgação científicas e para a composição e divulgação de material didático a ser utilizado em atividades formativas de funcionários do abrigo, desde que seja resguardada a identidade dos participantes.

Aline Ottoni Moura Nunes de Lima, Av. Maranhão – Bloco 2C – Psicologia. Bairro Umuarama. Telefone: 34-3218 2107; Fax: 34- 32182296. alineottoni05@hotmail.com
Profa. Dra. Lucia Helena Ferreira Mendonça Costa, Av. Maranhão – Bloco 2C – Psicologia. Bairro Umuarama. Telefone: 34-32182185; Fax: 34- 32182296. luciah@ufu.br
Comitê de Ética - Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1J, Campus Santa Mônica Uberlândia – MG- CEP 39.400-902 · Fone/Fax: (34) 3239 - 4334 - e-mail: dirpgufu@ufu.br

Uberlândia, ____ de _____ de _____.

 (Assinatura)

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Funcionários da Instituição)

Eu, _____, na condição funcionária (o) da instituição XXXXXXXXXXXXXXXX, aceito participar realização nesta instituição do projeto de pesquisa intitulado: “O papel dos profissionais de abrigo e sua influência sobre a identidade infanto – juvenil” desenvolvido por Aline Ottoni Moura Nunes de Lima, aluna do Programa de Mestrado em Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Profa. Dra. Prof. Dra. Lúcia Helena Ferreira Mendonça Costa. Fui informada (o) de que esse projeto tem como objetivo investigar como os profissionais do abrigo significam o seu papel frente o desenvolvimento infanto- juvenil, buscando compreender seus saberes e práticas a cerca do trabalho no abrigo, suas dificuldades e conflitos a cerca desta temática, no interior da instituição.

Fui esclarecida (o) de que a pesquisa se utilizará da análise de entrevistas com funcionários da instituição. Também fui informada (o) de que os relatos produzidos nas entrevistas serão gravados, utilizados unicamente para fins de pesquisa, respeitando-se o sigilo e as normas éticas quanto à identificação nominal dessa instituição e dos seus profissionais e, além disso, que as informações serão inutilizadas/desgravadas após sua utilização na pesquisa.

A participação dessa instituição, bem como a minha participação, é feita por ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará nenhum apoio financeiro, dano ou despesa para a instituição, sendo possível, a qualquer momento, interromper a participação sem que essa decisão traga quaisquer conseqüências, ou seja, penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. Todas as minhas questões quanto à pesquisa foram respondidas e a pesquisadora colocou-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que eu tiver em qualquer momento da pesquisa.

Estou ciente de que esse tipo de pesquisa pode contribuir para o planejamento de ações que visem à melhoria do serviço oferecido pela instituição. Por isso, autorizo a divulgação do conteúdo das conversas com os funcionários, para fins exclusivos de publicação e divulgação científicas e para a composição e divulgação de material didático a ser utilizado em atividades formativas de funcionários do abrigo, desde que seja resguardada a identidade dos participantes.

Assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas cópias, retendo uma via em meu poder.

Aline Ottoni Moura Nunes de Lima. Av. Maranhão – Bloco 2C – Psicologia. Bairro Umuarama. Telefone: 34-3218 2107; Fax: 34- 32182296. alineottoni05@hotmail.com

Profa. Dra. Lucia Helena Ferreira Mendonça Costa. Av. Maranhão – Bloco 2C – Psicologia. Bairro Umuarama. Telefone: 34-32182185; Fax: 34- 32182296. luciah@ufu.br

Comitê de Ética - Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1J, Campus Santa Mônica Uberlândia – MG- CEP 39.400-902 · Fone/Fax: (34) 3239 - 4334 - e-mail: dirpgufu@ufu.br

Uberlândia, ____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

APÊNDICE D

CRONOGRAMA DE VISITAS AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.

DATA	PERÍODO DE PERMANÊNCIA DA PESQUISADORA NO LOCAL	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
29/01/2007	9h00min 11h30min	Contato inicial da pesquisadora no Acolhimento Institucional. Reunião com a coordenação; apresentação do Projeto de pesquisa e Autorização.
31/01/2007	15h00min 17h00min	Contato inicial com profissionais do Acolhimento Institucional; apresentação do projeto de pesquisa e leitura conjunta do termo de consentimento. Permanência Pesquisadora no Acolhimento Institucional buscando construir vínculos com os profissionais.
05/02/2007	8h00min 12h00min	Permanência no Acolhimento Institucional buscando construir vínculos com os profissionais, por meio de realização de tarefas conjuntas e concomitante observação das relações adulto-adulto, adulto – criança.
06/02/2007	8h00min 12h00min	IDEM.
08/02/2007	17h00min 21h00min	IDEM
09/02/2007	16h00min 20h00min	IDEM
12/02/2007	14h30min às 17h10min.	Conversa sobre o Projeto de Pesquisa, releitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Realização de Entrevista gravada em MP3. (Maria)
20/03/2007	15h00min às 17h30min	Conversa sobre o Projeto de Pesquisa, releitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Realização de Entrevista gravada em MP3. (Ana).
22/03/2007	9h30min às 10h15min	Reunião na cozinha: Fechamento com Profissionais do Acolhimento Institucional. Finalizando os primeiros contatos; foram deixadas abertas possibilidades de outras entrevistas, posteriormente.
30/08/2007	8h10min às 11h00min.	Retorno ao Acolhimento Institucional. Conversa sobre fase do mestrado e da vida, compromisso de devolutiva da análise dos dados com os profissionais do Acolhimento Institucional depois de defesa da Dissertação.

APÊNDICE E**FRAGMENTO DA ENTREVISTA COM MÃE SOCIAL**

MS: É. Eu fui indicada por uma amiga minha que trabalhava aqui já, a Raiane que ta aqui até hoje.

E: Sei.

MS: A primeira vez que eu vim, eu vim prá cobrir uma Mãe Social, fiquei só uma semana, mas deixei meu currículo aí, aí depois me chamaram de um, depois de um ano mais ou menos assim, chamaram prá Serviços Gerais, aí fiquei nos Serviços Gerais um bom tempo, mas já cobria as Mães Sociais e foi até que eu passei definitivo prá Mãe Social.

E: rum rum. E aí me conta como é que foi esse processo de passar definitivo prá Mãe Social.

MS: Foi mais uma questão assim das folgas e como assim eu tinha, eu gostava também de trabalhar assim com eles né, saia bem de Mãe Social, aí surgiu à oportunidade e aí eu falei prá Carolina se, porque teve um problema lá que eu fui morar com a minha sogra aí eu ia construir lá, ia ter como, com quem deixar a minha filha aí eu falei então vâmo, vou passar prá Mãe Social, porque eu fico mais tempo com a minha filha, aí foi onde surgiu essa oportunidade aí eu era Serviços Gerais, trabalhava só durante o dia. Aí eu fiquei mais ou menos uns quatro meses como Serviços Gerais, aí, passei prá Mãe Social e tô até hoje. Às vezes eu arrependo, dá vontade de voltar. (linhas 7 à 23)

APÊNDICE F**TAREFAS DAS MÃES SOCIAIS**

5ª feira: Lavar pijamas e toalhas de banho.

6ª feira: Lavar lençóis e fronhas

Sábado: Cortar Unhas, Limpar as Orelhas das Crianças, Buscar pão e leite para Domingo e Vésperas de feriados.

Só deixar roupa para a próxima plantonista passar se forem lavadas à noite;

Não deixar roupa suja quando entregar o plantão;

Farlac (medicação do Walton), tem que ser dado todos os dias.

Colocar no relatório do plantão se Walton fez cocô, se ele ficar muitos dias sem fazer dar Munilax;

Usar a máquina de lavar roupas, pois as roupas secam mais rápido para serem passadas de um plantão para outro.

Horários:

08h30min – Café da Manhã

11h30min – Almoço

15h – Lanche

Recolher crianças: 22 h.